UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

PAULO SÉRGIO SOUZA FERREIRA

**Capital financeiro, o imperialismo norte-americano e sua hegemonia:
1990-2010.**

São Paulo
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

**Capital financeiro, o imperialismo norte-americano e sua hegemonia:
1990-2010.**

Paulo Sérgio Souza Ferreira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em História Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Wilson do Nascimento Barbosa

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Nome: FERREIRA, Paulo Sérgio Souza

Título: Capital financeiro, o imperialismo norte-americano e sua hegemonia:
1990-2010

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História Econômica.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Julgamento:

Instituição:

Assinatura:

Prof. Dr.

Julgamento:

Instituição:

Assinatura:

Prof. Dr.

Julgamento:

Instituição:

Assinatura:

Prof. Dr.

Julgamento:

Instituição:

Assinatura:

Prof. Dr.

Julgamento:

Instituição:

Assinatura:

À minha mãe Djanira Souza.

AGRADECIMENTOS

Durante o meu doutorado inúmeras pessoas contribuíram de forma direta ou indireta em sua concretização. Quero começar agradecendo a minha tia Carmen Ferreira Silva que me ofereceu gentilmente um quarto em sua residência durante toda a minha pós-graduação (mestrado e doutorado), entre os anos de 2008 e 2014. Além disso, aos meus primos, residentes em São Paulo, que me trataram como um irmão.

Não posso deixar de mencionar os amigos de Salvador, quais sejam: Alisson, Nenê, Jefinho, Negão, Tuca Bala, Robinho, Priscila Uzeda, entre outros. Aos meus ex-colegas do NEC e da Faculdade de Economia da UFBA, sobretudo, a Joilson. Na Universidade de São Paulo agradeço a companhia de Apoená Cosenza e sua companheira Letícia, Jéssica Silveira, Eduardo Januário, Danielle Rezera, Daniel Huertas, e etc. com o bate-papo descontraído e debate de ideias ao longo do meu doutoramento.

Gostaria de agradecer a todos os professores e funcionários do DEE-UFS pela boa receptividade, sobretudo, a Fernanda Espiridião pela amizade, atenção prestada e esclarecimentos em meus momentos de dúvida, no que tange às questões que se apresentavam no exercício de minha profissão. Ao CEMARX-SE pelo esforço em desenvolver o pensamento crítico no âmbito da Universidade Federal de Sergipe. Aos professores Airton de Paula Souza, César Bolaño, Christiane Senhorinha Soares Campos, Verlane Aragão Santos e Olinto Oliveira Alves Filho empenhados na tarefa em desenvolver a teoria econômica marxista no âmbito do Departamento de Economia da UFS.

Agradeço ao apoio financeiro possibilitado pela CAPES, o qual foi de importância fundamental para a elaboração da tese de doutorado. Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação em História Econômica, sobretudo, a Nelson Caetano.

Eu gostaria de agradecer aos professores Paulo Balanco e Maria José pelos anos de amizade, e de torcida por minha realização profissional e pessoal. Agradeço também aos professores José Rodrigues Mao Júnior e Everaldo de Oliveira Andrade pelas valiosas críticas e sugestões sugeridas na minha banca de qualificação. Além disso, ao LEPHE-USP.

Em especial, quero deixar registrado a minha admiração e grande respeito pelo meu orientador, o professor Wilson do Nascimento Barbosa, pelo seu

comprometimento, dedicação e toda atenção prestada durante o meu doutoramento. Eu aprendi com o mestre “Wilsão” todos os passos da pesquisa científica. Além disso, como não mencionar sua confiança em disponibilizar seu escritório de trabalho na USP para a realização de meus estudos e que também era palco de conversas informais agradáveis e recheadas de bom humor. No entanto, todos os erros, omissões e lacunas presentes nessa tese de doutorado são de minha exclusiva responsabilidade.

Por último, gostaria de agradecer as minhas tias Del e Judith, a minha madrinha Radija, as minhas primas Josiane e Tamires, e ao meu padrinho Clínio. Acima de tudo, gostaria de agradecer a minha mãe Djanira Souza por todo apoio material e afetivo dado ao longo de toda minha vida. Sem seu apoio nada do que conquistei seria possível!

EPÍGRAFE

“Como capital portador de juros, e precisamente em sua forma diretamente como capital monetário portador de juros (as outras formas do capital portador de juros, que não nos interessam aqui, são por sua vez derivados dessa forma e a pressupõem), o capital recebe sua forma pura de fetiche, $D - D'$ como sujeito, como coisa vendável. *Primeiro*, devido a sua existência perene como dinheiro, uma forma em que todas as determinações do mesmo estão apagadas e seus elementos reais se tornam invisíveis. Dinheiro é justamente a forma em que a diferença entre as mercadorias como valores de uso está apagada e por conseguinte também as diferenças entre os capitais industriais que consistem nessas mercadorias e suas condições de produção; é a forma em que valor – e aqui capital – existe como valor de troca autônomo. No processo de reprodução do capital, a forma-dinheiro é evanescente, um mero momento de transição. No mercado monetário, ao contrário, o capital existe sempre nessa forma. – *Segundo*, a mais-valia produzida por ele, aqui novamente na forma de dinheiro, lhe aparece como algo que lhe cabe como tal. Gerar dinheiro parece tão próprio ao capital nesta forma de capital monetário, quanto o crescer, às árvores. ”

Karl Marx

RESUMO

FERREIRA, Paulo Sérgio Souza. **Capital financeiro, o imperialismo norte-americano e sua hegemonia: 1990-2010**. 2016. 178f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

A argumentação desenvolvida nesse trabalho gira em torno da ideia de que a partir da fase imperialista do capital, a especulação encontrou solo fértil para o seu pleno desenvolvimento. A estreita conexão existente entre a esfera monetária e financeira, e a esfera real e produtiva no imperialismo capitalista deu origem ao capital financeiro. Com o domínio das sociedades anônimas sobre a estrutura da economia capitalista deu-se grande impulso ao sistema de crédito (devido à necessidade de financiamento das sociedades por ações por intermédio da Bolsa de Valores), o que propiciou as condições para o desenvolvimento do capital fictício.

Palavras-Chaves: capital financeiro; capital fictício; financeirização; imperialismo; sociedades anônimas.

ABSTRACT

FERREIRA, Paulo Sérgio Souza. **Capital financeiro, o imperialismo norte-americano e sua hegemonia: 1990-2010**. 2016. 178f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

The argument developed in this paper revolves around the idea that from the imperialist phase of capital, speculation has found fertile ground for its full development. The close connection between the monetary and financial sphere and the real and productive sphere in capitalist imperialism gave rise to financial capital. With the dominance of corporations on the structure of the capitalist economy, the credit system was given great impetus (due to the need to finance stock companies through the Stock Exchange), which provided the conditions for the development of fictitious capital.

Keywords: financial capital; fictitious capital; financialization; imperialism; anonymous society.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Variação anual da Formação Bruta de Capital Fixo (% do PIB) – Países selecionados.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior

CEMARX – SE – Centro de Estudos Marxistas de Sergipe Maria Teresa Buonomo de Pinho

DEE – UFS – Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe

EUA – Estados Unidos da América

FFLCH – USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

FMI – Fundo Monetário Internacional

IED – Investimento Externo Direto

LEPHE – USP – Laboratório de Economia Política e História Econômica da USP

NEC – UFBA – Núcleo de Estudos Conjunturais da Universidade Federal da Bahia

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 O PANORAMA GERAL E PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO.....	16
1.2 JUSTIFICATIVA	20
1.3 METODOLOGIA E OBJETIVOS	24
1.4 COMENTÁRIO DOS CAPÍTULOS	27
2 A GÊNESE DO NOVO IMPERIALISMO: 1875-1914	33
2.1 A GESTÃO DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS E SUAS CONTRADIÇÕES	35
2.2 A ANÁLISE PRECURSORA DE JOHN ATKINSON HOBSON	39
2.3 A CATEGORIA DE ANÁLISE MARXISTA: O CAPITAL FINANCEIRO.....	44
2.4 O CAPITAL FINANCEIRO E A AÇÃO TERRITORIAL DO IMPERIALISMO. 46	
2.4.1 O papel desempenhado pelo Estado – nação e o militarismo	49
2.5 A INTERPRETAÇÃO SCHUMPETERIANA	54
2.5.1 Norman Angell: A miopia da política europeia	58
2.6 A DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA SOB A ÉGIDE DO CAPITAL FINANCEIRO	61
3 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL FINANCEIRO NO PERÍODO PÓS- GUERRA (1945-1962)	66
3.1 ANTECEDENTES: O PERÍODO ENTRE-GUERRAS (1919-1939).....	71
3.1.1 A edificação do Estado Keynesiano sob à ótica do materialismo histórico	73
3.2 A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA NO PÓS-GUERRA.....	77
3.3 O FINANCIAMENTO DAS SOCIEDADES POR AÇÕES	81
3.4 O RENDIMENTO DOS ACIONISTAS: A CONTRIBUIÇÃO DE RUDOLF HILFERDING	87
3.5 SOBRE O CONCEITO DE IMPERIALISMO	93
4 O CAPITAL FINANCEIRO NA ATUALIDADE (1973-2010)	96
4.1 A OFENSIVA NEOLIBERAL	101
4.2 LIBERALISMO E NEOLIBERALISMO: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS .	106
4.3 O AGRAVAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO NEOLIBERALISMO	108
4.4 AS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL FICTÍCIO .	115
5 O ESBOÇO DE UMA TEORIA DO IMPERIALISMO	132

5.1 O IMPERIALISMO SOB A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA.....	134
5.1.1 A crítica de Benjamin Cohen.....	146
5.2 IMPERIALISMO E SUBDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	148
5.3 IMPERIALISMO E FINANCEIRIZAÇÃO	155
5.4 O DESENVOLVIMENTO DO PARASITISMO ECONÔMICO NOS EUA.....	164
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	166
FONTES E BIBLIOGRAFIA	171

1 INTRODUÇÃO

Essa tese de doutorado se insere dentro das análises no âmbito da economia marxista que buscam contribuir, em que pese suas evidentes limitações, no debate e desenvolvimento dos aspectos monetários e financeiros da teoria econômica desenvolvida por Karl Marx em *O Capital*. O interesse criado por essa temática decorreu não apenas de motivações pessoais, mas também do fato de que o estudo dos mercados financeiros, de seus mecanismos e das instituições que lhe dão suporte, sob a perspectiva marxista ainda é relativamente pouco desenvolvido.

A complexidade da temática explica em parte essa assertiva. No entanto, há um elemento adicional mais importante: o fato de que em *O Capital*, livro terceiro Marx não teve tempo de desenvolver todos os temas ali contidos, em particular, os estudos sobre o sistema de crédito capitalista e suas conexões com a dinâmica da acumulação do capital produtivo. São abundantes os estudos marxistas sobre o ciclo do capital industrial, sobre o materialismo histórico e dialético, sobre o mundo do trabalho, sobre as crises econômicas, e etc.

Entretanto, há poucos estudos desenvolvidos pela teoria marxista sobre a Bolsa de Valores, sobre os derivativos financeiros, sobre os distintos mecanismos e modalidades de acumulação fictícia do capital. Há carência de estudos também sobre a inflação, sobre a relação entre a acumulação monetária e a acumulação real, etc. Além disso, as múltiplas conexões existentes entre a esfera financeira e a esfera produtiva da economia nem sempre são devidamente esclarecidas pelos pensadores socialistas. Em particular, a análise sobre a aparente contradição existente entre a teoria marxista do valor e o desenvolvimento das formas de valorização fictícia do capital é objeto de discussão em nossa pesquisa. A proliferação de teorias sobre a financeirização tem buscado preencher essas lacunas e o presente trabalho situa-se na tentativa de colaboração nesse debate.

Claus M. Germer observou corretamente em seu artigo *O sistema de crédito e o capital fictício em Marx* que a temática do dinheiro e do crédito é uma das partes mais esquecidas do trabalho teórico desenvolvido em *O Capital*. Segundo Germer, essa insuficiência tem dificultado a estruturação de um campo marxista próprio de discussão sobre os fenômenos monetários e financeiros do capitalismo contemporâneo.

Essa investigação faz-se cada vez mais urgente e necessária dado o espetacular crescimento das operações e transações financeiras, a partir do neoliberalismo e da globalização financeira. Por isso, senti a necessidade de explorar alguns desses aspectos, mesmo que de forma embrionária e experimental nessa tese de doutorado. Por conseguinte, esse trabalho é o primeiro passo para uma agenda de pesquisas futuras que pretende desenvolver estudos relacionados a esses temas, os quais só foram desenvolvidos profundamente e exaustivamente por Rudolf Hilferding em *O Capital Financeiro*, após a morte de Karl Marx.

1.1 O PANORAMA GERAL E PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO

O liberalismo econômico sempre destacou apenas os aspectos positivos relacionados ao desenvolvimento capitalista, quais sejam: (i) o progresso material; (ii) a livre iniciativa; (iii) a competição desenvolvida entre empresas e indivíduos; (iv) o desenvolvimento científico e tecnológico; (v) a internacionalização da economia, e etc. Ou seja, segundo os pensadores ligados a essa tradição do pensamento econômico, a paz reina absoluta sob o capitalismo. Por um lado, essa perspectiva teórica sempre subestimou os conflitos de interesses: isto é, as disputas entre classes ou grupos sociais que se manifestam no interior do Estado – nação e nunca reconheceu a eficácia da administração estatal na gestão dos processos econômicos. Por outro lado, os fenômenos políticos são interpretados como dissociados das leis “eternas” e “imutáveis”, que regem o funcionamento do modo de produção capitalista. Diante disso, as conexões existentes entre a esfera política e a esfera econômica jamais foram reconhecidas pelos pensadores liberais. Em suma, em suas análises os adeptos do liberalismo econômico sempre se concentraram e realçaram apenas os elementos de progresso do sistema capitalista, e as virtudes do livre mercado irrestrito.

Entretanto, o desenvolvimento do modo de produção capitalista ao longo do século XX não foi pacífico. Ele foi marcado por inúmeras catástrofes sociais como a Primeira e a Segunda guerra mundiais, por exemplo. Entre os anos de 1875 e 1914, a economia mundial mergulhou numa época de grandes instabilidades políticas e econômicas. Nesse período, o domínio inglês foi contestado pelo avanço de outras potências industriais, tais como: Estados Unidos, Alemanha e Japão. O

desenvolvimento do sistema de crédito permitiu o estreitamento dos laços econômicos internacionais entre as distintas economias nacionais. No entanto, essa maior unificação foi acompanhada pelo aumento das disparidades existentes entre os diferentes elementos integrantes da economia mundial. Dessa forma, as relações políticas e econômicas internacionais desenvolvidas entre os próprios países imperialistas e destes com os países periféricos passaram a ser mais regulares e regidas pela dialética cooperação x conflito.

Em qualquer período do desenvolvimento econômico capitalista de toda e qualquer sociedade que se queira analisar, o Estado-nação sempre teve papel fundamental na trajetória econômica dos diferentes países e regiões do planeta ampliando a complexidade e variedade de suas funções ao longo do tempo. Por conseguinte, o presente trabalho parte de uma perspectiva teórica diametralmente oposta em relação ao liberalismo econômico.

Nessa tese de doutorado, busca-se estudar as leis de movimento e de reprodução do capital e suas inter-relações com a lógica política e territorial dos Estados nacionais. Para tanto, fez-se o resgate da teoria marxista do imperialismo. Por um lado, evidencia-se, sua importância para o estudo dos processos de dominação e de exploração econômica dos Estados mais poderosos financeira e militarmente sobre os países mais pobres, desde a década de 1870. Por outro lado, os monopólios e o capital financeiro, constituem-se elementos centrais para a investigação científica da fase imperialista do capital.

A importância da teoria marxista do imperialismo decorre do fato de que elas compreendem um esforço sistemático de análise do processo de internacionalização do capital, tanto do ponto de vista produtivo quanto do ponto de vista financeiro. Elas são uma continuação direta das leis de movimento e de reprodução do capital desenvolvidas por Karl Marx *em O Capital*. O seu campo de investigação é o mercado mundial, em que os oligopólios são os agentes de propagação das relações de produção capitalistas em todo o mundo e sua base de apoio é o poder estatal. Por meio dela, é possível analisar o ciclo do capital industrial, através da atuação dos trustes e cartéis nos distintos segmentos do mercado mundial. Além disso, investigar a forma como cada país se insere no sistema internacional da divisão do trabalho e os impactos disso na estrutura política, econômica e social de cada país considerado individualmente (tanto nos países imperialistas quanto nos países periféricos).

Na realidade concreta, o processo de valorização do capital financeiro interage com os mecanismos extra-econômicos, ou seja, ele se reproduz dentro de espaços econômicos delimitados por fronteiras territoriais, os Estados nacionais. Com o desenvolvimento da exportação de capitais no período imperialista, as relações estabelecidas entre as economias nacionais tornam-se mais regulares e interdependentes. O resultado é a criação de uma intrincada e complexa rede de relações dos países imperialistas entre si, e destes com os países periféricos: em suma, trata-se de pré-condição para a reprodução simples e ampliada do capital no âmbito internacional.

Por conseguinte, os Estados-nações constituem a estrutura mais abrangente de comando da economia capitalista, os quais regulam a produção e a distribuição do excedente econômico na economia mundial. Eles são os agentes de propagação das relações de produção capitalistas em todo o mundo, imprimindo a dinâmica das transformações históricas no modo de produção capitalista, sob a base do desenvolvimento desigual e combinado.

Segundo essa visão, os Estados nacionais são as armas da concorrência intercapitalista desenvolvida entre os trustes e os cartéis no mercado mundial capitalista. O fortalecimento do poder estatal é pré-condição para a performance bem-sucedida dos oligopólios na concorrencial internacional. Ao longo do século XX, a acirrada competição econômica levada a cabo pelas sociedades anônimas revestiu-se sob a forma dos conflitos interestatais.

O desenvolvimento do capital financeiro obedeceu a altos e baixos durante o século XX. De uma fase de acumulação monopolista em base nacional, com a conquista do Estado (1870-1914), os oligopólios se viram em graves dificuldades como resultado da enorme destruição de forças produtivas associada com a primeira guerra mundial. Estabeleceu-se no entre - guerras, no contexto das grandes crises (1919; 1921; 1927; 1929; 1939) um equilíbrio entre as potências imperialistas principais, prejudicadas também pela formação da União Soviética (EUA, Grã-Bretanha, França, Itália, Alemanha e Japão). O equilíbrio interimperialista de certa forma bloqueou o capital financeiro, porque impôs nova repartição do mundo.

O segundo conflito mundial desencadeou enorme destruição de forças produtivas. Ao lado da devastação das crises anteriores, permitiu aos países periféricos uma fase de industrialização generalizada (1933-1962), a qual deveria ser extinta quando se recuperasse ou definisse a hegemonia imperialista. De fato, como resultado do conflito, o mundo foi reestruturado: (1) a União Soviética, invadida, foi levada à

beira da ruína; (2) a Grã-Bretanha, endividada ao máximo pelo processo da guerra, passou a mera força auxiliar dos Estados Unidos; (3) a França tornou-se, por derrotada, força de segundo plano; (4) a Itália desapareceu como potência, e (5) a Alemanha e o Japão seriam reerguidos como meras forças econômicas sob ocupação militar dos EUA. A hegemonia deslizou naturalmente – no campo imperialista – para os Estados Unidos, que já havia de fato sido o vencedor da primeira guerra mundial.

As contradições interimperialistas foram, portanto, completamente reguladas pelo imperialismo norte-americano, através da substituição do ouro pelo dólar e a criação de instituições como a ONU, o FMI, a OTAN, a OCDE, a UNCTAD, etc. Com o colapso da União Soviética em 1990-92, os EUA estavam isolados no centro do sistema capitalista como potência hegemônica. Através da chamada “Guerra do Golfo”, os Estados Unidos redefiniram as relações internacionais com as antigas potências e os países neocoloniais, consolidando sua hegemonia.

A partir de haver instalado o seu modelo de regulação (1944-1962), capacitou-se os EUA a gerenciar o mundo em proveito próprio. Os primeiros embaraços sérios vieram à tona com as crises monetárias de 1968-69, 1970 e 1971-73. A dominação do dólar facultou aos monopólios dos Estados Unidos penetrarem em todas as economias, importando para esse país enormes vantagens e lucros, em detrimento de seus parceiros. Assim, iniciou-se outra marcha expansiva do capital financeiro – desta feita sob a liderança dos Estados Unidos – que, nas condições da chamada Terceira Revolução Industrial (miniaturização, diminuição do desperdício energético), tornaria o mercado financeiro internacional e seus quatro mil oligopólios o centro global.

No entanto, a esterilização pelo capital financeiro de forças econômicas colossais tem contribuído para a constante recorrência das crises cíclicas do sistema bem como para as suas crises intermediárias (1987-89; 1990-92; 1997; 2001-03; 2008-12). O conjunto dessas observações requer, portanto, continuidade no estudo do capital financeiro e de sua centralidade na estrutura imperialista hodierna.

Com o advento do neoliberalismo, a lógica especulativa ($D - D'$) passou a predominar no movimento global de reprodução do capital. Isso acarretou o interesse de entender os motivos que impulsionaram o desenvolvimento da especulação financeira, a partir da década de 1970. A esfera financeira não deve ser pensada como um setor que cresce desconexo em relação ao setor produtivo da economia e que prejudica este último. Nesse trabalho, buscou-se a interpretação da financeirização não como

anomalia, mas sim como algo resultante das próprias leis de movimento e de reprodução do capital em seu estágio mais elevado.

Dessa forma, compreende-se as atividades de financiamento e as atividades produtivas como organicamente interdependentes nas empresas industriais. Porém, o entrelaçamento entre as operações financeiras e industriais só se desenvolveu plenamente com o surgimento e desenvolvimento das sociedades por ações, e do sistema de crédito. Ou seja, foi exatamente na fase imperialista do capital que se criou as condições para o desenvolvimento das formas de valorização especulativa do capital.

Por conseguinte, o problema central que se colocou nessa tese de doutorado foi o seguinte: quais são as conexões existentes entre a expansão imperialista e o predomínio do capital fictício na fase neoliberal do desenvolvimento capitalista? A hipótese central que norteia toda essa pesquisa é de que o processo de desmaterialização do valor, no qual o capital portador de juros se valoriza sem sair da forma dinheiro ($D - D'$), mas sem auxiliar o desenvolvimento industrial, está na raiz de todos os conflitos econômicos, políticos e militares provocados durante a fase imperialista do capital. O neoliberalismo ao recriar as condições para a criação desenfreada de capital fictício acentua o divórcio entre a esfera financeira e a esfera produtiva da economia. A expressão disso é o desenvolvimento do capital especulativo parasitário. No plano das relações interestatais, em que o imperialismo norte-americano detém a hegemonia, o resultado é a transformação desse país em um Estado usurário.

Diante das observações preliminares feitas acima, o objeto de estudo proposto é o estudo do capital financeiro e de sua lógica reprodutiva, sob a hegemonia do imperialismo norte-americano. O período de análise compreende os anos que vão desde o colapso da União Soviética e dos países socialistas do Leste Europeu, até a eclosão da crise financeira internacional em 2008 e os seus desdobramentos posteriores (1990-2010).

1.2 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa parte das teses que defendem a existência de um regime de acumulação financeirizado, que prevalece desde o final da década de 1970, como norma

geral do capitalismo. Por regime de acumulação financeirizado entende-se as fases do modo de produção capitalista em que a lógica de valorização do capital portador de juros ($D - D'$) constitui o locus, que detém a hegemonia no processo de acumulação de capitais. Porém, essa teorização não é consenso dentro do pensamento marxista.

As principais críticas formuladas a essa interpretação giram em torno da ideia de que a tese da financeirização da riqueza capitalista afasta-se do núcleo das análises marxistas sobre a relação de dominação do capital sobre o trabalho assalariado no capitalismo. Ou seja, com base na centralidade atribuída por Karl Marx ao capital industrial em seu estudo das leis de movimento e de reprodução do capital em sua principal obra.

A principal dificuldade nesse estudo reside na necessidade de se investigar esse fenômeno sem relegar para o segundo plano as relações de dominação do capital sobre o trabalho. É sabido que o capital depende da expropriação do trabalho assalariado para se autovalorizar. Então, como é possível conceber a valorização de um capital que sempre mantém a forma de dinheiro? Para o tratamento dessa questão, recorri ao conceito de substantivação do valor, em que o capital é tratado como sujeito, isto é, como um ser dotado de vida própria. Por meio dele, foi possível conceber a tendência imanente ao capital de tentar se desvencilhar de sua substância formadora, qual seja: o trabalho humano abstrato. Dessa forma, as barreiras impostas ao capital em seu movimento perpétuo de autovalorização têm como consequência o desenvolvimento do capital especulativo parasitário. Vejamos com mais detalhes essa afirmação.

Em *O Capital*, Marx argumentou que o capital industrial condiciona o caráter capitalista da produção e que todas as outras formas de capital só se movimentam com base nele. Então, como compreender a autonomia conquistada pelo capital fictício em relação ao processo de reprodução material no capitalismo hodierno? A hipótese do capital se valorizar sem sair da forma dinheiro ($D - D'$) parece contrariar a teoria marxista do valor.

Em *O Capital*, livro I, volume I, Marx demonstrou que o objetivo da produção capitalista não é a satisfação das necessidades materiais de toda a sociedade, mas sim a valorização do valor ou produção de mais-valia. O capital em seu apetite pela apropriação de parcelas crescentes da mais-valia tende a encurtar o seu ciclo de valorização de ($D - M - D'$) para o ciclo ($D - D'$). Dessa forma, ele se livra de todos os inconvenientes e riscos relacionados ao processo de circulação, no qual a venda das mercadorias é a condição indispensável para a realização dos lucros. O milagre da

transformação do dinheiro em mais dinheiro ($D - D'$) é possível pela autonomização das diferentes formas do capital a que o seu movimento real conduz. E é na figura do capital portador de juros, que isso se torna possível:

No capital portador de juros, a relação-capital atinge sua forma mais alienada e mais fetichista. Temos aí $D - D'$, dinheiro que gera mais dinheiro, valor que valoriza a si mesmo, sem o processo que medeia os dois extremos. No capital comercial, $D - M - D'$, existe pelo menos a forma geral do movimento capitalista, embora se mantenha apenas na esfera da circulação, portanto o lucro aparece como mero lucro de alienação; mas, ainda assim, apresenta-se como produto de uma *relação*¹ social, e não como produto de uma mera *coisa*². A forma do capital comercial representa ainda apesar de tudo um processo, a unidade de fases opostas, um movimento que se decompõe em dois procedimentos opostos, em compra e venda de mercadorias. Isso está apagado em $D - D'$, a forma do capital portador de juros [...]³.

Nesse sentido, o desenvolvimento da especulação no capitalismo contemporâneo não deve ser entendido como um sintoma de enfermidade da economia capitalista, mas sim como algo resultante de sua própria lógica de funcionamento. A autonomia conquistada pelo capital fictício é apenas relativa em relação ao capital industrial. A chave para a compreensão desse fenômeno está no estudo do processo de financiamento das companhias acionárias e nas mudanças ocorridas nas relações de propriedade com o aparecimento desse tipo de empresa. A apropriação da mais-valia pela esfera financeira depende de sua criação pelo capital produtivo (o capital que se encontra confinado no processo de produção). No entanto, isso não elimina o apetite do capital e seu impulso a romper constantemente os seus limites (através de $D - D'$). Vejamos:

[...] Em $D - D'$ temos a forma irracional do capital, a inversão e reificação das relações de produção em sua potência mais elevada: a figura portadora de juros, a figura simples do capital, na qual este é pressuposto de seu próprio processo de reprodução; a capacidade do dinheiro, respectivamente da mercadoria, de valorizar seu próprio

¹ Itálico no texto original.

² Itálico no texto original.

³ MARX, Karl. *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie*. Hamburgo, 1890; tradução brasileira: MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v.4, p. 293. Coleção Os Economistas.

valor, independentemente da reprodução – a mistificação do capital em sua forma mais crua.⁴

Na fase imperialista do capital, o conflito entre a lógica de acumulação de capitais (a autovalorização do valor) e o processo de reprodução material da sociedade atinge o seu ápice com o surgimento do capital financeiro. Isso se expressa pelas relações antagônicas desenvolvidas entre o capital industrial e o capital bancário (essencialmente especulativo) ao longo da história do imperialismo. O capital financeiro representa a unificação das diferentes frações do capital (comercial, bancário e industrial) e seu desenvolvimento implica a subordinação da indústria capitalista aos interesses financeiros dos proprietários acionistas nas grandes empresas. Isso se evidencia pelo desenvolvimento da especulação.

O predomínio do capital fictício sobre as demais formas do capital na fase atual do desenvolvimento capitalista suscitou o interesse nessa tese de doutorado pelo estudo do capital financeiro no período neoliberal. No período imediatamente anterior, período pós-guerra (1945-1962), a economia mundial registrou altas taxas de crescimento devido a profunda reformulação que o modo de produção capitalista experimentou nessa época. Porém, a partir da década de 1970, o capitalismo mergulhou em uma profunda e persistente crise estrutural.

Após as medidas de desregulamentação e de liberalização dos mercados financeiros, de trabalho e de produtos adotadas, a partir do neoliberalismo, a conjuntura macroeconômica tornou-se altamente volátil devido à grande mobilidade dos capitais. O desenvolvimento do capitalismo hodierno dá-se com base em grandes instabilidades e fortes flutuações cíclicas nos níveis de produção e de emprego. Nesse sentido, a explosão financeira e a deterioração resultante no ambiente macroeconômico não são apenas fenômenos conjunturais, mas estão inseridos na lógica atual de funcionamento do modo de produção capitalista. Em suma, a financeirização, segundo a leitura aqui proposta, é elemento estrutural e sistêmico da economia mundial na atualidade.

Os Estados Unidos foram beneficiados pelas transformações ocorridas no funcionamento e na reorganização do modo de produção capitalista, que constituíram nova fase em seu desenvolvimento (a etapa neoliberal). Isso se deu com a ampliação do

⁴ MARX, Karl. *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie*. Hamburgo, 1890; tradução brasileira: MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v.4, p. 294. Coleção Os Economistas.

poder político e econômico daquele país, que aumentou ainda mais sua fatia na mais-valia produzida mundialmente, em detrimento das outras potências imperialistas.

Entretanto, o caráter instável da economia mundial foi acompanhado pelo reforço da hegemonia norte-americana em todo o mundo com a extinção da antiga União Soviética (URSS), no começo da década de 1990. Além disso, criou-se uma euforia geral em relação às perspectivas do desenvolvimento capitalista, sob a égide dos EUA.

No plano teórico, o resultado foi o surgimento da crença de que esse sistema econômico estava ingressando em etapa pós-imperialista, ou seja, em um desenvolvimento não mais baseado em guerras. As razões apontadas foram as seguintes: (1) com o fim da Guerra Fria, o capitalismo poderia desenvolver-se com base nos valores democráticos e no livre comércio entre as nações; (2) o caráter transnacional do capital produziria o fim dos antagonismos existentes entre os países, o capital sem “pátria”, do qual se deduziu teoricamente a obsolescência final do Estado – nação.

Entretanto, os conflitos militares desencadeados ao longo das décadas de 1990 e 2010 puseram fim às ilusões de um desenvolvimento pacífico do capitalismo. Além disso, a sucessão de crises econômicas (1994, 1995, 1997, 1998, 2000, 2001, 2002, 2008) que sacudiu a economia mundial nesse período frustrou a ideia de que a globalização financeira beneficiaria a todos os países. Na realidade, deu-se o contrário, o abismo existente entre os países centrais e periféricos ampliou-se consideravelmente nesse período. O crescimento do capital financeiro incrementou o conflito entre as regiões industriais do mundo. Por conseguinte, houve a necessidade de se incorporar nesse trabalho as contribuições desenvolvidas pela teoria marxista do imperialismo.

Vê-se que o desenvolvimento das formas de valorização fictícia do capital acirrou todas as contradições do capitalismo. Por conseguinte, existe a necessidade de se compreender como a própria dinâmica da acumulação capitalista engendra a possibilidade do desenvolvimento das transações financeiras e seu relativo descolamento em relação a esfera produtiva da economia. O presente trabalho busca preencher essa lacuna.

1.3 METODOLOGIA E OBJETIVOS

O presente trabalho se baseia na análise e interpretação marxista das leis de movimento e de reprodução do capital financeiro para o período 1990-2010, isto é, busca-se compreender o seu papel no movimento estrutural da economia capitalista. Em primeiro lugar, através do uso de categorias e conceitos herdados da teoria econômica elaborada por Karl Marx. Em particular, foram recuperados os conceitos de capital portador de juros e de capital fictício desenvolvidos por Marx em *O Capital*, livro terceiro, volumes 4 e 5 como ponto de partida da análise do processo de desmaterialização do valor. Em segundo, buscou-se elementos da análise efetuada por Rudolf Hilferding em *O Capital Financeiro* para compreender o predomínio das formas de valorização fictícia do capital na atualidade. Em especial, os conceitos de lucro de fundador e de lucros diferenciais foram fundamentais nessa análise.

No estudo do capital bancário, a interpretação da origem do juro não seguiu a visão tradicional da economia política burguesa, que o considera como fruto da propriedade do capital monetário. A origem das diversas espécies de rendimento (lucro, juro, lucro comercial, renda fundiária) na teoria marxista provém de uma única fonte na economia capitalista: a mais-valia que é produzida pelo conjunto dos trabalhadores assalariados nos setores produtivos da economia e apropriada pelo proprietário do capital. O montante global da mais-valia é repartido entre as diferentes frações de classe (capitalista industrial, banqueiro, proprietários de terras, capitalistas comerciais). Por conseguinte, o juro nada mais é do que uma parcela da mais-valia produzida pelo capital industrial e apropriada pelo banqueiro.

Essa circunstância permitiu-me compreender as relações de conflito estabelecidas entre o capital portador de juros e o capital industrial, no que diz respeito a repartição dos lucros produzidos nas sociedades anônimas. No entanto, o capital portador de juros pode até certo ponto auxiliar no crescimento da economia capitalista, pois com a ampliação da escala de suas operações nenhuma grande empresa industrial é capaz de operar apenas com capital próprio. Dessa forma, o financiamento pressupõe os empréstimos ao capital industrial com o objetivo de produzir mais-valia, no qual a magnitude do juro sempre corresponderá a uma parte do lucro industrial e que é diretamente proporcional ao nível da taxa de juros vigente no mercado.

Entretanto, com o advento do neoliberalismo a conjuntura econômica tornou-se mais instável e o capital bancário adquiriu a hegemonia do processo de acumulação de capitais. Por isso, o próximo passo era compreender como a generalização das operações do capital portador de juros na etapa neoliberal, ao invés de auxiliar, passou a

prejudicar o desenvolvimento industrial. Dessa forma, a análise deslocou-se para o exame do capital fictício.

O capital fictício não representa capital efetivamente aplicado na produção industrial, mas apenas capital imaginado ou ilusório. Ou seja, ele não representa dinheiro gasto na compra dos elementos do capital produtivo (meios de produção e força de trabalho), mas sim dinheiro contábil, o qual é calculado com base na capitalização de um determinado rendimento, à taxa de juros vigente no mercado. Através desse conceito, foi possível compreender o desenvolvimento do capital especulativo parasitário na fase atual do modo de produção capitalista. No prosseguimento de nossa análise, buscou-se entender a formação do capital fictício, a partir do processo de financiamento das sociedades por ações, tal como desenvolvido por Rudolf Hilferding em sua principal obra.

O crescimento desenfreado do capital fictício e a proliferação de práticas especulativas pressupõem o desenvolvimento acelerado do sistema de crédito para o financiamento das empresas industriais. Por sua vez, isso só é possível mediante o aprofundamento da mundialização da economia e o desenvolvimento da exportação de capitais. Por conseguinte, a partir dessa perspectiva foi possível compreender as conexões existentes entre a expansão imperialista e o desenvolvimento da especulação financeira. O último passo consistiu em compreender a natureza do imperialismo sob a hegemonia norte-americana, no contexto da financeirização da economia capitalista.

O procedimento metodológico adotado nessa tese de doutorado foi o seguinte: fez-se uso do método da abstração – preconizado por Karl Marx, Rudolf Hilferding, Vladimir Ilich Lênin, Rosa Luxemburg e outros eminentes marxistas – através da problematização das teses que relacionam o processo de acumulação de capitais, a oligopolização e o desenvolvimento do sistema de crédito. Em especial, buscou-se explorar os aspectos monetários e financeiros da teoria econômica de Marx e as contribuições adicionais legadas por Rudolf Hilferding.

Nas fontes secundárias, foram selecionados livros, artigos e teses que tratam da história econômica dos EUA e países ocidentais, principalmente, das últimas três décadas (1990-2010). No campo da teoria econômica, o desenvolvimento dessa temática baseou-se no estudo das teorias do imperialismo e em análises teóricas sobre as relações entre os bancos e a indústria, as sociedades anônimas, sobre o processo de financeirização da economia capitalista, e etc. Em suma, os textos escolhidos, por um lado, ofereceram suporte para o estudo da natureza da hegemonia norte-americana, após

a extinção da URSS. Por outro lado, buscou-se com as leituras selecionadas a compreensão da força do capital financeiro no mundo atual e, evidentemente, o deslindamento da natureza e do papel dos mercados financeiros.

Os objetivos dessa pesquisa podem ser divididos em: (i) objetivo geral; e (ii) objetivos específicos. O objetivo geral da pesquisa é o de contribuir na discussão sobre o significado da dominação imperialista norte-americana no capitalismo contemporâneo, no contexto da financeirização, entre as décadas de 1990 e 2010. Os objetivos específicos são os seguintes:

- Analisar e atualizar conceitos importantes da teoria econômica marxista, como o de capital financeiro em Rudolf Hilferding ou de capital portador de juros em Karl Marx, que são considerados fundamentais em nosso trabalho para a compreensão da lógica que preside o funcionamento do capitalismo hodierno;
- Compreender o aparente paradoxo, no qual a hegemonia norte-americana fortaleceu-se sobremaneira, com a extinção da URSS no começo da década de 1990, apesar da deterioração das condições macroeconômicas mundiais e da perda dos poderes econômicos dos Estados nacionais no neoliberalismo;
- Compreender as inter-relações existentes entre o desenvolvimento do sistema de crédito na fase imperialista do capital e o processo de desmaterialização do valor propiciado pelo predomínio do capital fictício no período neoliberal;
- Contribuir no desenvolvimento dos aspectos monetários e financeiros da teoria econômica marxista.

1.4 COMENTÁRIO DOS CAPÍTULOS

O presente trabalho está composto de 4 capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No segundo capítulo, intitulado “A gênese do novo imperialismo: 1875-1914”, buscou-se resgatar as discussões feitas sobre o novo imperialismo desenvolvida por John Atkinson Hobson e pelos teóricos marxistas clássicos: Rudolf Hilferding; Karl Kautsky; Nikolai Bukharin; Rosa Luxemburg; Vladimir Ilich Lênin. Esses autores buscaram compreender as conexões existentes entre o recrudescimento do colonialismo e a eclosão da Primeira Guerra mundial com as profundas alterações implementadas na estrutura e no funcionamento do modo de produção capitalista em

sua fase imperialista. Em contrapartida, foram analisadas as contribuições de Joseph Alois Schumpeter e de Norman Angell: os representantes mais importantes das teses do imperialismo extra-econômico.

O florescimento da economia de livre mercado que marcou o desenvolvimento do modo de produção capitalista durante a maior parte do século XIX sofreu modificação qualitativa, a partir da década de 1870. As últimas décadas do século XIX e o início do século XX foram acompanhadas por fortes turbulências políticas e econômicas. O desenvolvimento dos trustes e cartéis que passaram a explorar conjuntamente o mercado mundial capitalista foi acompanhado pelo recrudescimento das rivalidades interestatais. O acirramento da competição internacional culminou com a importância crescente e maior variedades das funções exercidas pelo Estado – nação na vida econômica. Esses fenômenos não deixaram de ser objeto da investigação efetuada pelos teóricos ligados ao marxismo.

A importância de se recuperar esse debate clássico sobre o novo imperialismo (1875-1914) provém do fato de que esses autores identificaram pioneiramente a tendência do capital de tentar romper todas as barreiras sociais impostas a ele (criação de mais-valia pelo trabalho assalariado) em seu movimento de autovalorização, por meio da forma $D - D'$. Ou seja, foi exatamente a partir do período imperialista que o capital fictício desenvolveu-se sobremaneira com a expansão do crédito. No entanto, pelo fato da valorização do capital depender da produção de mais-valia, isso significou, por um lado, o entrelaçamento ou interpenetração entre as atividades financeiras e produtivas. Por outro lado, em modificação nas relações de propriedade com o surgimento dos proprietários acionistas.

A valorização fictícia dos títulos de valor (ações, títulos da dívida pública, etc.) depende da criação de mais-valia pelo capital produtivo e sua transferência para a esfera financeira. Dessa forma, o desenvolvimento dos mercados financeiros é a condição necessária para o crescimento acelerado do capital fictício. Por sua vez, o domínio dos mercados pelos cartéis e trustes levou ao acirramento da competição intercapitalista. O aumento dos rendimentos dos acionistas (valorização de seu capital monetário, sob a forma $D - D'$) depende do controle monopolista dos mercados. Quanto maior o controle sobre os mercados, por meio da eliminação da concorrência, maior é a possibilidade de canalização crescente do excedente econômico para a valorização de seus títulos de propriedade. Em suma, o desenvolvimento do capital financeiro pressupõe o comando cada vez mais amplo dos oligopólios sobre a estrutura produtiva e sobre os recursos

econômicos da sociedade. Por isso, seu desenvolvimento tende a caminhar em direção ao monopólio.

Os monopólios, como é sabido, surgiram como resultado das tendências que operam no seio da sociedade capitalista. Ou seja, o aparecimento das empresas gigantes é consequência dos processos de centralização e de concentração de capitais. Por isso, o ponto de partida da análise desenvolvida pelos pensadores marxistas sobre o capital financeiro foi à teoria da acumulação de capital elaborada por Karl Marx em *O Capital*. Os autores socialistas buscavam atualizar a teoria marxista e submeter à prova a validade das leis desenvolvidas por Marx em sua principal obra sobre o funcionamento do modo de produção capitalista, através do exame dos fatos concretos da economia mundial.

Com o surgimento e desenvolvimento das sociedades anônimas, houve a modificação nas relações de propriedade. Esse aspecto é fundamental porque essa mutação foi que possibilitou a separação completa dos proprietários do capital das funções de controle e gestão das grandes empresas, que passaram a ser desempenhadas por trabalhadores assalariados. Isso significou o desinteresse gradual dos proprietários pela supervisão e avaliação cuidadosa dos ativos reais das empresas industriais. Ou seja, nos cartéis e trustes a contradição principal entre o caráter social da produção e a apropriação privada da riqueza produzida como capital atinge o seu ápice: a crescente organização da produção em larga escala nos oligopólios contrasta com as exigências de remuneração crescente, sob a forma de juros e dividendos, por parte dos proprietários acionistas.

A identificação desse conflito nas sociedades anônimas é importante porque me permitiu compreender que a essência do imperialismo capitalista está no desenvolvimento da especulação. Disso resulta que o imperialismo não pode ser entendido como política do capital financeiro, mas sim como elemento estrutural da economia capitalista, em um estágio superior de seu desenvolvimento. Por isso, a identificação dos autores marxistas clássicos do imperialismo com os monopólios e o capital financeiro. Nessa etapa do desenvolvimento capitalista, as classes e instituições que dispõem do controle sobre as fontes de crédito foram alçadas a uma posição dominante e de prestígio na sociedade burguesa. Por conseguinte, o imperialismo criou ambiente fértil para o desenvolvimento das formas de valorização fictícia do capital.

No terceiro capítulo, o objetivo é compreender como é possível o desenvolvimento do capital fictício, a partir da fase imperialista do capital. Para o

esclarecimento dessa questão, partimos da teoria marxista do valor e de sua noção do capital como sujeito. Para tanto, foi feita uma breve análise da teoria do fetichismo da mercadoria desenvolvida por Karl Marx. A conclusão que chegamos é de que no modo de produção capitalista os agentes de produção estão diante de condições de produção criadas por eles mesmos, mas sob a qual perdem o controle. Por conseguinte, o modo de produção capitalista inaugura na história um sistema de coerção reificado, em que as relações entre os homens estão completamente obscurecidas, apagadas. O pressuposto disso é o desenvolvimento da forma valor. Quanto mais desenvolvida essa forma maior é o grau de desmaterialização da riqueza, que atinge seu clímax com o desenvolvimento das formas de valorização especulativa do capital.

O desenvolvimento do capital fictício acirrou todas as contradições do capital no período imperialista, por meio de crises periódicas e com impactos cada vez mais violentos no modo de produção capitalista. A Grande Depressão foi o exemplo utilizado para o esclarecimento dessa questão. No período entre-guerras (1919-1939), as turbulências políticas e econômicas devem-se ao acelerado processo de desmaterialização do valor e o impacto devastador dessa crise foi acentuado pelo desequilíbrio crescente entre o desenvolvimento dos Estados Unidos e o das demais economias industriais. O resultado disso foi o colapso do liberalismo econômico e a intervenção crescente do Estado de orientação keynesiana no período pós-guerra propiciado pela necessidade de preservação do sistema capitalista, devido à ameaça representada pelo comunismo soviético.

Essa circunstância permitiu a recuperação econômica no período pós-guerra. A adoção do compromisso keynesiano/fordista permitiu colocar freios no desenvolvimento do capital fictício. Esse compromisso representou uma aliança temporária entre o capital industrial e o trabalho assalariado devido às vicissitudes criadas pela formação do bloco soviético na Guerra Fria. Apesar da contradição entre capital e trabalho não ter sido suprimida, tal compromisso entre classes foi bem-sucedido porque ele permitiu o crescimento econômico nos países capitalistas avançados e também a melhoria do padrão de vida das classes trabalhadoras por meio da criação do *Welfare State*.

Nesse período, o que houve essencialmente foi uma séria limitação aos movimentos especulativos do capital e a subordinação do sistema de crédito aos imperativos da acumulação produtiva. Essa circunstância gerou a tese de que o setor financeiro ao crescer de forma desordenada e sem lastro com a economia real prejudica

o desenvolvimento industrial. Entretanto, a interpretação proposta nesse trabalho compreende que a financeirização decorre das próprias leis de movimento do capital. Para tanto, foi necessário o estudo do ciclo do capital industrial e do conceito de capital portador de juros desenvolvidos por Karl Marx em sua principal obra.

No estudo do ciclo do capital industrial, Marx identificou uma contradição: que o capital apesar de tentar se desvencilhar da produção de mercadorias tem que ingressar constantemente na esfera produtiva para viabilizar a produção de mais-valia (fonte de sua autovalorização). Entretanto, como o capital é uma contradição em processo ele busca resolver esse impasse por meio da aceleração de sua rotação, de $D - M - D'$ para $D - D'$. Com o prosseguimento da análise, vimos que a origem do juro também é proveniente do ingresso do capital nos setores produtivos da economia, pois ele nada mais é do que uma parte da mais-valia produzida pelo capital industrial e apropriada pelo capital bancário.

O último passo nesse capítulo era mostrar como a generalização das operações do capital portador de juros atinge seu ápice com o desenvolvimento do capital fictício. Isso foi possível com a transformação do antigo capitão da indústria em simples capitalista monetário nas sociedades anônimas e também com a estruturação de um mercado próprio para a comercialização do capital fictício, qual seja: a Bolsa de Valores. É através da criação desse mercado que o capital adquire relativa autonomia em relação ao processo de reprodução material da sociedade, por intermédio da formação de capital fictício. Por conseguinte, essa análise me permitiu identificar as conexões existentes entre a esfera financeira e a esfera produtiva por meio do legado deixado por Rudolf Hilferding em seu estudo sobre o processo de financiamento das sociedades por ações.

No quarto capítulo, a análise se concentra no período compreendido entre as décadas de 1970 e 2010. Nesse período, a conjuntura macroeconômica tornou-se mais instável. Ou seja, o que se seguiu aos “anos dourados” do capitalismo foi a crise estrutural do capital, a partir da década de 1970, o que marcou o esgotamento do compromisso keynesiano/fordista. A partir de então, as medidas que foram implementadas buscaram atacar todos os fundamentos do Estado de Bem-Estar Social: isto é, essa época significou a entrada em cena dos neoliberais na arena política e econômica.

Com o advento do neoliberalismo, o capital fictício pôde se desenvolver novamente após uma época de restrição ao seu crescimento no período pós-guerra

(1945-1962). Com as medidas de desregulamentação e de liberalização dos mercados adotadas, o processo de formação do capital fictício estava totalmente livre de todos os entraves. Isso pode ser expresso pela importância crescente dos derivativos financeiros na economia mundial, por exemplo. No desenvolvimento dessa análise, utilizei os conceitos de capital fictício de tipo 1 e de capital fictício de tipo 2 desenvolvidos por Reinaldo Antônio Carcanholo e Maurício de Souza Sabadini para compreender a deterioração da conjuntura econômica mundial nas décadas neoliberais.

O próximo passo no capítulo era entender o porquê que isso se tornou possível. Para tanto, recorri a interpretação desenvolvida por François Chesnais que argumenta que o neoliberalismo viabilizou a criação de um amplo espaço totalmente livre das regulamentações estatais, no qual o capital busca a todo momento fazer dinheiro sem sair da esfera financeira. Essa circunstância criou as condições para o desenvolvimento da especulação financeira. Por isso, o neoliberalismo criou obstáculos ao desenvolvimento industrial e também agravou a questão social.

Por último, observa-se que as crises sucessivas que o capitalismo experimentou ao longo do período compreendido entre os anos de 1990 e 2010 não têm sido suficientes para conter o ímpeto do capital parasitário. Pelo contrário, o capital especulativo reforçou-se, principalmente, no período mais recente do desenvolvimento capitalista com a eclosão da crise econômica de 2007-08.

No quinto capítulo, após a reconstituição histórica dos fatos que possibilitaram ao imperialismo norte-americano tornar-se o centro capitalista que domina a economia global fez-se o exame das teses que defendem que a hegemonia dos Estados Unidos está ameaçada. Após essa análise, observou-se que o predomínio do capital especulativo parasitário na economia mundial tem tido como consequência a transformação dos EUA num Estado usurário, tal como descrito por Valdimir Ilitch Lênin em *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. Nas considerações finais, retoma-se os pontos abordados ao longo dos capítulos e são extraídas algumas ideias a título de conclusão da pesquisa.

2 A GÊNESE DO NOVO IMPERIALISMO: 1875-1914

O período histórico compreendido entre os anos de 1875 e 1914 foi marcado por uma grande reviravolta no cenário internacional. Após um período de desenvolvimento relativamente pacífico do modo de produção capitalista durante a maior parte do século XIX (até a década de 1860), sobreveio uma época marcada por crises econômicas e fortes tensões políticas, que culminou com a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914. A tentativa de compreensão desse processo de deterioração nas condições políticas e econômicas em escala mundial deu origem a intensos e longos debates em torno do tema imperialismo. Essas discussões ocorreram sob o impacto do recrudescimento do colonialismo na referida época.

Do ponto de vista econômico, observou-se maior interdependência e integração das economias nacionais no âmbito da economia mundial. Por conseguinte, foi nesse período que houve a criação de uma “economia global única” como assinalou Eric Hobsbawm em *A Era dos Impérios 1875-1914*⁵. O estreitamento dos laços econômicos, comerciais e financeiros entre os países teve como consequências o notável desenvolvimento da produção industrial, acompanhada por profundas mudanças tecnológicas, e acelerado desenvolvimento dos meios de transportes e comunicações. O progresso científico e tecnológico dessa época contribuiu para o rompimento do relativo isolamento entre as economias nacionais ao propiciar as condições materiais necessárias para a sua maior unificação.

No entanto, tais transformações foram acompanhadas pelo aprofundamento das desigualdades entre os países imperialistas e os demais países consolidando uma estrutura hierárquica no sistema internacional da divisão do trabalho. Sob o impacto da grande depressão das décadas de 1870 e 1880 acirrou-se a concorrência entre as economias dos países avançados do capitalismo. O domínio econômico da Grã-Bretanha fora seriamente abalado com a emergência de novos centros industriais dinâmicos, tais como: Estados Unidos, Alemanha e Japão. A intensificação da competição econômica entre as principais potências resultou no desenvolvimento de práticas protecionistas e na combinação de empresas, visando à eliminação dos competidores mais fracos mediante a formação e consolidação das sociedades

⁵ Veja: HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios 1875-1914*. 10.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 95. Título original *The age of Empire 1875-1914*.

anônimas. Os alicerces do liberalismo econômico foram colocados em xeque. Outra saída para os problemas gerados pela depressão econômica era a política de anexação territorial das colônias por parte das economias metropolitanas. Dessa forma, o Estado-nação passou a intervir cada vez mais na esfera econômica, ou seja, as relações entre a política e a economia estavam mais complexas e variadas.

Em termos gerais, entre os anos de 1880 e 1914, a maior parte do mundo foi dividida formalmente, com exceção da Europa e das Américas, sob o comando direto ou dominação política indireta de um pequeno grupo de Estados, quais sejam: Grã-Bretanha; França; Alemanha; Itália; Holanda; Bélgica; Estados Unidos e Japão⁶. A África e o Pacífico foram inteiramente repartidos.

Esse conjunto de mudanças no cenário mundial assinalou uma ruptura radical com o período anterior à década de 1870. Por conseguinte, contrariamente ao que se pensa, o imperialismo de base financeira era um fenômeno essencialmente novo, como pode ser apreendido pela seguinte passagem de *A Era dos Impérios 1875-1914*:

Entretanto, mesmo sendo o colonialismo apenas um dos aspectos de uma mudança mais geral das questões mundiais, foi, com toda clareza, o de impacto mais imediato. Ele constituiu o ponto de partida de análises mais amplas, pois não há dúvida de que a palavra “imperialismo” passou a fazer parte do vocabulário político e jornalístico nos anos 1890, no decorrer das discussões sobre a conquista colonial. Ademais, foi então que adquiriu a dimensão econômica que, como conceito, nunca mais perdeu. Eis porque são inúteis as referências às antigas formas de expansão política e militar em que o termo é baseado. Os imperadores e impérios eram antigos, mas o imperialismo era novíssimo. A palavra (que não figura nas obras de Karl Marx, falecido em 1883) foi introduzida na política na Grã-Bretanha nos anos 1870, e ainda era considerada neologismo no fim da década. Sua explosão no uso geral data dos anos 1890. Por volta de 1900, quando os intelectuais começaram a escrever livros sobre o imperialismo, ele estava – para citar um dos primeiros deles, o liberal britânico J.A. Hobson – “na boca de todo mundo... e [era] usado para denotar o movimento mais poderoso na política atual do mundo ocidental”. *Em suma, era um termo novo, criado para descrever um fenômeno novo*⁷. Este fato é evidente o bastante para descartar uma das muitas escolas participantes desse tenso e acirrado debate ideológico sobre o “imperialismo”, que argumentava que ele não era nada de novo, que talvez fosse mesmo um mero remanescente

⁶ Veja: HOBBSBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios 1875-1914*. 10.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 88. Título original *The age of Empire 1875-1914*.

⁷ Grifos nossos.

pré-capitalista. De qualquer maneira, era sentido e discutido como novo⁸.

Diante dessa nova realidade, inúmeras foram as tentativas de explicação da expansão imperialista. Podemos enquadrá-las sinteticamente em dois grupos: (1) o imperialismo econômico; (2) o imperialismo extra-econômico. No primeiro grupo, podemos reunir as análises de John Atkinson Hobson e as teses marxistas do imperialismo. Nele, o imperialismo é analisado como fruto do desenvolvimento capitalista. No segundo, têm-se as interpretações de Joseph Alois Schumpeter e de Norman Angell. Nelas, a força motriz do imperialismo é vista nos mecanismos extra-econômicos, tais como: psicológicos, morais, culturais, ideológicos e políticos.

A complexificação das relações econômicas e a criação de uma economia mundial totalmente interdependente, conectando até as mais remotas e longínquas regiões do planeta ao mercado mundial capitalista, fez o debate pender em favor das teses do imperialismo econômico. Os autores vinculados a esse tipo de interpretação buscaram compreender os impactos das modificações introduzidas na economia capitalista e suas inter-relações com a política colonial dos Estados imperialistas.

O aspecto mais visível das transformações processadas na economia mundial naquele período foram o surgimento e o desenvolvimento das sociedades anônimas. Os monopólios que no período anterior à década de 1870 ainda estavam em vias de formação, passaram a ser base de toda a estrutura econômica da sociedade capitalista na etapa subsequente. Dessa forma, faz-se necessário um breve estudo das sociedades por ações, sobretudo, de sua estruturação interna.

2.1 A GESTÃO DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS E SUAS CONTRADIÇÕES

Em *O Capital, livro primeiro, volume II*, Karl Marx analisou os dois processos fundamentais da acumulação capitalista, quais sejam: a concentração e a centralização

⁸ HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios 1875-1914*. 10.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 92. Título original *The age of Empire 1875-1914*.

de capitais⁹. A concentração de capital possibilita o crescimento da empresa individual por meio da acumulação acelerada dos meios sociais de produção e da força de trabalho em seu âmbito interno. Por sua vez, a centralização de capitais atua como um ímã atraindo os capitais antes dispersos. A partir do exame desses dois processos e sua ação conjunta, observa-se a acumulação de riqueza material nas grandes empresas através da concentração, e a eliminação progressiva da concorrência por meio da centralização das distintas formas do capital (comercial, bancário, industrial, etc.). A consequência desse processo é a ampliação da escala de operações das empresas e o aumento da magnitude do capital mínimo exigido para a operacionalização das empresas gigantes, principalmente, em função dos altos gastos com capital fixo (edifícios, máquinas, instalações, etc.).

Sob o impacto do desenvolvimento das sociedades por ações, principalmente, no setor ferroviário, Marx sentiu a necessidade de estudá-las minuciosamente, bem como o papel desempenhado pelo sistema creditício. Isso devido à importância crescente das condições de financiamento para a operacionalização de suas atividades. O prosseguimento da análise do crédito deu-se no livro terceiro, volume IV de *O Capital*. Interessa-nos, particularmente, a seção intitulada “O papel do crédito na produção capitalista”, na qual o autor analisou as consequências da separação existente entre a propriedade do capital e sua gestão administrativa no seio das sociedades anônimas.

Através do desenvolvimento do sistema creditício tornou-se possível a criação e desenvolvimento das companhias acionárias. Nelas, a contradição principal do modo de produção capitalista existente entre o caráter social da produção e a apropriação privada do excedente econômico atinge o seu ápice. Isso na medida em que a própria função de controle e administração das grandes empresas passa a ser entregue a trabalhadores assalariados altamente especializados (os gerentes e administradores). A propriedade do capital assume a forma pura e simples de posse de títulos de valor (ações). Veja-se:

Transformação do capitalista realmente funcionante em mero dirigente, administrador de capital alheio, e dos proprietários de capital em meros proprietários, simples capitalistas monetários. Mesmo se os dividendos que recebem incluem o juro e o ganho empresarial, isto é, o lucro total (pois o ordenado do dirigente é ou

⁹ Veja: MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v.2. Coleção os Economistas, p. 196-8. Título original *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie*.

deve ser mero salário por certa espécie de trabalho qualificado, cujo preço é regulado no mercado de trabalho, como o de qualquer outro), esse lucro total passa a ser recebido somente na forma de juro, isto é, como mera recompensa à propriedade do capital, a qual agora é separada por completo da função no processo real de reprodução, do mesmo modo que essa função, na pessoa do dirigente, é separada da propriedade do capital. O lucro se apresenta assim (e não mais apenas uma parte do mesmo, o juro, que extrai sua justificação do lucro do mutuário) como simples apropriação de mais-trabalho alheio, oriundo da transformação dos meios de produção em capital, isto é, de sua alienação em face dos produtores reais, de sua antítese como propriedade alheia a todos os indivíduos realmente ativos na produção, do dirigente até o último dos diaristas. *Nas sociedades por ações, a função é separada da propriedade de capital, portanto também o trabalho está separado por completo da propriedade dos meios de produção e do mais-trabalho*¹⁰. Esse resultado máximo do desenvolvimento da produção capitalista é um ponto de passagem necessário para a retransformação do capital em propriedade dos produtores, porém não mais como propriedade privada de produtores individuais, mas como propriedade dos produtores associados, como propriedade diretamente social. É, por outro lado, ponto de passagem para a transformação de todas as funções do processo de reprodução até agora ainda vinculadas à propriedade do capital em meras funções dos produtores associados, em funções sociais¹¹.

Nesse sentido, as empresas monopolistas passam a ser guiadas pelo planejamento organizado da produção (estudo detalhado da demanda e da oferta, por exemplo), e sob a base de uma ampla cooperação social entre os trabalhadores, inclusive, dos encarregados nas tarefas de controle e direção nas fábricas (funções agora separadas da propriedade do capital). No entanto, isso contrasta com as exigências de remuneração crescente por parte dos acionistas sob a forma de juros, dividendos, etc. Os administradores dessas empresas estão interessados em sua gestão eficiente, enquanto que os interesses de seus proprietários acionistas podem entrar em conflito com seus imperativos de acumulação industrial.

As disputas em torno da forma de utilização dos lucros produzidos pelas sociedades anônimas entre os gerentes e os proprietários do capital monetário marcam o desenvolvimento das companhias acionárias. Anteriormente, nas empresas de estrutura familiar (nas quais não há separação entre a propriedade e o controle), os detentores do capital estavam totalmente dependentes da acumulação ininterrupta do capital industrial,

¹⁰ Grifos nossos.

¹¹ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v.4. Coleção os Economistas, p. 332. Título original *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie*.

o que exigia a sua administração eficiente. Em suma, as mutações na propriedade capitalista traduziram-se no desinteresse gradual de seus proprietários pela supervisão e avaliação cuidadosa dos ativos reais das empresas industriais. Isso, na medida em que podem readquiri-los a todo o momento com a compra de ações e auferir ganhos rápidos com a sua venda em momentos de pico dos seus preços.

Nas sociedades por ações, o lucro total se reparte sempre em juro e ganho empresarial. Essas duas espécies de rendimento são apenas formas distintas em que a mais-valia se decompõe nas grandes empresas, mas não alteram em nada a sua natureza. Da análise dessa divisão do lucro global, Karl Marx observou que o capital portador de juros entra em antítese com o capital efetivamente aplicado na produção industrial. O juro constitui um ônus para a grande empresa industrial, já que ele só pode constituir uma fração da mais-valia criada no setor produtivo da economia (lucro de alienação).

Como as grandes companhias também utilizam capital de terceiros, a concretização dos empréstimos baseia-se na condição de que o dinheiro emprestado será utilizado produtivamente, ou seja, investido na esfera industrial com o objetivo de produzir mais-valia. A sua magnitude tem que ser suficiente, por um lado, para remunerar o capital industrial (ganho empresarial) e, por outro lado, para pagar os juros cobrados pelos prestamistas. Dessa forma, ele identifica uma contradição de interesses entre o capital industrial e o capital portador de juros. O antagonismo existente entre essas duas formas de capital se expressa na luta pela apropriação de parcelas crescentes dos lucros produzidos pelas empresas monopolistas. Essa contradição é indissociável nas sociedades por ações.

Com o desenvolvimento do sistema de crédito, alteram-se as condições e a dinâmica do processo de acumulação capitalista. O crédito elimina a dependência absoluta das empresas da produção de mais-valia, pois elas podem agora dispor do capital necessário para a operacionalização de suas atividades, mediante o acesso às fontes de financiamento. Os dispêndios crescentes com capital fixo (máquinas, instalações, edifícios, etc.) inviabilizam a sociedade anônima a desenvolver suas atividades apenas com a utilização de capital próprio. Por conseguinte, nos oligopólios a questão do acesso às fontes de crédito é crucial. Sua importância cresce na medida em que se acirra a competição econômica entre eles, e com o desenvolvimento do sistema creditício.

O desenvolvimento do sistema de crédito permitiu a expansão mais acelerada das relações de produção capitalista em todo o mundo por meio de uma intrincada e

complexa rede de relações comerciais, financeiras, produtivas, tecnológicas, etc. Daí decorrem as análises sobre o processo de mundialização do capital consubstanciadas nas teorias do imperialismo.

2.2 A ANÁLISE PRECURSORA DE JOHN ATKINSON HOBSON

O pioneirismo na análise do imperialismo contemporâneo deve-se ao inglês John Atkinson Hobson (1858-1940), que publicou a obra *Imperialism: a Study*, em 1902. A contribuição de Hobson foi demonstrar que o imperialismo era fruto do desenvolvimento do capitalismo moderno. Sua interpretação ficou conhecida como imperialismo econômico. Essa circunstância fez com que sua teoria ganhasse grande receptividade entre os teóricos socialistas e pavimentou o caminho para os estudos posteriores sobre o tema no campo marxista. Por isso, o exame de sua obra é fundamental.

John Hobson foi o primeiro a associar a expansão colonial de fins do século XIX e do início do século XX, com as profundas transformações que se processaram na economia capitalista naquele período. Hobson entendia que o imperialismo era uma espécie de enfermidade ou desajuste provocado na economia capitalista que poderia ser solucionado. Analisando o caso da Inglaterra, que era a principal potência econômica da época, chegou à conclusão de que a expansão colonial era um prejuízo para a nação como um todo, demonstrando assim que o imperialismo não era uma necessidade vital para o sistema capitalista e que poderia ser evitado. Veja-se as suas conclusões a respeito:

Todos estes dados empíricos induzem a tirar as seguintes conclusões relativas ao aspecto econômico do novo imperialismo: primeiro, que o comércio exterior da Grã-Bretanha representa uma porcentagem pequena e minguante em relação com seu comércio e indústria internos; segundo, que dentro do comércio exterior de nosso país, as transações realizadas com as possessões britânicas representam uma porcentagem cada vez menor das efetuadas com os países estrangeiros, e terceiro, que dentro do comércio da Grã-Bretanha com suas possessões, as transações realizadas com as possessões tropicais, em especial com as novas possessões tropicais, foram as menores, as

de menor progresso e as mais flutuantes em quantidade, e a qualidade das mercadorias que compreendiam era a mais baixa¹².

Segundo a análise de John Hobson, a causa do imperialismo é a superprodução de capital que se verifica nos países centrais do capitalismo, os quais não encontram aplicação em seus próprios mercados. O excesso de capital que se forma nesses países reclama por novos investimentos nos países estrangeiros, através da exportação de capitais¹³.

Na visão de Hobson, a formação desse excedente de capital é ocasionada pela má distribuição de renda, ou seja, o subconsumo das massas estaria na raiz de todo o problema. Por causa da concentração de renda, o consumo das classes trabalhadoras não consegue acompanhar o aumento da produção material e o resultado é a formação de um excedente de capitais que não se pode investir lucrativamente no próprio país. Segundo John Hobson essa é a raiz econômica do imperialismo. Veja-se:

Este fenômeno econômico constitui a chave do imperialismo. Se o público consumidor de nosso país elevasse seu nível de consumo cada vez que se registra um aumento da produção, de modo de que se mantivesse o equilíbrio entre aquele e esta, não haveria um excesso de mercadorias nem de capital pedindo a gritos que se utilize do imperialismo para encontrar mercados. Naturalmente, existiria o comércio exterior, mas não apresentaria maiores dificuldades o intercâmbio do pequeno excedente de produção que teriam nossos fabricantes pelos alimentos e matérias-primas que necessitássemos

¹² Tradução própria do original em espanhol: “Todos estos datos empíricos inducen a sacar las siguientes conclusiones relativas al aspecto económico del nuevo imperialismo: primero, que el comercio exterior de la Gran Bretaña representa un porcentaje pequeño y menguante en relación con su comercio e industria interiores; segundo, que dentro del comercio exterior de nuestro país, las transacciones realizadas con las posesiones británicas representan un porcentaje cada vez menor de las efectuadas con los países extranjeros, y tercero, que dentro del comercio de Gran Bretaña con sus posesiones, las transacciones realizadas con las posesiones tropicales, y en especial con las nuevas posesiones tropicales, fueron las más pequeñas, las de menor progreso y las más fluctuantes en cantidad, y la calidad de las mercancías que comprendían era la más baja”. HOBSON, John Atkinson. *Estudio del imperialismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981, p. 59. Título original *Imperialism – a study* (1902).

¹³ Nesse sentido, a explicação de Hobson sobre a expansão colonial se aproxima da análise efetuada por Vladimir Ilich Lênin. Para Lênin, com a constituição de um excedente de capitais nos países metropolitanos há uma explosão de atividade colonial, visando sua colocação lucrativa nos mercados externos. Tal se observa a partir da década de 1870. Entretanto, as causas da exportação de capitais são compreendidas diferentemente em ambos, e daí reside a grande diferença em suas interpretações.

todos os anos, e toda poupança que tivesse em nosso país, poderia ser investida na indústria nacional, se assim decidirmos¹⁴.

Esse subconsumo é provocado por uma espécie de desajuste presente nas economias capitalistas, o que torna o capital ocioso nas metrópoles. No entanto, sua análise não se limita a conceber o imperialismo como oriundo apenas de fatores econômicos. Além disso, ele enumera outros elementos responsáveis pela política imperialista como o patriotismo, a busca de aventuras, o espírito militar, a ambição política e a filantropia. Todos esses elementos, apesar de secundários na explicação desse autor, estão interligados e são manipulados habilmente pelos imperialistas para a realização de campanhas militares no exterior. Ou seja, por meio da manipulação desses elementos, atingem-se os objetivos econômicos perseguidos.

Apesar de julgar que o imperialismo seja um “mau negócio”, do ponto de vista da sociedade como um todo, Hobson destaca que existem certos grupos de interesse que se beneficiam diretamente com a expansão colonial. Eles são os responsáveis pela execução da política imperialista e exercem grande influência na vida política do país. Entre eles, pode-se destacar: (1) as forças armadas; (2) as empresas navais; (3) os exportadores; (4) os fabricantes de canhões, de fuzis, de munições, de aviões; (5) os produtores de alimentos para as forças armadas; (6) os grupos financeiros, entre outros.

Os grupos imperialistas utilizariam o Estado como instrumento de seus próprios interesses. O grande aumento dos gastos públicos na fase imperialista seria uma das principais fontes de ganhos dos grupos financeiros e industriais. Em detrimento da coletividade, o erário público seria utilizado para financiar as campanhas militares no exterior. Por outro lado, esses gastos servem para abrir novos campos de investimentos para o seu capital, estabelecer contratos vantajosos com os mercados estrangeiros, etc. Preferencialmente, por meio dos impostos indiretos, esses grupos conseguem fazer com que os custos dessa política recaiam sobre a classe trabalhadora. Em suma, o emprego

¹⁴ Tradução própria do original em espanhol: “Este fenómeno económico constituye la clave del imperialismo. Si el público consumidor de nuestro país elevara su nivel de consumo cada vez que se registra un aumento de la producción, de modo que se mantuviera el equilibrio entre aquél y ésta, no habría un exceso de mercancías ni de capital pidiendo a gritos que se eche mano del imperialismo para encontrar mercados. Naturalmente, existiría el comercio exterior, pero no presentaría mayores dificultades el cambiar el pequeño excedente de producción que tendrían nuestros fabricantes por los alimentos y materias primas que necesitaríamos todos los años, y todo el ahorro que hubiera em nuestro país podría invertirse en la industria nacional, si así lo decidiéramos”. HOBSON, John Atkinson. *Estudio del imperialismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981, p. 94. Título original *Imperialism – a study* (1902).

lucrativo de capitais no exterior requer um grande aumento dos gastos públicos para o financiamento das atividades militares. Porém, para que esse financiamento resulte em grandes benefícios aos grupos imperialistas, os custos dessa política não podem recair sobre os ombros de classes sociais diretamente interessadas em sua execução. Isso só é possível mediante a adoção de um sistema de tributação indireta em que os impostos recaiam, sobretudo, sobre os produtos de consumo popular que não são passíveis de troca por bens substitutos.

Além disso, a dívida pública é outra fonte de financiamento importantíssima dos gastos militares. Segundo John Atkinson Hobson, a criação da dívida pública satisfaz aos seguintes objetivos: (i) atender as necessidades emergenciais de gastos não previstos no orçamento público e que não podem ser cobertos pelos impostos indiretos; (ii) escapar dos impostos sobre a renda e a propriedade, que seriam necessários caso ela não existisse; (iii) investir lucrativamente o capital acumulado, o qual em caso contrário continuaria ocioso; (iv) o seu aumento constitui o objetivo perseguido pelos credores, que tem interesse na renovação contínua dessas dívidas; (v) permitir que os países credores se intrometam nos assuntos internos dos países devedores, fazendo valer a força de seus interesses comerciais e financeiros, e (vi) poder facilitar o apoio político dos países devedores em conjunturas críticas, etc.

Vê-se que na visão de John Atkinson Hobson o imperialismo e sua política de anexações, apesar de oriunda de deformações na economia capitalista, resultam claramente lucrativos para certos grupos de interesse que dominam a vida política nos países metropolitanos. Isso em detrimento dos interesses do conjunto da população. Esses grupos minoritários e abastados exercem o controle do aparelho de Estado e são inimigos declarados da democracia.

Entretanto, mesmo reconhecendo as poderosas forças em jogo que se beneficiam com o imperialismo, John Hobson acredita que é possível adotar medidas para combatê-lo ou mesmo saná-lo. Ou seja, as estruturas que propiciam as ações imperialistas podem tornar-se eventualmente hegemônicas e produzir conjunturas de expansão imperialista. No entanto, sua ação não muda estruturalmente – de modo irreversível – a sociedade, tornando-se um traço permanente, mas pode ser revertida. Em sua análise, por meio da adoção de reformas sociais, o imperialismo poderia ser eliminado. No plano político, isso significa desenvolver a democracia por meio da instituição de um governo livre e que respeite os ideais democráticos. No plano econômico, por meio da melhoria na distribuição de renda, elevar-se-ia o nível de consumo das massas, evitando a formação

do capital ocioso. Dessa forma, cessariam os estímulos que impelem os países centrais do capitalismo na busca por novas colônias. Ou seja, trata-se de ampliar a demanda agregada da economia nacional. Nas palavras de Hobson:

Não está escrito na ordem natural das coisas que tenhamos que gastar nossos recursos naturais em empresas militares, em guerras, em manobras diplomáticas arriscadas e pouco escrupulosas com o objetivo de encontrar mercados para nossas mercadorias e para nossos excedentes de capital. Uma sociedade inteligente e progressista que se baseia em uma igualdade fundamental de oportunidades econômicas e educativas, elevaria seu nível de consumo para que se correspondesse com todo incremento de sua capacidade de produção, e poderia encontrar pleno emprego para uma quantidade ilimitada de capital e mão-de-obra dentro das fronteiras de seu próprio país. Quando a distribuição da renda é de tal tipo que permite a todas as classes sociais da nação converter suas autênticas necessidades em demanda efetiva de bens, não pode dar-se superprodução, nem subemprego de capital ou de mão-de-obra, nem há necessidade alguma de combater por mercados estrangeiros¹⁵.

John Atkinson Hobson teve grandes méritos ao perceber pioneiramente as inter-relações existentes entre o desenvolvimento do capitalismo e o recrudescimento do colonialismo, a partir da década de 1870. Sua análise ganhou adeptos nos meios marxistas, principalmente nas interpretações de Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburg e Vladimir Ilich Lênin, que reconheceram a influência de Hobson em suas obras. Seu estudo do imperialismo se inseriu dentro de suas preocupações com as campanhas militares no exterior empreendidas pela Grã-Bretanha e suas consequências socioeconômicas.

¹⁵ Tradução própria do original em espanhol: “No está escrito en el orden natural de las cosas que tengamos que gastar nuestros recursos naturales en empresas militaristas, en guerras, en maniobras diplomáticas arriesgadas y poco escrupulosas con objeto de encontrar mercados para nuestras mercancías y para nuestros excedentes de capital. Una sociedad inteligente y progresista que se basara en una igualdad fundamental de oportunidades económicas y educativas, elevaria su nivel de consumo para que correspondiera con todo incremento de su capacidad de producción, y podría encontrar pleno empleo para una cantidad ilimitada de capital y mano de obra dentro de las fronteras de su propio país. Cuando la distribución de la renta es de tal tipo que permite a todas las clases sociales de la nación convertir sus auténticas necesidades em demanda efectiva de bienes, no puede darse superproducción, ni subempleo de capital o mano de obra, ni hay necesidad alguna de combatir por mercados extranjeros”. HOBSON, John Atkinson. *Estudio del imperialismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981, p. 98-9. Título original *Imperialism – a study* (1902).

2.3 A CATEGORIA DE ANÁLISE MARXISTA: O CAPITAL FINANCEIRO

No campo marxista, a análise do imperialismo ganhou ímpeto a partir da publicação da obra seminal *Das Finanzkapital* em 1909 por Rudolf Hilferding (1877-1941). O desenvolvimento do modo de produção capitalista, marcado pelo surgimento e fortalecimento das sociedades por ações, requeria a construção de um conceito que pudesse servir como ponto de partida das análises sobre aquela temática. A partir daí, o capital financeiro foi alçado como categoria central das investigações marxistas sobre o funcionamento do capitalismo. A estruturação desse conceito refletia a crescente centralização e interdependência das distintas frações do capital (industrial, comercial, bancário), e as modificações nas relações de propriedade capitalista com o aparecimento dos acionistas. Eis a definição de capital financeiro proposta por Hilferding:

A dependência da indústria com relação aos bancos é, portanto, consequência das relações de propriedade. Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Dispõem do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco deve imobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais. Torna-se, assim, em proporções cada vez maiores, um capitalista industrial. Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro antes os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, pelos industriais¹⁶.

O capital financeiro é a forma assumida pelo grande capital, a partir do último quartel do século XIX. Esse conceito expressa a dependência crescente das empresas industriais em relação às fontes de financiamento de suas atividades. Historicamente,

¹⁶ HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Coleção Os Economistas, p. 219. Título original: *Das Finanzkapital* (1909).

isso se resolveu por meio da fusão dos interesses existentes entre o capital bancário e o capital industrial, à medida que avançava o processo de concentração e de centralização de capitais. Cada oligopólio, por um lado, buscava o controle de suas próprias fontes de crédito, o que lhe garantia êxito no processo concorrencial. Por outro lado, os bancos procuraram intervir cada vez mais na esfera industrial, passando a exercer o domínio sobre vários ramos da indústria. Cada passo, nesse sentido, desenvolvia enormemente e simultaneamente a concentração bancária e industrial.

A expansão creditícia teve papel fundamental no processo de monopolização dos diferentes setores da economia. Por isso, Hilferding dedica grande atenção à análise da função do dinheiro como meio de pagamento, na parte primeira de seu livro, denominada “Dinheiro e Crédito”. Com a diferença temporal existente entre o ato de recebimento da mercadoria e o de pagamento, o vendedor entrega a mercadoria em troca de uma letra de câmbio. Na medida em que a letra de câmbio passa a funcionar como meio de circulação, substituindo a moeda corrente, ela viabiliza o processo de circulação social das mercadorias. Por conseguinte, as letras de câmbio são aceitas pelos vendedores como uma promessa de pagamento futura por parte dos compradores e passam a funcionar como moeda fiduciária (ou seja, assentada na confiança entre as pessoas envolvidas na transação). Esse tipo de crédito que os capitalistas concedem entre si chama-se crédito de circulação.

Em oposição a esse tipo de crédito, Rudolf Hilferding desenvolve o conceito de crédito de capital. Esse tipo de crédito resulta da transformação do capital ocioso em capital monetário ativo. Ou seja, que será transformado em capital produtivo. Nele, há realmente transferência de dinheiro para o capitalista que deseja empregá-lo produtivamente. Nesse sentido, o processo de financiamento torna-se uma condição vital na competição industrial.

Diante da crescente importância do crédito de capital com o desenvolvimento da produção capitalista, Rudolf Hilferding analisa os fatores que provocam a liberação periódica de capital monetário ocioso na circulação do capital industrial e suas implicações sobre as relações entre os bancos e a indústria. O capital monetário passa a se constituir na base para o desenvolvimento do sistema de crédito. Enquanto esse capital ocioso não atinge grandes proporções, tem-se que as instituições bancárias que o controlam não passam de meros intermediários do processo de produção capitalista. Elas transferem o capital ocioso em algumas indústrias para outras que reclamam o seu consumo produtivo. No início, essa operação é meramente auxiliar e constitui-se na

principal atividade realizada pelos bancos. Entretanto, na medida em que se ampliam as operações realizadas pelos bancos e cresce o capital monetário ocioso à sua disposição, o capital bancário passa a se constituir na principal alavanca do processo de acumulação de capitais. Os bancos, por meio de suas operações bancárias, passam a influir, decisivamente no curso da indústria.

O conceito de capital financeiro, elaborado por Rudolf Hilferding, foi alvo de inúmeras críticas ao longo do tempo. O principal ponto de convergência nessas análises é a tese de Hilferding referente à dominação dos bancos sobre a indústria capitalista. Convém salientar que o autor estava analisando o caso da Alemanha, no qual os bancos detinham a hegemonia no processo de acumulação de capitais. Nos Estados Unidos, a situação era diferente, ou seja, era o capital industrial que comandava a dinâmica da acumulação capitalista.

Entretanto, todas essas críticas partem de um erro comum: a identificação do conceito de capital financeiro com a dominação do capital bancário sobre o capital industrial. O essencial nessa categoria é que ela se refere ao processo de interdependência crescente e luta contínua entre o capital bancário e o capital industrial no seio das sociedades anônimas¹⁷. Foi a partir da identificação desse conflito entre essas duas frações do capital que Hilferding pôde desenvolver aquela categoria analítica. Ou seja, o conceito de capital financeiro refletia fielmente o movimento da realidade marcada por múltiplas formas de entrelaçamento entre os bancos e as empresas industriais. Dessa forma, o aspecto decisivo da categoria é a interpenetração existente na realidade objetiva entre os negócios bancários e industriais, e não a dominação de uma determinada forma de capital. Seu uso foi generalizado entre os autores marxistas clássicos (Rosa Luxemburg, Karl Kautsky, Vladimir Ilich Lênin e Nikolai Bukharin). Dentro dessa contradição insolúvel entre o capital bancário e o capital industrial é que deve ser compreendido o desenvolvimento do capital financeiro ao longo de sua história.

2.4 O CAPITAL FINANCEIRO E A AÇÃO TERRITORIAL DO IMPERIALISMO

¹⁷ Em nossa interpretação, o conceito de capital financeiro é a aplicação de uma das leis da dialética referente à unidade e luta dos contrários.

Após a construção teórica original efetuada por Rudolf Hilferding da categoria capital financeiro, o passo seguinte era demonstrar a ligação existente entre o desenvolvimento do capital financeiro e a exacerbação do colonialismo, a partir da década de 1870. A política dos grandes oligopólios em cada país imperialista tinha como objetivo eliminar a concorrência interna e externa nos diferentes mercados para a maximização de seus lucros. Para tanto, era necessário protegê-los mediante práticas monopolistas (protecionismo, combinação de empresas para o esmagamento dos concorrentes, restrição das fontes de financiamento, etc.). A repartição dos mercados tinha como objetivo o levantamento de barreiras à entrada de novos competidores. Para tanto, os trustes e cartéis contavam com a ajuda da política governamental. Por conseguinte, a anexação territorial das colônias pelas potências imperialistas estava relacionada intimamente com a política de reserva de mercado desenvolvida pelas sociedades anônimas, em ambiente de acirrada concorrência entre elas. Sob o impacto desses acontecimentos históricos, os autores marxistas empreenderam suas análises sobre a expansão imperialista. No entanto, apesar de partirem de uma base teórica comum, elas apresentam diferenças entre si.

Na análise sobre a nova política comercial desenvolvida pelos grandes oligopólios, Rudolf Hilferding e Nikolai Bukharin (1888-1938) deduziram as causas da expansão colonial das grandes potências. No âmbito interno das economias metropolitanas, o protecionismo na época do capital financeiro implicou a defesa das indústrias exportadoras dos países imperialistas mediante subsídios¹⁸. Ou seja, buscava-se, por um lado, levantar barreiras aos produtos estrangeiros nos mercados desses países estimulando os seus setores mais competitivos e monopolizados¹⁹. Por outro lado, invadir os territórios estrangeiros com as mercadorias produzidas pelo setor exportador de cada país imperialista. O sucesso dessa medida implicava o aviltamento dos preços no mercado interno (obtendo lucros extras) para, dessa forma, praticar baixos preços no mercado internacional, eliminando a concorrência estrangeira. No entanto, o encarecimento das mercadorias no mercado doméstico de cada potência imperialista reduz a venda nesses mercados, a qual só pode ser compensada com a ampliação do espaço econômico nacional, mediante a anexação territorial das colônias.

¹⁸ Essa era uma diferença significativa em relação à política comercial vigente nos períodos iniciais do desenvolvimento capitalista, na qual se tratava de estimular a indústria nascente de cada nação mediante a proteção de seus mercados.

¹⁹ Veja: HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Coleção Os Economistas, p. 283-91. Título original: *Das Finanzkapital* (1909).

Na investigação desenvolvida por Karl Kautsky (1854-1938)²⁰, a anexação formal das colônias efetuada pelas economias centrais do capitalismo foi interpretada como resultado da desproporção existente entre o desenvolvimento da agricultura e o da indústria capitalista. Como a agricultura tende a não acompanhar o febril desenvolvimento industrial (o qual passa a reclamar imperiosamente por novas fontes de matérias-primas e de alimentos), a dominação dos territórios pertencentes aos países agrários pelos países industriais passa a ser chave para a solução desse problema. Somente com a anexação das fronteiras agrícolas existente nas colônias, é possível restabelecer as condições de proporcionalidade entre os setores agrícola e industrial. Em suma, Kautsky enxergava na expansão imperialista por parte dos Estados industrialmente avançados, a tentativa de sanar as dificuldades criadas no processo de acumulação de capitais. Isso em decorrência dos desequilíbrios que ocorrem no processo de reprodução material da sociedade, que se relacionam intimamente com a acumulação de capital mais intensa no setor industrial em comparação com o setor agrícola.

O foco da investigação proposta por Rosa Luxemburg (1871-1919) recai sobre as dificuldades que surgem na esfera da circulação de mercadorias com o progresso da acumulação capitalista. Ou seja, no problema de realização da mais-valia. Para ela, essa é a questão central no estudo das leis de movimento e de reprodução do capital e que requer uma atenção especial. Segundo essa autora, a mais-valia não pode ser realizada no âmbito da sociedade capitalista, conforme ela deduziu de sua análise dos esquemas de reprodução desenvolvidos por Karl Marx em *O Capital*. Nesse sentido, a sua realização tem que ser efetuada por um grupo de compradores que se situe fora dessa sociedade. Não se trata da existência de um grupo de consumidores fora da sociedade capitalista, mas de um grupo de compradores que constituem a demanda externa. A expansão colonial permite o comércio regular com as formações econômicas pré-capitalistas, colocando em contato os países capitalistas avançados e essa demanda.

No estudo desenvolvido por Vladimir Ilich Lênin (1870-1924), o recrudescimento do colonialismo, foi devido à formação de um excedente de capitais nos países centrais do capitalismo, que reclamava imperiosamente a sua colocação lucrativa em outros países. Ele argumenta que a expansão colonial é determinada, principalmente, por três fatores: (1) diferenças nos níveis de desenvolvimento

²⁰ As ideias de Karl Kautsky sobre o imperialismo estão sintetizadas em dois ensaios publicados originalmente na Revista *Neue Zeit*, nos anos de 1913-14 e 1915.

econômico entre os países, que se reflete em distintas composições orgânicas do capital social total (possibilidade de se auferir taxas de lucros mais elevadas nos investimentos realizados no exterior); (2) o controle sobre os mercados e sobre as fontes existentes e potenciais de matérias-primas, que se constitui em questão vital para o êxito dos monopólios no processo competitivo; e (3) a superestrutura extra-econômica, ou seja, a política e a ideologia do imperialismo reforçam a tendência para as campanhas militares no exterior.

2.4.1 O papel desempenhado pelo Estado – nação e o militarismo

Após a apresentação na seção anterior, em termos gerais, das teses marxistas do imperialismo referentes às causas da intensificação da atividade colonial das grandes potências, faz-se necessário uma breve análise sobre a política estatal. O desenvolvimento do capital financeiro foi acompanhado pelo aumento e maior variedade das funções exercidas pelo Estado-nação. O êxito ou fracasso dos cartéis e trustes no processo competitivo dependia em maior ou menor grau do poder do Estado. Nesse sentido, em cada nação imperialista observou-se grande esforço de militarização (a corrida armamentista)²¹. A conexão existente entre a luta competitiva desenvolvida pelos oligopólios, o militarismo e a utilização do Estado como instrumento da concorrência econômica foi bem ilustrada por Nikolai Bukharin em *A economia mundial e o imperialismo*. Eis a passagem:

Estamos atravessando um período de desenvolvimento febril dos armamentos terrestres, navais e aéreos. Cada aperfeiçoamento da técnica militar acarreta a reorganização dos mecanismos militares. Cada inovação, cada desenvolvimento do poderio militar de um Estado incita os demais a seguirem seu exemplo. Produz-se um fenômeno análogo ao que constatamos em matéria de política aduaneira, quando o aumento das taxas num Estado determinado repercute inteiramente nos demais pelo aumento geral que neles provoca. Ainda aqui, trata-se, evidentemente, apenas de um caso particular do princípio da concorrência, já que o poderio militar do

²¹ Nikolai Ivanovitch Bukharin em *A economia mundial e o imperialismo*, disponibiliza dados referentes ao aumento significativo das despesas militares no orçamento público dos Estados imperialistas, que consta na tabela intitulada “Despesas do Exército e da Marinha” à página 119.

truste capitalista nacional é sua arma de luta econômica. Criando a demanda de produtos da metalurgia, o aumento dos armamentos faz crescer intensamente a importância da grande indústria e, mais particularmente, dos “reis do canhão”, à maneira de Krupp. Seria, no entanto, dar prova de um raciocínio extremamente superficial pretender que as guerras sejam provocadas pela indústria de armamento. Esta não constitui, de forma alguma, em si mesma um ramo à parte, um “mal” artificialmente provocado e capaz de desencadear “batalhas entre povos”. Na realidade, de tudo o que foi exposto, resulta que o armamento é um atributo necessário do poder do Estado e desempenha uma função claramente definida na luta entre trustes capitalistas nacionais²².

Rosa Luxemburg também analisou o papel do Estado e do militarismo, mas de forma radicalmente distinta. Interessava-lhe, sobretudo, saber como a demanda estatal poderia contribuir na solução do problema central da acumulação capitalista. Além do intercâmbio desenvolvido com as sociedades pré-capitalistas, o consumo estatal também possibilita a realização da mais-valia, segundo sua interpretação. Para sua demonstração, essa autora partiu dos esquemas de reprodução elaborados por Karl Marx em *O Capital*. Seu exemplo considera o caso em que determinada magnitude dos impostos auferidos com o sistema de tributação indireta é investida na produção armamentista.

Com a cobrança do imposto, transfere-se parte do poder de compra da classe operária para o Estado. Do ponto de vista da reprodução do capital social total, isso significa uma diminuição da produção de meios de subsistência destinados ao consumo da classe trabalhadora para a sua renovação periódica. Com o acréscimo no preço dos meios de subsistência, o mesmo montante em dinheiro que representa um determinado quantum de capital variável se realiza em uma quantidade menor de meios de subsistência. Essa diminuição relativa da quantidade de meios de subsistência produzidos para o consumo dos operários libera uma quantidade correspondente de capital constante e de trabalho vivo. Essa liberação pode ser empregada em algum outro ramo produtivo, desde que se constituía uma nova demanda na sociedade. Ela é constituída pela demanda governamental, que se apropria de parte do poder de compra

²² BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Coleção Os Economistas, p. 118-20. Título original *L'Économie Mondiale et l'Impérialisme* (1928).

dos operários. Reproduziremos fielmente, a seguir, os dados fornecidos por Rosa Luxemburg e extrairemos as conclusões de sua análise dos esquemas de reprodução:

- I. $5000\ c + 1000\ v + 1000\ m = 7000$ em meios de produção
- II. $1430\ c + 285\ v + 285\ m = 2000$ em meios de consumo

As iniciais c , v e m representam respectivamente capital constante, capital variável e mais-valia. Com a adoção dos tributos, 100 são extorquidos dos operários e representam o quantum arrecadado pelo Estado em impostos. Essa soma representa a demanda por produtos da indústria bélica e constitui-se assim na economia capitalista um novo ramo de produção. Admitindo a mesma proporção dos esquemas acima, teremos o seguinte modelo:

- III. $71,5\ c + 14,25\ v + 14,25\ m = 100$ (material bélico)

A diminuição no consumo dos operários no valor de 100 implica numa redução correspondente na produção dos meios de subsistência. O departamento II de meios de subsistência agora é representado pela seguinte equação:

- II. $1358,5\ c + 270,75\ v + 270,75\ m = 1900$ em meios de consumo

O departamento de meios de produção também verifica uma redução correspondente em seus valores:

- I. $4949\ c + 989,75\ v + 989,75\ m = 6928,5$ em meios de produção

Voltando aos valores de antes da cobrança do imposto:

- I. $5000\ c + 1000\ v + 1000\ m = 7000$ em meios de produção
- II. $1430\ c + 285\ v + 285\ m = 2000$ em meios de consumo

O produto total se expressava da seguinte forma antes da adoção do imposto:

$$6430\ c + 1285\ v + 1285\ m = 9000$$

Após a cobrança do imposto os dados resultantes são os seguintes:

$$\text{I. } 4949 \text{ c} + 989,75 \text{ v} + 989,75 \text{ m} = 6928,5 \text{ em meios de produção}$$

$$\text{II. } 1358,5 \text{ c} + 270,75 \text{ v} + 270,75 \text{ m} = 1900 \text{ em meios de consumo}$$

E o produto social se expressa da seguinte forma:

$$6307,5 \text{ c} + 1260,5 \text{ v} + 1260,5 \text{ m} = 8828,5$$

A diminuição do produto total de 9000 para 8828,5 significa somente uma economia de custos do ponto de vista do capital social total. Para a produção e realização de uma mesma quantidade de mais-valia é necessário um quantum menor em meios de subsistência, em virtude da diminuição do consumo da classe operária. Essa redução corresponde à diferença que se observa na produção total (9000 - 8828,5). Em termos reais, o produto social se expressa agora da seguinte forma:

$$6430 \text{ c} + 1113,5 \text{ v} + 1285 \text{ m} = 8828,5 \text{ (uma queda de 2\% no produto social)}$$

Como no processo real de produção a redução da parte correspondente ao capital variável se faz acompanhar por uma redução concomitante do capital constante, a equação que mais corresponde à realidade se expressa da seguinte forma:

$$6307,5 \text{ c} + 1236 \text{ v} + 1285 \text{ m} = 8828,5$$

Os 100 arrecadados em impostos passam assim como num passe de mágica a constituir um mercado novo para a produção e realização da mais-valia capitalizada em outro ramo da produção capitalista, a indústria bélica. A constituição desse novo mercado na fase imperialista transforma o setor militar da economia em um campo que abre grandes possibilidades para a realização da mais-valia capitalizada. Veja-se:

Quanto ao mercado que ao mesmo tempo surge na área estadual, este, pelo contrário, passa a manifestar-se com todo o encanto de um campo

novo para a realização de mais-valia. Parte da soma incluída na circulação do capital variável sai de circulação para constituir, nas mãos do Estado, nova demanda. O fato de o processo ser outro sob o prisma *técnico-tributário*, ou seja, de o montante da contribuição em impostos indiretos ser, de fato, adiantado ao Estado pelo capital, e de ser restituído a este último apenas por ocasião da venda da mercadoria (no preço pago pelo consumidor), em nada altera o aspecto *econômico* do processo. O que de fato importa sob o ponto de vista econômico é que a soma que atua como capital variável intermedie primeiro a troca entre o capital e a força de trabalho para que possa funcionar posteriormente como consumidor e vendedor, respectivamente, no intercâmbio entre o trabalhador e o capitalista, e assim transferir-se, em parte, das mãos do operário para o Estado, na qualidade de imposto. A soma assim lançada na circulação pelo capital só preenche, pois, perfeitamente sua função em sua troca por força de trabalho, troca após a qual iniciará, já nas mãos do Estado, novo ciclo, no qual assumirá a forma de um poder de compra totalmente estranho e alheio ao capital e ao operário, orientado para novos produtos, para um novo ramo da produção que não se destina nem ao sustento da classe operária, nem ao da classe capitalista, oferecendo assim, ao capital novas oportunidades de criação e realização da mais-valia. Antes, ao considerar o emprego dos impostos indiretos (extorquidos dos operários para o pagamento dos salários dos funcionários públicos e para o abastecimento do exército), havíamos verificado que, sob o prisma econômico, essa “poupança” ou economia feita no consumo da classe operária permitia transferir para o operário os gastos do consumo pessoal dos dependentes da classe capitalista e os da manutenção de seus instrumentos de dominação de classe, bem como transferir esses custos da mais-valia para o capital variável e liberar ao mesmo tempo e em igual medida mais-valia para fins de capitalização. Vemos agora como o emprego dos impostos extorquidos do operário e destinados ao armamentismo oferece nova possibilidade de acumulação ao capital²³.

Do desenvolvimento dessa análise, depreende-se que Rosa Luxemburg além de apontar a importância do Estado e do militarismo como armas da concorrência econômica também percebeu pioneiramente a importância da economia armamentista como locus privilegiado da acumulação capitalista. A autora observou que a demanda estatal apresenta grandes vantagens para o capital. Ela é concentrada e homogênea, o que foge aos caprichos, arbítrios e à subjetividade de cada consumidor individual. Por outro lado, o movimento da acumulação capitalista encontra-se em mãos da própria indústria bélica por meio do controle da opinião pública e das leis parlamentares. Em

²³ LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v.2. Coleção Os Economistas, p.95-6. Título original *Die Akkumulation des Kapitals: Ein Beitrag zur ökonomischen Erklärung des Imperialismus*.

suma, esse campo da acumulação de capitais parece dotado de uma capacidade de expansão quase ilimitada, que depende apenas dos interesses do próprio capital.

2.5 A INTERPRETAÇÃO SCHUMPETERIANA

Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) produziu um modelo teórico de interpretação do imperialismo em seu ensaio *Imperialism – Social Classes* que diverge fundamentalmente dos teóricos do imperialismo econômico. Sua análise não concebe os fatores econômicos como a força motriz do novo imperialismo. Ele é o principal representante da escola do imperialismo não-econômico.

Em *Imperialismo e Classes Sociais*, Schumpeter defende a ideia de que o imperialismo estaria presente em diferentes formações econômico-sociais. Ele reduz o conceito de imperialismo ao aspecto político. A sua força motriz estaria na predisposição por parte de um Estado beligerante de expandir-se ilimitadamente, através da utilização de seu aparato militar, sem que haja objetivos pré-definidos. Veja-se:

A expansão pela expansão requer sempre, entre outras coisas, objetivos concretos para chegar à fase da ação e conseguir manter-se, mas seu verdadeiro sentido não está nisso. De certo modo, ela constitui o seu próprio objetivo, e a verdade é que não tem nenhum outro objetivo adequado além da expansão em si mesma. Vamos, portanto, chamá-la de “sem objetivo”, na falta de melhor expressão. Segue-se que, pela mesma razão, tal como a expansão não pode ser explicada pelo interesse concreto, assim também ela não é jamais satisfeita pelo atendimento de um interesse concreto, como seria o caso se tal atendimento constituísse o seu motivo, e a luta por ele representasse apenas um mal necessário – um contra-argumento, de fato. Daí, a tendência dessa expansão de transcender todos os limites tangíveis, ultrapassando-os completamente até exaurir-se. *É essa, portanto, a nossa definição: imperialismo é a disposição sem objetivo, da parte de um Estado, de expandir-se ilimitadamente pela força*²⁴.²⁵

²⁴ Os grifos são nossos.

²⁵ SCHUMPETER, Joseph Alois. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961. Biblioteca de Ciências Sociais, p.26. Título original da edição norte-americana *Imperialism – social classes* (Versão inglesa de Heinz Norden).

Uma das questões centrais de seu texto é explicar o aparente paradoxo entre a persistência do imperialismo em diferentes momentos da história e a ausência de objetivos pré-definidos, que tornem compreensíveis os conflitos militares ao longo da história. Como explicar o amor pela conquista e o fato de inúmeras guerras na história terem sido travadas sem um objetivo claro e definido? Segundo o autor, isso poderia ser explicado por uma espécie de atavismo social presente em distintos modos de produção. Neles, a estrutura social, os hábitos individuais psicológicos e de reação emocional das classes guerreiras, que tem na guerra o seu principal meio de sobrevivência, permaneceriam intactos ao longo do tempo. Inclusive, após a dissolução de seu modo de produção específico. Essa circunstância permitiria a sua sobrevivência em formações econômico-sociais posteriores. Por outro lado, essa continuidade do imperialismo seria estimulada por mais dois fatores, quais sejam: 1) pelos interesses internos das classes dominantes; 2) pelos interesses dos que têm a ganhar individualmente com a guerra, seja econômica ou politicamente.

O imperialismo não se constituiria em um estímulo oriundo de fatores econômicos, pois seria desvantajoso para os negócios. O autor argumenta que com a eclosão da guerra, o volume de capital e de trabalho pode cair a tal ponto que os capitalistas e os trabalhadores passam a receber uma maior remuneração, em virtude de sua escassez, resultando em sua maior participação no produto social. Contudo, essas vantagens são eliminadas à medida que as exigências da guerra e as perdas sofridas ultrapassam largamente qualquer benefício obtido com o conflito. No entanto, a indústria armamentista e os grandes proprietários de terras podem constituir um ponto de apoio importante das tendências imperialistas. Schumpeter acreditava que os interesses criados por esses grupos sociais não eram suficientes para que a sociedade capitalista apoiasse as campanhas militares no exterior. Em suma, os lucros obtidos com a guerra não se constituiriam um ponto de apoio importante para que a burguesia incentivasse os métodos imperialistas.

Nesse sentido, o capitalismo pela sua própria natureza é um sistema econômico pacifista. Todas as mudanças introduzidas pelo modo de produção capitalista na vida cotidiana permitiram a redução gradual das tendências imperialistas presentes na sociedade burguesa. Com o desenvolvimento do comércio entre os países e dos mercados internacionais, ou seja, com a universalização das relações de produção capitalistas, os empresários foram elevados a uma posição de prestígio no plano socioeconômico. Seu ponto de vista pacifista, orientado para a organização racional do

processo produtivo em larga escala nas indústrias capitalistas, influenciou cada vez mais o cenário social.

Essa racionalização da vida provocada pelo desenvolvimento do capitalismo modelou toda a sociedade e contribuiu de forma decisiva para que as energias humanas fossem desviadas cada vez mais para o enfrentamento da concorrência intercapitalista, que é uma condição de sobrevivência dentro de tal sistema. No caso dos trabalhadores, suas energias foram desviadas para o aprendizado e a qualificação necessárias na disputa por uma vaga no mercado de trabalho. Em relação aos empresários, sua atenção desviou-se cada vez mais para o conhecimento, direção e supervisão da indústria capitalista, visando o enfrentamento da concorrência. Ou seja, cada vez menos as energias foram desviadas para a guerra e parte da energia excedente foi dedicada majoritariamente às ciências, artes, lazer, etc. Assim, Schumpeter entende que a eliminação das tendências imperialistas existentes na sociedade burguesa tem como pressuposto a expansão das relações de produção capitalista em todo o mundo. Quanto mais capitalista for o mundo, menor a possibilidade de guerras²⁶. Segundo o autor:

Um mundo puramente capitalista não pode, portanto, oferecer solo fértil aos impulsos imperialistas. Isso não quer dizer que ele não possa manter, ainda, um interesse pela expansão imperialista. Examinaremos imediatamente esse aspecto. O problema é que os povos passam a demonstrar antes uma tendência essencialmente antibélica. Daí devemos esperar que surjam tendências antiimperialistas sempre que o capitalismo domine uma economia e, através desta, o espírito das nações modernas – e de modo mais intenso, naturalmente, onde o próprio capitalista for mais forte, onde mais longe tiver ido o seu avanço, encontrado a menor resistência e principalmente onde seus tipos e daí a democracia – no sentido “burguês” – mais se aproximam do predomínio político. Devemos esperar, ainda, que os tipos criados pelo capitalismo sejam na verdade os portadores dessas tendências²⁷.

²⁶ A confluência de alguns elementos apontados por Joseph Schumpeter demonstra, em sua visão, o caráter pacífico do modo de produção capitalista, quais sejam: (1) a oposição à guerra, aos armamentos e aos exércitos profissionais criada nos países capitalistas desenvolvidos; (2) O surgimento de partidos políticos pacifistas nesses países; (3) o caráter pacífico do proletariado industrial; (4) o desenvolvimento nos países capitalistas avançados de métodos anti-guerras, como por exemplo, a diplomacia; (5) a menor incidência de tendências imperialistas na maior economia do mundo, que é a norte-americana, relativamente às demais economias desenvolvidas.

²⁷ SCHUMPETER, Joseph Alois. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961. Biblioteca de Ciências Sociais, p.91-2. Título original da edição norte-americana *Imperialism – social classes* (Versão inglesa de Heinz Norden).

No caso dos trustes e dos cartéis, que são considerados como um dos traços marcantes da fase imperialista do capital, Joseph Schumpeter, diferentemente dos autores marxistas, não acreditava que o monopólio derive da própria concorrência capitalista. Segundo ele, a monopolização da indústria não seria resultado dos mecanismos econômicos, mas pelo contrário, seria estimulada por fatores extra-econômicos, tais como: (a) tarifas protecionistas; (b) subsídios, etc. O protecionismo e os monopólios resultam dos interesses financeiros da aristocracia. Esses elementos não fazem parte da estrutura capitalista. Ou seja, a teoria da concentração de Marx não tem sentido e validade prática. Schumpeter conclui:

O monopólio exportador não cresce segundo as leis inerentes ao desenvolvimento capitalista. O caráter do capitalismo leva à produção em grande escala, mas com poucas exceções a produção em grande escala não leva à forma de ilimitada concentração que deixa apenas uma ou umas poucas firmas em cada indústria. Pelo contrário, qualquer fábrica encontra limite ao seu crescimento numa determinada situação e o crescimento de combinações que teriam sentido num sistema de comércio livre encontra limites de eficiência orgânica. Além desses limites não há tendência para combinação inerente ao sistema de competição. Em particular, o crescimento dos trustes e cartéis – fenômeno bastante diferente da tendência à produção em grande escala, com a qual frequentemente é confundido – jamais poderá ser explicado pelo automatismo do sistema de concorrência. Isso se segue do fato mesmo de que os trustes e cartéis só podem atingir a seu objetivo principal – a política monopolista – se respaldados por tarifas protecionistas, sem as quais perderiam seu sentido essencial. As tarifas protecionistas, porém, não derivam automaticamente de um regime de concorrência. São frutos de uma ação política – *um tipo de ação que de forma alguma reflete os interesses objetivos de todos os que nela se envolvem* e que, pelo contrário, torna-se impossível tão logo a maioria daqueles cujo consentimento é necessário compreendem quais os seus verdadeiros interesses. Até certo ponto isso é evidente, e até outro ponto poderemos mostrar que os interesses da minoria, apropriadamente expressos no apoio a uma tarifa protecionista, não são provocados pelo capitalismo como tal. Segue-se daí que é *uma falácia básica considerar o imperialismo como uma fase necessária do capitalismo, ou mesmo falar da transformação do capitalismo em imperialismo*. Já vimos que o modo de vida do capitalismo não favorece atitudes imperialistas. A esta altura já podemos ver que a disposição dos interesses de uma economia capitalista – mesmo os interesses das

camadas superiores – não apontam inequivocamente em direção do imperialismo²⁸.

A persistência das tendências imperialistas na sociedade capitalista é provocada artificialmente pela existência de classes sociais não-capitalistas, que controlam o aparelho de Estado. Elas se constituem numa espécie de sobrevivência ou reminiscência de formações econômicas pré-capitalistas. Os empresários capitalistas não obtêm nenhuma vantagem material com a expansão imperialista e, por isso, não têm qualquer interesse na expansão colonial. Por conseguinte, da interpretação schumpeteriana resulta que as causas do imperialismo devem ser procuradas nos fatores psicológicos, culturais, políticos e ideológicos. Sua análise trata-se de uma defesa apaixonada do modo de produção capitalista, que não é corroborada pela realidade objetiva.

2.5.1 Norman Angell: A miopia da política europeia

Os temas relacionados com a guerra, a corrida armamentista e a paz estiveram no âmbito das preocupações teóricas e políticas de Norman Angell (1872-1967) em seu livro *The Great Illusion*, publicado originalmente em 1910. O objetivo do autor é demonstrar que a expansão colonial não traz nenhum tipo de vantagem material para os países envolvidos na contenda militar. Ou seja, a corrida armamentista e os conflitos bélicos seriam um grande desperdício de recursos materiais e humanos, que se baseiam num erro de cálculo ou de avaliação por parte dos estadistas. Já na sinopse de sua principal obra, o autor argumenta:

O autor contesta essa doutrina em sua totalidade. Procura mostrar que ela pertence a um período da civilização que já ultrapassamos; que a indústria e o comércio de um povo não dependem mais da expansão das suas fronteiras políticas; que as fronteiras políticas e econômicas de um país não precisam necessariamente coincidir; que o poder militar é fútil do ponto de vista social e econômico e pode não ter

²⁸ SCHUMPETER, Joseph Alois. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961. Biblioteca de Ciências Sociais, p.114. Título original da edição norte-americana *Imperialism – social classes* (Versão inglesa de Heinz Norden).

relação com a prosperidade do povo que o exerce; que é impossível para um país apropriar-se pela força do comércio ou bem-estar de outro país, ou enriquecer, subjugando-o e impondo-lhe pela força a sua vontade. Em suma, que a guerra, mesmo quando vitoriosa, não pode alcançar os objetivos postulados como uma aspiração universal²⁹.

Ao longo de seu livro, Norman Angell tenta desmitificar o que ele entendia como o equívoco da vida política das grandes potências. Seu argumento central da inexistência de vantagens econômicas para os países que empreendem campanhas militares no exterior baseia-se nas seguintes premissas: (i) a posse do território de uma colônia por uma potência imperialista não traria qualquer vantagem econômica aos habitantes do país invasor, pois os bens e o capital ainda continuariam a pertencer aos habitantes da nação invadida, e as suas condições materiais não melhorariam por meio da guerra; (ii) a destruição provocada pela guerra abalaria as relações comerciais e creditícias desenvolvidas entre as nações envolvidas no conflito militar ao destruir o mercado da potência imperialista; (iii) a crescente interdependência econômica entre os países tornou a utilização da violência e da força estéril do ponto de vista econômico, em que o desenvolvimento econômico e social só pode ser atingido por meio da cooperação mútua entre eles; (iv) as finanças constituem o sistema nervoso central do organismo econômico industrial, no qual as nações belicosas sofrem grandes perdas com a desvalorização de seus papéis nos mercados acionários e com o aumento da taxa de juros interna; (v) países pequenos como a Noruega, Suíça, Bélgica, Holanda, entre outros que não possuem grande poder militar conseguiram desempenho econômico superior e maior qualidade de vida para a sua população do que os observados pelas potências imperialistas, etc.

Em suma, o autor não enxergava qualquer vínculo existente entre o fortalecimento do poder político e militar, e a dinâmica da acumulação capitalista. Ou seja, a expansão colonial não se traduziria em benefícios materiais para os países centrais do capitalismo. É digna de nota, a seguinte passagem:

²⁹ ANGELL, Norman. *A grande ilusão*. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. Coleção Clássicos IPRI, p. LIII-IV. Título original *The Great Illusion* (1910). Tradução de Sérgio Bath.

Nenhuma nação poderia derivar uma vantagem prática da conquista das colônias britânicas, e de seu lado a Grã-Bretanha não sofreria qualquer prejuízo material se as perdesse, por lamentável que fosse essa perda no aspecto sentimental e por mais que afetasse a cooperação social entre povos afins e as respectivas vantagens. O próprio exemplo da palavra “perda” é enganoso. Com efeito, a Grã-Bretanha não “possui” suas colônias. Na realidade, elas são países independentes, aliados da Mãe Pátria, e para esta não representam uma fonte de tributos ou de ganhos econômicos (exceto na medida em que qualquer nação estrangeira poderia sê-lo), pois as relações econômicas recíprocas não são determinadas pela Mãe Pátria, mas pelas colônias. Do ponto de vista econômico, a Inglaterra ganharia com a sua separação formal, pois não precisaria preocupar-se com a defesa delas. Portanto, essa “perda” não implicaria qualquer mudança dos fatos econômicos (exceto os custos da sua defesa, que a Mãe Pátria empreende para defendê-las, que seriam poupados) e por isso não poderia acarretar a ruína do Império, a miséria ou a fome para a metrópole, como alegam habitualmente os que consideram essa hipótese. A Inglaterra não recebe das suas colônias, nem poderia receber, qualquer tributo ou vantagem econômica especial; e não é possível conceber que outro país, necessariamente menos habilitado na administração colonial, conseguisse o que a Inglaterra não consegue, especialmente se levarmos em conta a história de outros impérios coloniais como os da Espanha e de Portugal, da França, além da própria Inglaterra em épocas anteriores. Essa história demonstra também que a situação das colônias da Coroa, sob o aspecto considerado, não é muito diferente da dos países independentes. Portanto, não podemos presumir que qualquer nação europeia se empenhasse em projeto tão estéril como seria a conquista da Inglaterra, tentando uma experiência que toda a história colonial do mundo nos mostra que é infrutífera³⁰.

O corolário da tese proposta por Norman Angell é que a expansão imperialista das grandes potências se baseava, antes de tudo, na miopia dos chefes de Estado. Aliás, ele procurou demonstrar que a expansão colonial representava antes um prejuízo do que vantagens econômicas aos países que empreendessem campanhas militares no exterior. Em face dos acontecimentos históricos, fica difícil argumentar que a política colonial dos países metropolitanos baseou-se desde o início num erro de avaliação de seus dirigentes políticos. Dessa forma, seu estudo carece de fundamentação empírica porque a política imperialista não traz benefícios para a nação, mas pode ou viabiliza benefícios para os monopólios colonizadores.

³⁰ ANGELL, Norman. *A grande ilusão*. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. Coleção Clássicos IPRI, p. 24-5. Título original *The Great Illusion* (1910). Tradução de Sérgio Bath.

2.6 A DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA SOB A ÉGIDE DO CAPITAL FINANCEIRO

O novo imperialismo estava intimamente relacionado com as transformações na estrutura e organização do modo de produção capitalista, que indicavam nova fase em seu desenvolvimento. Vladimir Ilich Lênin ressaltou a particularidade dessas modificações destacando que a definição do imperialismo tinha que conter os seguintes traços fundamentais, entre eles: (1) a concentração da produção e do capital levada ao seu máximo desenvolvimento que do seu seio surgem e se desenvolvem os monopólios; (2) a fusão do capital bancário com o capital industrial formando o capital financeiro e o consequente domínio da oligarquia financeira; (3) o predomínio da exportação de capitais relativamente à exportação de mercadorias; (4) a formação dos cartéis internacionais, que partilham o mundo entre si; e (5) a divisão territorial do planeta entre os Estados capitalistas desenvolvidos. Em suma, o imperialismo está indissolúvelmente ligado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, a partir do último quartel do século XIX, no qual os monopólios e o capital financeiro são elementos centrais.

De que forma, o capital financeiro afeta o desempenho das economias capitalistas avançadas? Essa é a questão fundamental no estudo do imperialismo e que requer atenção especial. O desenvolvimento dos cartéis e trustes foi acompanhado pelo desenvolvimento do sistema creditício, o qual foi sobremaneira potencializado com a exportação de capitais. As classes e instituições que dispunham do controle das fontes de crédito das sociedades anônimas foram alçadas a uma posição dominante e de prestígio dentro do modo de produção capitalista. Lênin argumentou que o rentismo e seus mecanismos desenvolveram-se a passos largos, a partir da fase imperialista do capital. Observe-se a seguinte passagem:

O imperialismo é uma imensa acumulação de capital-dinheiro num pequeno número de países, acumulação que atinge, como vimos, 100 a 150 bilhões de francos em títulos. Donde, o extraordinário desenvolvimento da classe ou, de forma mais exata, da camada dos

rentistas, isto é, das pessoas que vivem do “corte de cupões de títulos”, que são completamente estranhas à participação em qualquer ato de produção e cuja única profissão é a ociosidade. A exportação de capitais, uma das bases econômicas essenciais do imperialismo, aumenta também o alheamento total, perante a produção, da camada dos rentistas e dá a totalidade do país, que vive da exploração do trabalho de alguns países e das colônias do ultramar, um cunho de parasitismo³¹.

John Atkinson Hobson, apesar de partir de uma base teórica diferente, também intuiu a respeito da crescente importância dos financiadores das empresas industriais no capitalismo desenvolvido.

A estrutura do capitalismo moderno tende a lançar um poder cada vez maior nas mãos dos homens que manejam o mecanismo monetário das comunidades industriais – a classe dos financistas. Para os grandes empreendimentos, o financista foi sempre um homem indispensável no mundo antigo e no medieval, era com ele que os reis e os homens da grande nobreza, eclesiástica ou civil, iam buscar as grandes somas de que necessitavam para resolver suas situações de emergência, abastecer expedições militares ou navais e auxiliar as formas mais amplas de empreendimentos comerciais carentes de capitais. Os pequenos financistas, como usurários ou emprestadores de dinheiro, viveram, em todos os tempos, dos transtornos e infortúnios da classe dos agricultores, artesãos e pequenos negociantes. Mas foi só depois que o desenvolvimento dos métodos industriais modernos exigiu um fluxo grande, livre e variado de capital, em muitos dos canais do emprego produtivo, que o financista deu sinais de assumir o posto de autoridade que hoje ocupa em nosso sistema econômico. Cada passo importante que demos no sentido do desenvolvimento da estrutura industrial contribuiu para afastar a classe dos financistas da classe mais geral dos capitalistas, assegurando-lhe um controle maior e mais vantajoso sobre o curso da indústria³².

Rudolf Hilferding, por sua vez, argumentou que o aparecimento das sociedades anônimas implicou a formação e desenvolvimento da Bolsa de Valores para o seu financiamento. Criaram-se assim as condições para o desenvolvimento do capital

³¹ LÊNIN, Vladimir Ilich. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4.ed. São Paulo: Global, 1987. Coleção Bases 23, p.99. Título original *Империализм, как Высшая Стадия Капитализма* (1917).

³² HOBSON, John Atkinson. *A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os Economistas, p. 175-6. Título original *The Evolution of Modern Capitalism: A Study of Machine Production* (1894).

fictício. Essa espécie de capital constitui uma das formas particulares do capital portador de juros. No entanto, o capital portador de juros tem como base de sua valorização (sob a forma de juro), o lucro industrial³³. O capital fictício não se baseia nos empréstimos ao capital industrial com a condição de produzir mais-valia e assim remunerar o prestamista sob a forma de juro. Ele não representa capital emprestado e aplicado na produção industrial. Ou seja, ele é independente dos movimentos da economia real. O capital fictício é calculado com base na capitalização de uma determinada soma em dinheiro, que se repete constantemente, à taxa de juros vigente no mercado.

O desenvolvimento do capital fictício deve-se ao processo de substantivação³⁴ do valor na produção capitalista desenvolvida. Nele, o valor se desmaterializa e passa a existir independentemente do processo de reprodução material da sociedade³⁵. Dessa forma, podem ser atribuídos valores a qualquer bem ou objeto, mesmo que eles não tenham sido produzidos por intermédio do trabalho humano. O crescimento desenfreado das operações do capital fictício (dinheiro contábil que existe apenas idealmente) baseia-se no fetiche de que a valorização do capital pode ocorrer independentemente do processo de produção de mais-valia na esfera produtiva. Em decorrência de sua magnitude crescente, se generalizaram as práticas rentistas nos distintos segmentos do mercado financeiro, tanto no âmbito interno quanto no internacional.

Rudolf Hilferding deduziu o processo de valorização do capital fictício a partir do desenvolvimento das sociedades anônimas. Com a separação entre a propriedade do

³³ Karl Marx demonstrou em *O Capital*, livro III que o capital portador de juros se valoriza sob a forma $D - D'$. No entanto, esse circuito de valorização é verdadeiro apenas para quem concede o empréstimo, pois é a forma como o seu capital monetário se valoriza. A sua concessão está condicionada ao fato de que qualquer soma de dinheiro no modo de produção capitalista pode funcionar como capital que produz mais-valia. A utilização produtiva da soma de valor emprestada pelo capitalista industrial constitui a condição da relação de empréstimo, pois o juro só pode ser pago com parte da mais-valia produzida na esfera industrial. Esse não é o caso do capital fictício. Ele é um dinheiro meramente contábil (que existe apenas idealmente), o qual serve para fins de cálculo. Ele não foi aplicado na produção industrial.

³⁴ Reinaldo A. Carcanholo e Paulo Nakatani em artigo seminal intitulado “*O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização*” definem a substantivação do valor como o processo em que o valor-capital ganha independência em relação à produção de mercadorias, ou seja, deixa de ser um mero apêndice delas e ganha o *status* de coisa com vida própria (expressão utilizada pelo autor do artigo). Isso decorre do fato de que o capital é um valor que circula *ad infinitum* e que por meio de sucessivas metamorfoses se autovaloriza.

³⁵ Para maiores detalhes desse processo, ver o artigo de Leda Maria Paulani intitulado “A autonomização das formas verdadeiramente sociais na Teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo”.

capital e sua gerência administrativa, os antigos capitães da indústria passam de agora em diante à simples capitalistas monetários. Essa circunstância permite a formação do lucro de fundador. Ele se origina da diferença entre o capital que produz a taxa de lucro média e o capital que rende apenas o juro médio. Ou seja, do fato de que a quantia auferida com a venda das ações capitalizada à taxa de juros corrente ultrapassa largamente o quantum efetivamente aplicado na produção industrial. Tal quantum produz a taxa de lucro média para esse capital individual.

Em sua demonstração empírica do lucro de fundador, Hilferding utilizou o exemplo de uma empresa industrial com um capital de 1 milhão de marcos e que produz um lucro médio de 15%, ou seja, de 150 mil marcos em valores absolutos. Ele supõe que destes 150 mil marcos, 20 mil são gastos com despesas de administração, participação nos lucros, entre outros, às quais são bastante comuns nas sociedades acionárias. Os 130 mil marcos restantes são capitalizados à taxa de juros de 7% (taxa de juros vigente de 5% acrescido de um prêmio de risco de 2%). A capitalização resultante dá um valor de 1.875.142 (1 milhão, 875 mil e 142 marcos), que o autor aproxima para 1.900.000 (1 milhão e 900 mil marcos). Ou seja, a diferença resultante ($1.900.000 - 1.000.000 = 900$ mil marcos) é o que autor chama de lucro de fundador.

Essa circunstância permitiu a criação e desenvolvimento da Bolsa de Valores, que é um mercado próprio para a negociação das ações (compra e venda), no qual os proprietários podem retransformá-las a qualquer momento em capital monetário, independentemente das condições do capital industrial em funcionamento. Daí a base das operações do capital fictício nos mercados acionários.

Do exposto acima, deduz-se que na fase imperialista do capital, o conflito entre a lógica de acumulação de capitais (a autovalorização do valor) e o processo de reprodução material da sociedade atinge o seu ápice com o surgimento do capital financeiro. Isso se expressa pelas relações antagônicas desenvolvidas entre o capital industrial e o capital bancário (essencialmente especulativo), ao longo da história do imperialismo. Nessa etapa de seu desenvolvimento, o capital tende a todo o momento a romper os seus limites buscando valorizar-se de forma especulativa, ou seja, sem sair da forma dinheiro ($D - D'$). Em sua forma fictícia, tende a agravar as condições do processo de reprodução material, pois o capital fictício não se relaciona com o capital industrial que se encontra em funcionamento, tal como o capital portador de juros. Dessa forma, parte dos lucros podem não ser reinvestidos na atividade industrial por causa da possibilidade de aplicá-los lucrativamente em negócios puramente financeiros.

Isso devido ao retorno mais rápido desse tipo de aplicação e também da possibilidade de se escapar de todos os riscos e inconvenientes dos investimentos realizados na esfera industrial (os quais exigem muitas vezes longo tempo de maturação). Por conseguinte, há fortes estímulos para o desenvolvimento da especulação financeira. Em suma, a dinâmica da acumulação capitalista tem tendência estagnacionista e degenerativa sob a hegemonia do capital financeiro, ou seja, essa forma de capital tende a esterilizar o desenvolvimento industrial.

A recuperação desses elementos para o entendimento do capitalismo hodierno é fundamental. A generalização de práticas especulativas, o desenvolvimento sem paralelos na história dos mercados financeiros, o aprofundamento das disparidades entre os países centrais e periféricos marcam o desenvolvimento do capitalismo na atualidade. Tais elementos, por si só, já são suficientes para dar continuidade ao estudo do capital financeiro e de seu papel no mecanismo das crises e dos ciclos econômicos.

3 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL FINANCEIRO NO PERÍODO PÓS-GUERRA (1945-1962)

O desenvolvimento do capital financeiro ao longo de todo o século XX foi marcado por profundas contradições e pela eclosão de conflitos militares com alcances jamais vistos na história da humanidade. Eis a impressão que as guerras desse século causaram no renomado historiador Eric Hobsbawm em *A Era dos Extremos*:

Locais, regionais ou globais, as guerras do século XX iriam dar-se numa escala muito mais vasta do que qualquer coisa experimentada antes. Das 74 guerras internacionais travadas entre 1816 e 1965 que especialistas americanos, amantes desse tipo de coisa, classificaram pelo número de vítimas, as quatro primeiras ocorreram no século XX: as duas guerras mundiais, a guerra do Japão contra a China em 1937-9, e a Guerra da Coréia. Cada uma delas matou mais de 1 milhão de pessoas em combate. A maior guerra internacional documentada do século pós-napoleônico, entre Prússia-Alemanha e França, em 1870-1, matou talvez 150 mil pessoas, uma ordem de magnitude mais ou menos comparável às mortes da Guerra do Chaco, de 1932-5, entre Bolívia (pop. c. 3 milhões) e Paraguai (pop. c. 1,4 milhão). Em suma, 1914 inaugura a *era do massacre*^{36 37}.

O processo de desmaterialização do valor, no qual o capital tenta a todo momento romper as barreiras impostas pela produção de riqueza material e se valoriza sem sair da forma dinheiro está na raiz de todos os conflitos econômicos, políticos, militares desencadeados durante a fase imperialista do capital. Não se pretende com isso atribuir a todos esses conflitos uma única explicação, mas sim de ressaltar que todos são oriundos das contradições do desenvolvimento capitalista. No período imperialista, o caráter instável desse modo de produção atinge seu ápice com a importância crescente do capital fictício na estrutura do capitalismo mundial.

Com o objetivo de esclarecer o fenômeno da financeirização da riqueza capitalista retomamos nessa tese a discussão sobre o fetiche da mercadoria que Karl

³⁶ Os grifos são nossos.

³⁷ HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 32. Título original *The Age of extremes The short twentieth century: 1914-1991*.

Marx desenvolveu em *O Capital, livro primeiro, volume I*. A análise do fetichismo sucede a discussão sobre as quatro formas do valor: (1) forma simples, singular ou accidental do valor; (2) forma de valor total ou desdobrada; (3) forma geral do valor, e (4) forma dinheiro. Nessa fase de sua investigação, Marx está interessado em demonstrar como a contradição entre valor de uso e valor imanente à mercadoria individual se resolve com o surgimento do dinheiro. Com o seu aparecimento, o valor se desgarra dos corpos das mercadorias e ganha autonomia, ou seja, parece um ser dotado de vida própria.

Após a explicação do processo de desmaterialização do valor que resultou do estudo da mercadoria individual, Karl Marx investigou o fenômeno do fetichismo da mercadoria propriamente dito. Em razão da centralidade desse estudo para o entendimento do desenvolvimento do capital fictício no capitalismo hodierno, segue a definição de fetiche da mercadoria proposta pelo autor:

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. Assim, a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como uma excitação subjetiva do próprio nervo, mas como forma objetiva de uma coisa fora do olho. Mas, no ato de ver, a luz se projeta realmente a partir de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. É uma relação física entre coisas físicas. Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do muno da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos do trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.³⁸

³⁸ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1. Coleção Os Economistas, p. 71. Título original *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie*.

Pelo exposto acima, observa-se que a teoria do fetichismo da mercadoria exprime o fato de que as relações sociais de produção estabelecidas entre os homens no modo de produção capitalista não são transparentes, nem racionais. Isso só é possível porque a forma valor atua como uma espécie de véu ocultando a relação social que se esconde por detrás das relações de troca entre as diferentes mercadorias. Ou seja, os agentes econômicos na sociedade burguesa estão diante de condições de produção criadas por eles mesmos, mas sob a qual perdem o controle. A consequência é a alienação e o estranhamento nas relações sociais desenvolvidas entre os homens. Diante disso, à medida em que a economia capitalista se desenvolve mais enigmática e incompreensível tornam-se as relações desenvolvidas entre os homens. Essa circunstância permite o desenvolvimento da forma valor-capital, que se consolida cada vez mais como um sujeito dotado de vida própria e que se autovaloriza por conta própria.

A teoria do fetichismo da mercadoria foi elaborada em função da necessidade de se evidenciar o porquê que o capital adquiriu a força e dimensão que tem na sociedade capitalista: o capital é o poder social unificado dos próprios produtores diretos que os subordina e que estranhamente comanda sua atividade vital em função de seus imperativos de acumulação sempre ampliada, num movimento sem fim. O fundamento disso é a alienação do trabalho. Veja-se:

Na determinação de que o trabalhador se relaciona com o *produto de seu* trabalho como [com] um objeto *estranho* estão todas estas consequências. Com efeito, segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeitet*) tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio. É do mesmo modo na religião. Quanto mais o homem põe em Deus, tanto menos ele retém em si mesmo. O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. A *exteriorização* (*Entäusserung*) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência *externa* (*äussern*), mas bem além disso, [que se torna uma existência] que existe *fora dele* (*ausser ihm*), independente dele e estranha a ele,

tornando-se uma potência (*Match*) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha.³⁹

O capital não pode se desenvolver numa sociedade em que as relações de produção que os homens estabelecem entre si e com a natureza sejam relações transparentes, cristalinas e subordinadas a sua própria vontade. Por isso, a necessidade do desenvolvimento da forma valor. Por meio dela, as múltiplas conexões entre a atividade material dos homens ficam totalmente obscurecidas, apagadas. Na formação social capitalista, a extração do excedente econômico ocorre primariamente através dos mecanismos de mercado. É a dependência do mercado que obriga o trabalhador a vender regularmente sua força de trabalho ao capitalista viabilizando a este último a produção da mais-valia na indústria capitalista e sua posterior apropriação na esfera da circulação de mercadorias.

Nas formações sociais pré-capitalistas, em que o produto do trabalho não se transformava em mercadoria e, portanto, não assumia a forma valor a apropriação do excedente só era possível através da utilização da violência direta, como nos casos da escravidão e da servidão. Nelas, o fato do produtor direto se reconhecer como criador de seu próprio produto exigia a adoção de formas compulsórias de trabalho para viabilizar a extração do excedente econômico.

No estudo do papel do capital fictício no capitalismo hodierno que será desenvolvido nas seções subsequentes e nos próximos capítulos o estranhamento se potencializa devido ao grau crescente de desmaterialização da riqueza. Por isso, Karl Marx argumenta que a forma valor atua como uma espécie de hieróglifo social. Esse é o sentido mais abrangente de sua teoria do fetichismo da mercadoria. Segue-se que em sua interpretação, o valor-capital nada mais é do que a objetivação do trabalho estranhado e alienado, ou seja, é o trabalho acumulado, morto e apropriado por outrem (o capital apresenta-se como propriedade alheia).

O capital na interpretação marxista é um conceito que expressa a reificação das condições de produção ao longo da história da humanidade. Ou seja, todas as condições de realização do trabalho se apresentam como poder social ou força onipotente que subjuga a totalidade dos produtores diretos. Esse poder que emana da atividade material

³⁹ MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2004, p.81. Título original *Ökonomisch-philosophische Manuskripte*, Marx – Engels Gesamtausgabe (MEGA), I, 2, Berlim: Dietz verlag, 1982.

e social dos próprios indivíduos lhes aparece exatamente nessa forma acabada: como um poder estranho, dotado de autonomia, consciência, etc. existente fora deles e que lhes domina.

Por conseguinte, na sociedade burguesa a humanidade atua apenas como suporte das necessidades criadas pelo capital que se transforma em realidade objetiva, mas desempenhando papéis distintos em função da posição que cada classe social ocupa no sistema econômico. Nos manuscritos econômico-filosóficos, a argumentação de Karl Marx sobre o poder despótico que o capital exerce na sociedade capitalista fica bem evidenciado na seguinte passagem:

O capital é, portanto, o poder de governo (*Regierungsgewalt*) sobre o trabalho e seus produtos. O capitalista possui esse poder, não por causa de suas qualidades pessoais ou humanas, mas na medida em que ele é *proprietário* do capital. O poder de comprar (*Kaufende Gewalt*) do seu capital, a que nada pode se opor, é o seu poder.⁴⁰

O capital como sujeito onipotente carrega em si a contradição entre a produção de valores de uso e a produção de valor. Em *O Capital, livro I, volume I*, Karl Marx demonstrou que o objetivo da produção capitalista não é a satisfação das necessidades materiais de toda a sociedade, mas sim a valorização do valor ou produção de mais-valia. Ou seja, o valor de uso jamais pode ser considerado como meta imediata do proprietário do capital, pois seu objetivo fundamental é a apropriação sempre crescente da riqueza abstrata (dinheiro). Por conseguinte, à medida em que se desenvolve a produção capitalista o valor-capital tende a se desenvolver e busca se libertar de todos os empecilhos colocados pela produção de mais-valia nos setores produtivos. O sintoma disso se expressa através do desenvolvimento das formas de valorização fictícia do capital.

Com o desenvolvimento da exportação de capital na fase imperialista a criação de capital fictício acentuou o caráter já instável da economia capitalista. A ampliação das operações do capital financeiro em âmbito internacional criou complexas e múltiplas oportunidades lucrativas de negócios, quais sejam: empréstimos internacionais; empréstimos públicos; fundações de novas companhias no exterior, etc.

⁴⁰ MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2004, p.40. Título original *Ökonomisch-philosophische Manuskripte*, Marx – Engels Gesamtausgabe (MEGA), I, 2, Berlim: Dietz verlag, 1982.

Para tanto, houve maior necessidade de integração das atividades de financiamento e produtivas nas grandes empresas. Ou seja, o desenvolvimento do sistema de crédito cria um ambiente fértil para o desenvolvimento das transações financeiras. Essa ambição do capital tende a esterilizar o desenvolvimento industrial na medida em que os capitais tentam a todo custo se valorizar sem sair da forma dinheiro, o que ocasiona crises periódicas e com impactos cada vez mais violentos no capitalismo.

A Grande Depressão no período entre-guerras (1919-1939) foi a consequência mais notável das contradições iminentes ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e acentuadas em seu período imperialista. Esse intervalo de tempo que separa o fim da primeira guerra mundial e o início da segunda guerra mundial é o objeto de estudo da próxima seção.

3.1 ANTECEDENTES: O PERÍODO ENTRE-GUERRAS (1919-1939)

O período entre-guerras teve consequências notáveis no desenvolvimento do capitalismo no período pós-guerra. A Grande Depressão criou um ambiente de fortes turbulências políticas e econômicas em que a economia capitalista mundial parecia dar sinais claros de total esgotamento. Segundo Hobsbawm, o caráter instável e cíclico da economia capitalista sempre pareceu algo inerente ao seu desenvolvimento mesmo aos empresários capitalistas e teóricos do livre mercado. Entretanto, o que o referido período trazia de novo era que essa instabilidade representava pela primeira vez algo de perigoso para sua sobrevivência.⁴¹

A Grande Depressão só pode ser explicada devido ao papel e peso crescentes dos Estados Unidos na economia capitalista mundial. A Primeira e a Segunda Guerra mundiais beneficiaram sobremaneira esse país. Em 1913, os EUA já eram a maior economia do mundo respondendo por mais de 1/3 de toda a produção industrial mundial. Em 1929, eram responsáveis por 42% de toda produção industrial mundial comparado com os 28% das três principais potências europeias (Alemanha, Grã-Bretanha e França). Além de reforçar a posição industrial dos EUA, a guerra o

⁴¹ O estudo do período entre-guerras (1919-1939) nessa seção se fundamenta na tese desenvolvida por Eric Hobsbawm em seu livro, *A era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991*.

transformou no maior credor do mundo. Ou seja, o desequilíbrio crescente entre o desenvolvimento dos Estados Unidos e o das demais economias industriais explica a severidade da crise econômica no período entre-guerras⁴².

A consequência básica da Grande Depressão foi o desemprego em massa e sem precedentes em vários países: Bélgica; Grã-Bretanha; Suécia; Estados Unidos; Áustria; Noruega; Dinamarca; Alemanha, etc. Essa situação foi agravada pelo fato de que uma ampla rede de proteção social quase não existia, ou, então, era parca à época. Por conseguinte, o desemprego em massa teve impacto central sobre a política dos países industrializados. Segundo Eric Hobsbawm, a profunda crise econômica que esse período atravessou teve impacto profundo em toda a segunda metade do século XX. No entanto, o fato que nos interessa particularmente foi o colapso do liberalismo econômico que se seguiu no período pós-guerra. Veja-se:

Examinaremos adiante as consequências políticas imediatas disso, o mais trágico episódio na história do capitalismo. Contudo, deve-se mencionar desde já sua mais significativa implicação a longo prazo. *Numa única frase: a Grande Depressão destruiu o liberalismo econômico por meio século*⁴³. Em 1931-2, a Grã-Bretanha, Canadá, toda a Escandinávia e os EUA abandonaram o padrão-ouro, sempre encarado como a base de trocas internacionais estáveis, e em 1936 haviam se juntado a eles os fiéis apaixonados pelos lingotes, os belgas e holandeses, e finalmente até mesmo os franceses. Quase simbolicamente, a Grã-Bretanha em 1931 abandonou o Livre Comércio, que fora tão fundamental para a identidade econômica britânica desde a década de 1840 quanto a Constituição americana para a identidade política dos EUA. A retirada britânica dos princípios de transações livres numa única economia mundial dramatiza a corrida geral para a autoproteção na época. Mais especificamente, a Grande Depressão obrigou os governos ocidentais a dar às considerações sociais prioridades sobre as econômicas em suas políticas de Estado. Os perigos implícitos em não fazer isso – radicalização da esquerda e, como a Alemanha e outros países agora o provavam, da direita – eram demasiado ameaçadores.⁴⁴

⁴² Segundo dados fornecidos por Eric Hobsbawm em *A Era dos Extremos: o breve século XX - 1914-1991*, os Estados Unidos lideravam as exportações, e depois da Grã-Bretanha eram o principal importador na década de 1920. Entre os anos de 1929 e 1932, suas importações caíram em 70% e suas exportações declinaram no mesmo ritmo. As exportações americanas caíram quase pela metade tendo como consequência uma queda de quase 1/3 no comércio mundial entre 1929 e 1939.

⁴³ Grifos nossos.

⁴⁴ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX - 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 99.

Por conseguinte, o planejamento econômico passou a ser o objetivo central na política dos Estados nacionais. Essa situação provocou uma reviravolta no desenvolvimento do modo de produção capitalista. Hobsbawm aponta para as três opções que se seguiram a derrocada do então agora caduco liberalismo. São elas: (1) a revolução social defendida pelos marxistas; (2) a aplicação do receituário keynesiano, e (3) o fascismo. O Estado agora era visto como elemento central na condução da política macroeconômica na medida em que a crença nas virtudes do livre mercado fora profundamente abalada pela Grande Depressão. Dessa forma, o liberalismo econômico foi mergulhado no ostracismo político e econômico no período pós-guerra.

3.1.1 A edificação do Estado Keynesiano sob à ótica do materialismo histórico

O cerne para a compreensão do período pós-guerra e dos motivos que levaram a intervenção do Estado na economia, sob orientação das políticas keynesianas, requer a recuperação da teoria do materialismo histórico desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels em *A Ideologia Alemã*. Segundo a concepção materialista da história todos os conflitos de que se têm registro na história foram provocados pela contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas, por um lado, e o das formas de intercâmbio, por outro lado. Isso significa que as causas de todas as revoluções, oposições de interesses, etc. devem ser procurados não na consciência que os homens fazem de suas próprias relações sociais, mas na forma como eles produzem suas próprias condições de existência material. Essa interpretação materialista do processo de desenvolvimento da humanidade foi defendida e difundida por Marx e Engels na obra referida acima. Ela pressupõe a adoção do conceito de sociedade civil, que é a organização social que se desenvolve, a partir do processo de produção material da riqueza e do intercâmbio material dos produtos do trabalho, os quais constituem a base do poder estatal e de toda a restante estrutura idealista (mundo das representações, ideias, pensamentos, etc.).

Por conseguinte, os conflitos ideológicos, teóricos, etc. que se produzem na cabeça dos homens nos diferentes momentos históricos nada mais são do que o reflexo em suas consciências das transformações ocorridas no modo de produção: ele corresponde a unidade dialética entre a base material e técnica (os meios de produção e

a força de trabalho), e a forma social do processo de produção (isto é, a maneira como estão organizadas as relações sociais entre os homens no processo de trabalho). Cada modo de produção da vida material corresponde a um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas materiais. Com a expansão das forças produtivas chega-se a um ponto em que seu desenvolvimento entra em conflito com a forma de apropriação da riqueza material produzida. Veja-se:

Essa contradição entre as forças produtivas e a forma de intercâmbio, que, como vimos, ocorreu várias vezes na história anterior, sem, no entanto, ameaçar o seu fundamento, teve de irromper numa revolução em que a contradição assumiu ao mesmo tempo diversas formas acessórias, tais como totalidade de colisões, colisões entre classes distintas, contradição da consciência, luta de idéias, luta política etc. De um ponto de vista limitado, pode-se isolar, então, uma dessas formas acessórias e considera-la como a base dessas revoluções, o que é tanto mais fácil na medida em que os indivíduos que promoveram as revoluções guardavam ilusões sobre sua própria atividade, segundo seu grau de formação e seu estágio de desenvolvimento histórico.⁴⁵

O modo de produção capitalista não abole essa contradição fundamental, mas ela tem um caráter que lhe é peculiar: ela se expressa como a incompatibilidade entre a produção de mercadorias, que se realiza com a participação coletiva dos produtores diretos e não mais individualmente, e o caráter privado da apropriação da riqueza material. Friedrich Engels em sua obra intitulada *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico* argumentou que a produção mercantil se desenvolveu significativamente no seio da própria sociedade feudal. Nela, os produtores individuais de mercadorias se apropriavam do seu próprio produto. Com a constituição das forças produtivas especificamente capitalistas, que culminou no advento da grande indústria, os meios de produção individuais foram transformados em meios sociais de produção, mas ainda sujeitos a apropriação privada. Nessa transição, o produtor de mercadorias foi transformado em produtor capitalista de mercadorias e este já não se apropriava mais do

⁴⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007. Título original *Die Deutsche Ideologie. Kritik der neusten deutschen Philosophie in ihren Repräsentanten Feuerbach, B. Bauer und Stirner, und des deutschen Sozialismus in seinen verschiedenen Propheten* (1845-1846).

produto do seu próprio trabalho (caso do proprietário privado de mercadorias na Idade Média), mas do produto do trabalho alheio. Observe-se a seguinte passagem:

Na produção de mercadorias, tal como se havia desenvolvido na Idade Média, não podia surgir o problema de a quem pertencem os produtos do trabalho. O produtor individual criava-os, geralmente, com matérias-primas de sua propriedade, produzidas não raro por ele mesmo, com o seu próprio trabalho manual ou da sua família. Não necessitava, portanto, de se apropriar deles, pois já eram seus pelo simples fato de produzi-los. A propriedade dos produtos baseava-se, pois no *trabalho pessoal*. E mesmo naqueles casos em que se empregava a ajuda alheia, esta era, em regra, acessória, e recebia frequentemente, além do salário, outra compensação: o aprendiz e o oficial das corporações não trabalhavam menos pelo salário e pela comida do que para aprender e chegar a ser mestres algum dia. Sobrevêm a concentração dos meios de produção em grandes oficinas e manufaturas, a sua transformação em meios de produção realmente sociais. Entretanto, esses meios de produção e os seus produtos sociais foram considerados como se continuassem a ser o que eram antes: meios de produção e produtos individuais. E se até aqui o proprietário dos meios de trabalho se apropriara dos produtos, porque eram, geralmente, produtos seus e a ajuda constituía uma exceção, agora o proprietário dos meios de trabalho continuava apoderando-se do produto, embora já não fosse um produto *seu*, mas fruto exclusivo do *trabalho alheio*. Desse modo, os produtos, criados agora socialmente, não passavam a ser propriedade daqueles que haviam posto realmente em marcha os meios de produção e eram realmente seus criadores, mas do *capitalista*. Os meios de produção e a produção foram convertidos essencialmente em fatores sociais. E, no entanto, viam-se submetidos a uma forma de apropriação que pressupõe a produção privada individual, isto é, aquela em que cada qual é dono do seu próprio produto e, como tal, comparece com ele no mercado. O modo de produção vê-se sujeito a esta forma de apropriação apesar de destruir o pressuposto sobre o qual repousa. Nesta contradição, que imprime ao novo modo de produção o seu caráter capitalista, *encerra-se em germe todo o conflito dos tempos atuais*. E quanto mais o novo modo de produção se impõe e impera em todos os campos fundamentais da produção e em todos os países economicamente importantes, afastando a produção individual, salvo vestígios insignificantes, *maior é a evidência com que se revela a incompatibilidade entre a produção social e a apropriação capitalista*.⁴⁶

Com a universalização e generalização da produção capitalista de mercadorias por toda a sociedade desenvolve-se simultaneamente e contraditoriamente no âmbito de

⁴⁶ ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. São Paulo: Editora Moraes, s/d, p. 51-2. Título original *Socialisme Utopique et Socialisme Sientifique*.

cada empresa industrial, o caráter social do processo de trabalho. Vê-se que à medida em que se desenvolve o capitalismo desenvolve-se concomitantemente a organização da produção em larga escala. O resultado disso é o desenvolvimento sem precedentes na história da produtividade social do trabalho.

Entretanto, esse desenvolvimento das forças produtivas entra em contradição com a anarquia reinante no seio da sociedade burguesa. Ou seja, no fato de que há ausência de planejamento consciente da produção material numa economia que se baseia na divisão social do trabalho e na propriedade privada dos meios sociais de produção. A inexistência de coordenação entre as decisões individuais tomadas por uma multiplicidade de proprietários de mercadorias que produzem em condições privadas ocasiona o fato de que o equilíbrio entre a oferta e demanda só ocorre de forma acidental e caótica por intermédio da lei do valor.

Essa contradição que se desenvolve no interior da sociedade capitalista, é expressa na própria concorrência intercapitalista, por meio da eliminação dos competidores mais fracos e com a consequente organização dos cartéis e trustes (a pequena produção é substituída pela grande produção nas sociedades anônimas). Com a redução do número de empresas participantes do mercado, os meios de produção podem ser explorados agora com maior eficiência e racionalidade, o que implica maior grau de socialização da produção. Por conseguinte, nos oligopólios desenvolve-se o planejamento científico da produção em que pese à continuidade do modo de apropriação individual (capitalista) da riqueza produzida. Por sua vez, essa contradição não é resolvida nem mesmo com a propriedade estatal.

Em seu nível mais abrangente, a única forma de se planejar cientificamente e conscientemente a produção na economia capitalista dá-se por intermédio da intervenção estatal. Somente o Estado capitalista pode funcionar como órgão relativamente consciente numa sociedade regida pelas relações de propriedade capitalista ainda que sua atuação não elimine completamente as crises do capital⁴⁷. O objetivo da intervenção estatal é o de resolver as crises do capital, na medida em que ele busca equacionar os problemas criados pelo desenvolvimento capitalista, através da redistribuição da riqueza, da organização mais eficiente e planejada dos processos produtivos e como administrador das crises econômicas. Dentro dessa perspectiva, é que deve ser compreendida a intervenção do Estado sob a orientação das políticas

⁴⁷ Isso pode ser atestado pelas crises que o modo de produção capitalista experimentou ao longo da segunda metade do século XX.

keynesianas no período pós-guerra. A sua estruturação foi resultado de uma longa luta de classes, no qual os interesses das classes trabalhadoras e dos setores das classes dominantes ligados diretamente ao capital industrial saíram momentaneamente vitoriosos, após a Segunda Guerra mundial.

Entretanto, essa circunstância não pode obscurecer o fato de que o Estado é um instrumento de dominação de classes no modo de produção capitalista. Segundo Paul Sweezy em *A Teoria do Desenvolvimento Capitalista* a utilização do poder estatal tem os seguintes princípios norteadores: (1) primeiramente, o Estado busca resolver problemas criados pelo desenvolvimento capitalista; (2) em segundo, quando os interesses da classe dominante estão ameaçados, o Estado se predispõe a utilizar esse poder livremente, e (3) por último, o poder estatal pode ser usado para fazer concessões à classe trabalhadora em situações em que sua não utilização sejam uma grave ameaça à estabilidade e funcionamento do modo de produção capitalista.

Portanto, o que orientou a intervenção do Estado no período denominado de *anos dourados* do capitalismo foi a necessidade, por um lado, de sua preservação e do capital em função da ameaça que o comunismo representava no período pós-guerra. Por outro lado, agia devido à perda na confiança de que a regulação através dos mecanismos de mercado poderia promover a prosperidade material e o bem-estar geral, com a severidade da Grande Depressão. A recuperação econômica no pós-guerra é o assunto da próxima seção.

3.2 A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA NO PÓS-GUERRA

Após as duas grandes tragédias sociais⁴⁸ da primeira metade do século XX, procurou-se colocar freios a total liberdade de ação do capital financeiro e de sua lógica especulativa. No plano político, a aliança entre o capital industrial e o trabalho assalariado se expressava na ideologia dos partidos sociais democratas e no comando da máquina governamental dos países centrais por esses partidos. O resultado foi a criação do *Welfare State*. Sua criação implicava a inclusão de camadas inteiras da população no mercado consumidor capitalista. Isso era feito por meio da elevação dos salários reais, em que os ganhos de produtividade eram divididos pelos capitalistas com os

⁴⁸ Referimo-nos a Primeira e Segunda guerras mundiais.

trabalhadores. Ou seja, os trabalhadores tiveram maior participação na repartição da riqueza produzida. Por outro lado, os sindicatos passaram a ser reconhecidos como os representantes legítimos da classe trabalhadora. Em contrapartida, era exigida dos trabalhadores a compreensão da legitimidade do sistema capitalista.

Gérard Duménil e Dominique Lévy em *A crise do neoliberalismo* sintetizaram a lógica que presidiu a economia capitalista no período pós-guerra na seguinte passagem:

Do ponto de vista da sua gênese durante os anos de 1930 e 1940, as principais características do novo capitalismo do pós-guerra podem ser resumidas da seguinte forma. O mercado existe, no sentido de que as empresas privadas decidem investimento, produção e preços. O Estado é grande. O setor financeiro é regulado. Limites sérios são impostos sobre o livre comércio e a livre movimentação internacional de capital. O controle da macroeconomia está nas mãos das instituições centrais. O direito de o trabalho se organizar é, até certo ponto, garantido. A concentração de salários e, de modo mais geral, de rendas em benefício das faixas mais altas de renda é reduzida. Uma fração limitada dos lucros é paga como dividendos, e o mercado de ações aumenta moderadamente. É garantido certo grau de bem-estar.⁴⁹

Entretanto, isso não aboliu as contradições entre o capital e o trabalho, a qual é indissociável da produção capitalista. Os pesquisadores Eduardo Costa Pinto e Paulo Balanco em artigo intitulado, *Os anos dourados do capitalismo: uma tentativa de harmonização entre as classes*, defendem a ideia de que essas concessões devem ser entendidas como medidas contraofensivas, com vistas à preservação e estabilidade do modo de produção capitalista. Elas foram pautadas numa tentativa de harmonia entre as classes e orientadas em torno do compromisso keynesiano/fordista. Segundo esses autores, houve concessões (pacto social democrata) aos trabalhadores dos países centrais e forte repressão dos movimentos operários nos países periféricos por meio das ditaduras militares. Isso ocorreu devido a ameaça representada pelo comunismo. Em suma, o conflito entre as classes sociais jamais pode ser suprimido da relação capital.

Entretanto, a adoção desse compromisso entre classes foi bem-sucedido quando se analisa sob uma perspectiva retrospectiva. O resultado das modificações introduzidas na estrutura do capitalismo mundial no período pós-guerra foi sua acelerada

⁴⁹ DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 307. Título original *The Crisis of Neoliberalism* (Cambridge, Harvard University, 2011).

recuperação econômica, que ficou conhecida na literatura econômica como *Os anos dourados* do capitalismo. O rápido crescimento econômico verificado nesse período deveu-se ao modelo de produção fordista baseado na produção industrial em massa e que foi aplicado em vários países. Esse modelo de produção veio acompanhado da chamada revolução tecnológica. Ou seja, a pesquisa científica encontrava cada vez mais aplicação prática nos mais distintos ramos industriais, sob a forma de desenvolvimento de novos produtos ou de modificações nos produtos já existentes. O resultado disso foi a importância crescente da Pesquisa e Desenvolvimento (*P&D*) para o crescimento econômico. O progresso econômico desse período impressionou os historiadores econômicos.

O *boom* espetacular do pós-guerra suscitou uma reversão das expectativas pessimistas quanto ao futuro da economia capitalista que se seguiram a eclosão da Grande Depressão. Numa perspectiva de longo prazo, as “décadas de ouro” do modo de produção capitalista se notabilizam, pois representam um período singular na história econômica do século XX. Segundo Eric Hobsbawm em *A Era dos Impérios* o que houve nesse período foi uma profunda reestruturação e reforma do modo de produção capitalista, e um avanço considerável na internacionalização do capital.

A reestruturação e reforma do capitalismo, por um lado, implicou a criação de uma economia mista, na qual foi possível aos Estados capitalistas o planejamento e a administração da modernização econômica. Foi essa circunstância que permitiu a rápida industrialização dos até então chamados países do Terceiro Mundo. A ameaça representada pelo comunismo implicava um compromisso político dos governos com o pleno emprego, o que propiciou aos mercados internos desses países absorverem os produtos produzidos em massa pelo modelo de produção fordista. Segundo Hobsbawm, a “Era de Ouro” produziu a democratização do mercado, porque permitiu o acesso de pessoas antes marginalizadas a bens de consumo antes tratados como bens de luxo. Por outro lado, a internacionalização da economia aumentou-lhe a capacidade produtiva, o que viabilizou a estruturação e organização de uma divisão internacional do trabalho mais complexa e diversificada. Em suma, esse período singular na história do capitalismo do século XX só foi possível devido as modificações estruturais introduzidas na economia capitalista mundial no pós-guerra e constituiu-se essencialmente uma união entre o liberalismo econômico e democracia social. Isso pode ser ilustrado na seguinte passagem:

O capitalismo do pós-guerra foi inquestionavelmente, como assinala a citação de Crosland, um sistema “reformado a ponto de ficar irreconhecível”, ou, nas palavras do primeiro-ministro britânico Harold Macmillan, uma “nova” versão do velho sistema. O que aconteceu foi muito mais que um retorno do sistema, após alguns inevitáveis “erros” do entreguerras, para seu objetivo “normal” de “tanto manter um alto nível de emprego quanto [...] desfrutar uma taxa não desprezível de crescimento econômico” (Johnson, 197, p.6). Essencialmente, foi uma espécie de casamento entre liberalismo econômico e democracia social (ou, em termos americanos, política do New Deal rooseveltiano), com substanciais empréstimos da URSS, que fora pioneira na idéia do planejamento econômico. Por isso a reação contra ele, dos defensores teológicos do livre mercado, seria tão apaixonada nas décadas de 1970 e 1980, quando as políticas baseadas nesse casamento já não eram salvaguardadas pelo sucesso econômico. Homens como o economista austríaco Friedrich von Hayek (1899-1992) jamais haviam sido pragmatistas, dispostos (embora com relutância) a ser persuadidos de que atividades econômicas que interferiam com o *laissez-faire* funcionavam; embora sem dúvida negassem, com argumentos sutis, que pudessem funcionar. Eram verdadeiros crentes da equação “Livre mercado = Liberdade do indivíduo”, e conseqüentemente condenavam qualquer desvio dela, como, por exemplo, *A estrada para a servidão*, para citar o título do livro de Hayek publicado em 1944. Tinham defendido a pureza do mercado na Grande Depressão. Continuavam a condenar as políticas que faziam de ouro a Era de Ouro, quando o mundo ficava mais rico e o capitalismo (acrescido do liberalismo político) tornava a florescer com base na mistura de mercados e governos. Mas entre a década de 1940 e a de 1970 ninguém dava ouvidos a tais Velhos Crentes.⁵⁰

O que houve essencialmente nesse período foi uma séria limitação aos movimentos especulativos do capital. Isso assegurou o crescimento econômico verificado nessa época, porque subordinou o desenvolvimento do sistema de crédito aos imperativos da acumulação produtiva. Nas seções seguintes, ficará mais claro que a generalização das operações do capital portador de juros pode até certo ponto auxiliar o desenvolvimento industrial. No entanto, atingido seu ápice, ele pode criar ambiente para um crescente grau de desmaterialização da riqueza, tornando a conjuntura econômica mais instável.

⁵⁰ HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX - 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 265-6.

3.3 O FINANCIAMENTO DAS SOCIEDADES POR AÇÕES

A prosperidade econômica verificada no período pós-guerra, é explicada por autores filiados à tradição crítica da economia política, mas não pertencentes ao campo marxista como resultado das políticas de restrição à livre mobilidade do capital financeiro e de sua lógica especulativa: a chamada eutanásia do capital rentista. Nessa perspectiva, as crises capitalistas são explicadas pelo crescimento desenfreado e sem lastro da esfera financeira da economia em detrimento da esfera produtiva. O crescimento econômico que se verificou no período pós-guerra só foi possível porque se subordinou o desenvolvimento do capital financeiro aos programas de industrialização nessa época, na qual o Estado teve papel central na repressão da especulação financeira.

Entretanto, busca-se nessa tese argumentar exatamente o contrário: o desenvolvimento da especulação decorre das próprias leis de movimento do capital, ou seja, não se trata de mera enfermidade provocada por fatores extra-econômicos, como a ganância dos diretores executivos das grandes companhias que cometem crimes financeiros, por exemplo. Por isso, a chave para a compreensão do desenvolvimento do capital fictício no capitalismo hodierno deve ser encontrada no estudo do processo de financiamento das sociedades anônimas.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista em sua fase imperialista permitiu o surgimento e desenvolvimento das sociedades anônimas. A atuação dos cartéis e trustes no mercado mundial tornou necessária uma maior interdependência e coordenação entre as atividades financeiras e produtivas. Por conseguinte, o financiamento tornou-se uma questão vital para a performance das grandes empresas num ambiente marcado por acirrada competição intercapitalista em nível internacional. Para o esclarecimento dessa questão é necessário recuperar alguns elementos do estudo desenvolvido por Karl Marx em *O Capital, livro segundo, volume 3* sobre o ciclo do capital industrial.

Segundo Marx, o capital industrial descreve um ciclo que se repete incessantemente, num movimento infinito. Nesse processo, ele assume alternativamente as formas de capital monetário, capital produtivo e capital mercadoria. Cada uma delas são apenas formas evanescentes que o capital industrial ora adota, ora abandona em seu movimento global. Nesse estudo, Marx concluiu que o capital industrial condiciona o caráter capitalista da produção, como pode ser apreendido na seguinte passagem:

O capital industrial é o único modo de existência do capital em que não só a apropriação de mais-valia, ou, respectivamente, mais-produto, mas, ao mesmo tempo, também sua criação é função do capital. Condiciona, por isso, o caráter capitalista da produção; sua existência implica a contradição entre capitalistas e trabalhadores assalariados. Na medida em que se apodera da produção social, a técnica e a organização social do processo de trabalho são revolucionadas e com elas o tipo econômico-histórico da sociedade. As outras espécies de capital, que apareceram antes dele em meio a condições sociais de produção pretéritas ou decadentes, não só lhe são subordinadas e modificadas, de acordo com ele, no mecanismo de suas funções, mas só se movimentam ainda com base nele e, por isso, vivem e morrem, sustentam-se e caem. Capital monetário e capital-mercadoria, na medida em que aparecem em suas funções de portadores de ramos próprios de negócios, ao lado do capital industrial são somente modos de existência, autonomizados e desenvolvidos unilateralmente pela divisão social do trabalho, das diferentes formas de função que, dentro da esfera da circulação, o capital industrial ora adota, ora abandona.⁵¹

Com o estudo dos ciclos, Marx buscou demonstrar que o capital precisa constantemente ser transformado nos elementos do capital produtivo (meios de produção e força de trabalho) e no capital-mercadoria para viabilizar seu processo de autovalorização. O capital não pode se autovalorizar sem a apropriação do trabalho alheio não pago, pois a produção da mais-valia só pode ocorrer nos setores produtivos da economia⁵². Por isso, o ciclo do capital tem que ser interrompido constantemente quando ele é convertido nos elementos da produção. Além disso, a venda de todo capital-mercadoria é outra condição indispensável para a realização da mais-valia produzida. Ou seja, esse autor identificou uma contradição no desenvolvimento do modo de produção capitalista: apesar da tendência do desenvolvimento da forma valor que busca se desvincular a todo custo da produção de valores de uso, o valor-capital não

⁵¹ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 3. Coleção Os Economistas, p. 43. Título original *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie*.

⁵² Observa-se que quando se fala em processos de produção não nos referimos apenas a indústria capitalista. Em *O Capital, livro segundo, volume terceiro* Karl Marx também se referiu aos processos de produção que ocorrem na esfera da circulação de mercadorias. Neles, não se produzem bens tangíveis. Por exemplo: a indústria de comunicações (indústria de transporte de mercadorias e pessoas, ou de transmissão de informações, e etc.). O que os diferencia essencialmente em relação ao setor industrial é que a produção e consumo não se separam espacialmente, nem temporalmente. A fórmula de circulação desse capital industrial é descrita da seguinte forma: D – M (MP/FT) ... P – D’.

pode se autovalorizar sem ingressar em algum ramo produtivo da economia e também sem ser vendido na esfera da circulação de mercadorias.

Entretanto, isso não elimina o apetite do capital pela apropriação de parcelas crescentes da mais-valia por meio da tentativa de acelerar sua rotação. Historicamente, isso se resolveu através do encurtamento do seu ciclo de valorização de $(D - M - D')$ para o ciclo $(D - D')$. Dessa forma, o capital atinge um duplo objetivo: (1) por um lado, para se autovalorizar ele não precisa mais ingressar na esfera produtiva, e (2) por outro lado, ele se livra de todos os inconvenientes e riscos relacionados ao processo de circulação, no qual a venda das mercadorias é a condição indispensável para a realização dos lucros.

O milagre da transformação do dinheiro em mais dinheiro $(D - D')$ é possível pela autonomização das diferentes formas do capital a que o seu movimento real conduz. Essa circunstância viabiliza o desenvolvimento do capital bancário. No entanto, é necessário ilustrar a diferença entre o dinheiro que funciona como capital monetário no processo de circulação do capital industrial e o dinheiro que atua como capital portador de juros.

No movimento global do capital industrial que pode ser descrito pela fórmula $(D - M \dots P \dots M' - D')$ ou em sua forma mais geral como $D - M (FT/MP) \dots P \dots M' (M + m) - D' (D + d)$ o dinheiro atua apenas como dinheiro, ou seja, desempenhando suas funções como medida dos valores, meio de compra e meio de pagamento⁵³. Lembremos que no processo de circulação o capital assume alternativamente as formas dinheiro e mercadoria. Somente na conexão de todo o processo que mercadoria e dinheiro aparecem como formas funcionais do capital: capital-mercadoria e capital monetário, respectivamente. Em suma, em seu movimento real o capital só existe como capital no processo de reprodução e não na esfera da circulação. Ocorre exatamente o contrário com o capital portador de juros. Veja-se:

A coisa é diferente com o capital portador de juros, e justamente essa diferença constitui seu caráter específico. O possuidor de dinheiro que quer valorizar seu dinheiro como capital portador de juros aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, torna-o mercadoria como *capital*; não só como capital para si mesmo, mas também para outros; não é meramente capital para aquele que o aliena, mas é entregue ao terceiro de antemão como capital, como valor que possui o valor de uso de

⁵³ Ocorre o mesmo com a forma mercadoria.

criar mais-valia, lucro; como valor que se conserva no movimento e, depois de ter funcionado, retorna para quem originalmente o despendeu, nesse caso o possuidor de dinheiro; portanto afasta-se dele apenas por um período, passa da posse de seu proprietário apenas temporariamente à posse do capitalista funcionante, não é dado em pagamento nem vendido, mas apenas emprestado; só é alienado sob a condição, primeiro, de voltar, após determinado prazo, a seu ponto de partida, e, segundo, de voltar como capital realizado, tendo realizado seu valor de uso de produzir mais-valia.⁵⁴

Portanto, o proprietário do dinheiro que vai atuar como capital portador de juros já o lança na circulação como capital diferentemente do caso do capital monetário no processo de circulação do capital industrial em que o mesmo inaugura o ciclo. No segundo caso, o dinheiro atua apenas como dinheiro na esfera da circulação e ele só pode ser concebido como capital pelo fato de o capital monetário ser uma das formas evanescentes do ciclo do capital industrial: quando ocorre a transformação do capital monetário em capital produtivo: $[D - M (FT/MP)]$. O capital monetário D é trocado por mercadorias M . Parte dessas mercadorias é composta pelos meios de produção (MP) e outra parte é composta pela mercadoria força de trabalho (FT). Em suma, o capital despiu-se de sua forma monetária (dinheiro) e foi convertido em capital produtivo. Posteriormente, após a saída da fábrica o capital assume a forma de capital-mercadoria M . Há que se ressaltar que o capital assume novamente a forma de capital monetário quando o capital-mercadoria é vendido na fase final do ciclo: $M' - D'$. O ciclo todo pode ser expresso através da seguinte fórmula: $D - M (MP/FT) ... P - M' - D'$.

Por conseguinte, a valorização do capital portador de juros parece provir da mera propriedade do dinheiro, que pode ser descrita pela fórmula $D - D'$. Ou seja, parece que o dinheiro adquiriu a capacidade mágica de se autovalorizar pelo fato de ser apenas dinheiro⁵⁵. Essa mistificação que cerca a fonte do juro se reflete também nas análises econômicas. É ilustrativo o fato de que o juro na interpretação schumpeteriana⁵⁶ seja concebido como a remuneração do fator capital.

⁵⁴ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v. 4. Coleção Os Economistas, p. 258-7. Título original *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie*.

⁵⁵ Karl Marx argumenta que no capital portador de juros a relação capital atinge sua forma mais alienada e fetichista em *O Capital*, livro terceiro, volume quatro no capítulo intitulado “Alienação da Relação-Capital na forma do capital portador de juros”.

⁵⁶ A escolha de Joseph Alois Schumpeter para a ilustração de como o juro é explicado pela teoria econômica burguesa deve-se ao fato de que ele se constitui num dos maiores economistas

No contexto de sua análise em *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*, Joseph Schumpeter está preocupado com as conexões existentes entre o sistema de crédito e o dinheiro necessário para a realização de novas combinações. Ele tenta responder a seguinte questão: de onde vem o montante necessário para a realização das novas combinações? Segundo Schumpeter, a realização de novas combinações é o fator fundamental do processo de desenvolvimento econômico. Em sua resposta, o dinheiro necessário provém da criação do poder de compra pelos bancos. Ou seja, o banqueiro é quem produz a mercadoria “poder de compra” colocando-se entre os que desejam formar novas combinações e os possuidores dos meios de produção. Veja-se:

Portanto, o banqueiro não é primariamente tanto um intermediário da mercadoria “poder de compra”, mas um *produtor* dessa mercadoria. Contudo, como toda poupança e fundos de reserva hoje em dia afluem geralmente para ele e nele se concentra a demanda de poder livre de compra, quer já exista, quer tenha que ser criado, ele substitui os capitalistas privados ou tornou-se o seu agente; tornou-se ele mesmo o capitalista *par excellence*. Ele se coloca entre os que desejam formar novas combinações e os possuidores dos meios produtivos. Ele é essencialmente um fenômeno do desenvolvimento, embora apenas quando nenhuma autoridade central dirige o processo social. Ele torna possível a realização de novas combinações, autoriza as pessoas, por assim dizer, em nome da sociedade, a formá-las. É o éforo da economia das trocas.⁵⁷

Vê-se que o juro na interpretação schumpeteriana é fruto da propriedade do capital monetário. Karl Marx procurou retirar o véu que encobre a explicação correta da fonte do juro. Todo o misticismo que encobre a relação capital na forma do capital portador de juros é decorrente do fato de que o juro parece provir da relação de empréstimo. O empréstimo a juros a terceiros decorre do fato de que na sociedade capitalista toda soma de dinheiro pode funcionar como capital que produz mais-valia. Por exemplo: Se um capital de R\$ 10.000,00 aplicado a uma taxa média geral de lucro de 10% produz uma mais-valia de R\$ 1.000,00, então, qualquer soma de dinheiro de R\$

do século XX. Ou seja, nem mesmo as mentes mais privilegiadas estão imunes das ilusões a que estão sujeitos os indivíduos na sociedade capitalista.

⁵⁷ SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico*: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997. Coleção Os Economistas, p.53. Título original *Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung*.

10.000,00 pode ser negociada como mercadoria que produz um lucro de R\$ 1.000,00. Disso resulta que qualquer quantia de dinheiro pode ser negociada como *mercadoria capital*.

Essa circunstância permite, por exemplo, a um *capitalista X* emprestar uma quantia em dinheiro a um *capitalista Y*. Entretanto, ao entregar seu dinheiro a um mutuário ele não recebe um equivalente em valor sob a forma de mercadorias, como no caso do dinheiro que é transformado nos elementos do capital produtivo na primeira fase do ciclo do capital industrial [$D - M (MP/FT)$]. O dinheiro só vai funcionar efetivamente como capital nas mãos do *capitalista Y* que vai desempenhar as funções de capitalista industrial. Ou seja, na figura do capital portador de juros o movimento real do capital fica totalmente obscurecido, apagado.

O refluxo de todo o dinheiro emprestado acrescido do juro ocorre somente após o fim do contrato de empréstimo. Por isso, o juro parece provir do acordo tácito previamente formulado entre prestamistas e mutuários. Do ponto de vista do prestamista (*capitalista X*), a valorização de seu capital parece ser oriunda da mera propriedade do dinheiro expressa pela fórmula $D - D'$ e não tem nada a ver com a aplicação produtiva da quantia emprestada pelo *capitalista Y*. A forma (transação jurídica entre prestamistas e mutuários) em que o fenômeno se desenrola gera a ilusão de que o dinheiro em si produz sua própria autovalorização, isto é: parece que o dinheiro não perdeu a sua forma e o seu retorno não parece determinado pela sua aplicação produtiva com vistas à produtiva de mais-valia nos ramos produtivos. Em verdade, é o *capitalista Y* que encaminha o ciclo do capital industrial por meio da capitalização da quantia emprestada, e a produção e apropriação da mais-valia na esfera produtiva é que vai permitir o recebimento do juro por parte do *capitalista X*.

Por conseguinte, o processo de valorização do capital portador de juros que foi sintetizado pela fórmula $D - D'$ pode ser representado pela fórmula geral $D - D - M - D' - D'$. Nela, o D' final é diferente do D' inicial. O D' inicial é o montante global de toda a mais-valia produzida e o D' final corresponde ao juro apropriado pelo proprietário do dinheiro e corresponde a uma parte da mais-valia criada pelo *capitalista Y* no processo de produção. Por exemplo: caso a taxa de juros para a quantia de R\$ 10.000,00 emprestada acima seja de 4%, então, o montante total da mais-valia apropriada pelo *capitalista prestamista X* é de R\$ 400,00. E o montante da mais-valia apropriada pelo *capitalista industrial Y* é de R\$ 600,00. O montante total da mais-valia produzida foi de R\$ 1.000,00. Ou seja, o juro nada mais é do que uma fração da mais-

valia produzida pelo conjunto dos trabalhadores assalariados resultante do processo de exploração do trabalho pelo capital e apropriada pelo capital bancário. Karl Marx adverte o seguinte:

Juro como preço de capital é de antemão uma expressão totalmente irracional. Aqui uma mercadoria tem duplo valor: primeiro, um valor e, depois, um preço distinto desse valor, enquanto o preço é a expressão monetária do valor. O capital monetário de início é apenas uma soma de dinheiro ou o valor de determinada massa de mercadorias fixado como soma de dinheiro. Se uma mercadoria for emprestada como capital, então ela é apenas a forma disfarçada de uma soma de dinheiro. Pois o que se empresta como capital não são tantas libras de algodão, mas tanto de dinheiro que existe na forma de algodão, como valor deste. O preço do capital refere-se, portanto, a ele como soma de dinheiro, embora não como *currency*, como pensa o Sr. Torrens. Como pode então uma soma de valor ter um preço além de seu próprio preço, além do preço que está expresso em sua forma-dinheiro? Pois o preço é o valor da mercadoria (e isso vale também para o preço de mercado, que difere do valor não pela qualidade, mas somente pela quantidade, relacionando-se apenas à grandeza de valor), em contraste com seu valor de uso. Um preço que é qualitativamente diverso do valor é uma contradição absurda.⁵⁸

No processo de financiamento das sociedades por ações, a alienação da relação capital sob a figura do capital portador de juros atinge seu clímax com o desenvolvimento do capital fictício. Na próxima seção, veremos como a análise desenvolvida por Rudolf Hilferding em *O Capital Financeiro* oferece elementos importantes para o esclarecimento dessa questão.

3.4 O RENDIMENTO DOS ACIONISTAS: A CONTRIBUIÇÃO DE RUDOLF HILFERDING

Rudolf Hilferding deu continuidade à análise desenvolvida por Karl Marx em *O Capital*, livro terceiro, volumes 4 e 5 sobre a importância crescente do crédito na

⁵⁸ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v. 4. Coleção Os Economistas, p. 266. Título original *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie*.

produção capitalista. Essa importância atinge o ápice de seu desenvolvimento com o predomínio das sociedades anônimas na estrutura do capitalismo mundial, a partir de sua fase imperialista. Esse autor está interessado em demonstrar como a metamorfose nas relações de propriedade com o aparecimento dos acionistas possibilitou ao capital adquirir a forma pura e simples de ações. Essa circunstância permitiu subordinar a acumulação produtiva aos imperativos da lógica de valorização do capital portador de juros no seio das grandes empresas. Isso só foi possível devido a transformação do capitalista industrial em um mero proprietário do dinheiro (acionista). Vejamos a argumentação desenvolvida por Hilferding.

Nas sociedades por ações, o capitalista industrial deixa de atuar como empresário, pois sua gestão administrativa passa a ser exercida por trabalhadores altamente qualificados: os gerentes e executivos das grandes companhias. Nelas, o capital investido na sociedade anônima pelos acionistas adquire a função pura de capital monetário. Essa espécie de investimento faz com que o seu possuidor, o credor, não tenha interesse pelo que é feito com o seu capital no processo produtivo, embora essa aplicação produtiva do capital seja a condição da relação de empréstimo. Vê-se que o afastamento do proprietário do capital do movimento real do capital no processo de reprodução da riqueza material potencializa o fetiche imanente à produção de mercadorias. Ele investe seu dinheiro na grande empresa e acredita que a valorização do mesmo, sob a forma de juros e dividendos, provém do fato de o dinheiro ser uma mercadoria que tem essa função específica: a de ser negociada como capital.

O acionista cede seu dinheiro à grande empresa e espera recuperá-lo depois acrescido dos juros. A origem desse rendimento é totalmente mistificada pela forma econômica em que essa relação de produção assume: a posse de ações. Essa mistificação é acentuada pelo fato de que a taxa de juros não é determinada previamente. Dessa forma, o juro parece ser proveniente da mera posse do título de valor. Isso ocorre porque a forma econômica (posse de ações) encobre o seu real conteúdo (relações de exploração da força de trabalho assalariada pelo capital nas grandes empresas) em que o fenômeno econômico se desenrola.

A ação nada mais é do que um título de valor em que sua posse permite ao proprietário acionista o direito a uma participação no rendimento (lucro) produzido pelo conjunto dos trabalhadores assalariados no processo de reprodução da riqueza material nas grandes companhias. Ou seja, a forma econômica (ação) encobre o seguinte fato: o acionista estabelece uma relação de produção com os trabalhadores assalariados ao

ceder o dinheiro que viabilizará a compra dos elementos do capital produtivo e a operacionalização da atividade industrial. Esse empréstimo possibilita a ele o direito a uma parcela da mais-valia produzida pelos trabalhadores produtivos e o tamanho de sua participação nessa repartição depende do nível da taxa de juros. Essa participação é tanto maior quanto maior o nível da taxa de juros. Além disso, esse investimento também pode lhe render um prêmio de risco em função das incertezas relacionadas a todo empreendimento industrial.

No prosseguimento de sua investigação, Rudolf Hilferding destaca as condições para que o acionista invista seu dinheiro na empresa capitalista. Diferentemente do capitalista industrial, o prestamista não se liga permanentemente à sociedade anônima. Para tanto, faz-se necessário que ele possa transformar a qualquer momento seu capital acionário em dinheiro. Essa situação é satisfeita pelo fato de que o acionista pode sempre recuperar seu capital a qualquer momento por meio da venda de ações (a qual lhe dá direito a parte do lucro industrial). Essa possibilidade é criada mediante a estruturação de um mercado próprio, a Bolsa de Valores. Historicamente, o desenvolvimento desse mercado só foi possível porque o rendimento dos acionistas foi reduzido para o nível do juro. Veja-se:

Essa redução ao nível do juro é, portanto, um processo histórico, que se desenvolve com a evolução do sistema acionário e da Bolsa Valores. Enquanto a sociedade anônima não for a forma dominante e a negociabilidade da ação não se encontrar desenvolvida plenamente os dividendos não conterão apenas juros, mas inclusive lucro empresarial.⁵⁹

Por conseguinte, em toda sociedade anônima o capital monetário investido pelo acionista sempre lhe renderá o juro médio e não o lucro médio. Na fundação de uma grande companhia o montante necessário para a capitalização deve incluir não apenas o montante necessário que vai produzir a taxa de lucro média para a empresa industrial, mas também a magnitude que vai propiciar o juro médio para o acionista⁶⁰. Isso é

⁵⁹ HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Coleção Os Economistas, p. 113. Título original: *Das Finanzkapital* (1909).

⁶⁰ Na seção intitulada “A dinâmica da acumulação capitalista sob a égide do capital financeiro” no segundo capítulo explicamos como isso é possível por meio da ilustração do processo de formação do lucro de fundador.

possível porque houve uma duplicação do capital: uma parte do capital monetário foi convertido em capital produtivo e vai viabilizar o ciclo do capital industrial e outra parte agora existe sob a forma de capital acionário (ações).

Essa aparente duplicação do capital é que viabiliza o desenvolvimento do capital fictício. O capital agora parece perder sua substância real (fruto da exploração dos trabalhadores assalariados) consolidando-se como um autômato que se valoriza por si mesmo. Quando o acionista cede seu dinheiro a empresa ele o transforma em capital acionário. Com a negociação desses títulos de valor na Bolsa de Valores mais dinheiro adicional é necessário para que eles circulem, pois, seu dinheiro original foi entregue definitivamente a empresa industrial. Por conseguinte, as ações circulam como se não tivessem nada que ver com as condições do capital industrial que se encontra em funcionamento. Para entender o porquê que elas são amplamente aceitas e negociadas na Bolsa de Valores basta compreender o processo de formação do capital fictício.

A formação do capital fictício dá-se por intermédio da capitalização. Com a generalização das operações do capital portador de juros parece que todo rendimento parece provir de um capital ilusório, que só existe idealmente. Por exemplo: uma receita de R\$ 200 capitalizada a taxa de juros de 8% parece ser oriunda de um capital ilusório de R\$ 2500,00. Então, esse capital fictício pode ser negociado como mercadoria possibilitando a seu detentor obter essa receita de R\$ 200,00. Com a transformação das empresas de estrutura familiar em companhias acionárias o fetiche se cristaliza. O capital fictício ganha uma objetividade própria: a ação ou outro título de valor de qualquer espécie. O capital fictício que antes era só concebido idealmente (como dinheiro contábil) agora se materializa por meio dos títulos do Estado, ações de toda espécie, etc. ganhando forma de expressão própria, que não tem correspondência no nível da produção de mercadorias.

O passo seguinte na análise de Rudolf Hilferding é o de demonstrar como é determinado o preço das ações. Segundo esse autor, o preço da ação não representa uma parte do capital produtivo que foi realmente aplicado na produção industrial. Por isso, a soma do capital acionário não coincide com a quantia que foi aplicada na compra dos elementos do capital produtivo. O seu preço depende do montante do lucro industrial produzido pela empresa capitalista e do nível da taxa de juros vigente no mercado. Isso possibilita que as ações possam ser negociadas mesmo que a empresa ainda não tenha sido criada e posta em funcionamento. Para tanto, basta estimar um lucro futuro que

servirá como base para a criação de capital fictício (capital acionário). Ou seja, as ações são títulos de dívida sobre a produção presente ou mesmo sobre a produção futura.

Com a criação da Bolsa de Valores foi possibilitado ao capital adquirir certa autonomia em relação ao processo de reprodução material da sociedade. O esquema de circulação do capital fictício ilustra bem essa relativa autonomia que o capital adquire em seu processo de autovalorização. Hilferding o sintetizou da seguinte forma: (1) as ações (A) são emitidas e obtém-se dinheiro (D); (2) este se divide em lucro de fundador (*dI*) e a outra parte do dinheiro se transforma em capital produtivo (*DI*); (3) por último, para que as ações voltem a circular é necessário dinheiro adicional (*D2*) e sua negociabilidade dar-se-á em mercado próprio, a Bolsa de Valores. Esquemáticamente⁶¹:

$$dI - A - DI [M(Mp/FT)...P...M' - D'I].$$

$$\begin{array}{c} | \\ D2 \\ | \\ A \end{array}$$

Vê-se que na Bolsa de Valores ilustrada através do esquema (*A - D2 - A*) a valorização fictícia do capital parece se desenvolver paralelamente e sem nenhuma conexão com o ciclo real do capital industrial. Os lucros diferenciais que surgem da atividade especulativa reforçam a ilusão apontada acima, como pode ser apreendido pela passagem seguinte:

A compra e venda de mercadorias é um processo socialmente necessário. Por meio dele se satisfaz a condição vital da sociedade na economia capitalista; é uma *conditio sine qua non* dessa sociedade. A especulação o é, de forma absolutamente diversa. Ela não afeta a empresa capitalista, nem a fábrica, nem o produto. A troca da

⁶¹ Esse modelo de circulação do capital fictício encontra-se à página 116 em *O Capital Financeiro* de Rudolf Hilferding.

propriedade, a contínua circulação, não tem influência na empresa, uma vez fundada. A produção e seu rendimento não são afetados pelo fato de os títulos de renda trocarem de mãos; as alterações do preço das ações tampouco modificam o valor do rendimento. Ao contrário, é, em paridade de condições, o valor do rendimento que determina essas variações de preços. A compra e venda desses títulos de juro é, portanto, um fenómeno puramente económico, uma mera transposição na distribuição da propriedade privada, não exercendo influência alguma na produção ou na realização dos lucros (como é o caso da venda de mercadorias). Os lucros ou prejuízos da especulação surgem, portanto, apenas das diferenças das valorizações correspondentes dos títulos de juro. Elas não são lucros, nem participação da mais-valia, mas nascem tão-somente das valorizações da participação da mais-valia que sai da empresa e cabe aos proprietários de ações, oscilações que, como ainda veremos, não precisam surgir da variação do lucro verdadeiramente realizado. *São puros lucros diferenciais*. Enquanto a classe capitalista como tal se apropria, sem compensação, de uma parte do trabalho do proletariado, obtendo dessa forma seu lucro, os especuladores ganham apenas uns dos outros. O prejuízo de uns é o lucro dos outros. *Les affaires, c'est l'argent des autres*.⁶²

O surgimento dos lucros diferenciais produz a total indiferença dos especuladores em relação a dinâmica da acumulação do capital industrial. Hilferding aponta os seguintes sintomas: (i) o especulador não se preocupa com as oscilações dos preços das mercadorias, e (ii) ele não se importa com a magnitude do lucro industrial. A única coisa que lhe preocupa é a variação dos preços das ações. Por conseguinte, esse é um mercado em que predominam as expectativas sobre a evolução futura dos rendimentos.

Com o desenvolvimento do mercado de capital fictício a especulação desenvolveu-se enormemente. Ela é necessária para possibilitar a contínua transformação do capital monetário em capital fictício e, por sua vez, do capital fictício em capital monetário. A existência dos lucros diferenciais possibilita o estímulo necessário para a constante compra e venda dos títulos de juro. Por isso, a função primordial da bolsa é criar esse mercado para investimento do capital monetário.

Observa-se pela análise efetuada nessa seção que o processo de financiamento das companhias acionárias propiciou campo fértil para o processo de desmaterialização do valor-capital expressa pelo crescimento desenfreado das operações do capital fictício. Segundo Maurício Sabadini, o conceito de lucro diferencial proposto por

⁶² HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Coleção Os Economistas, p. 139. Título original: *Das Finanzkapital* (1909).

Rudolf Hilferding aparentemente nega a teoria marxista do valor⁶³. Segundo esse autor, essa espécie de lucro não representa participação na mais-valia produzida, ou seja, a valorização do capital parece ocorrer desvinculada de sua substância real: a produção e apropriação da mais-valia pelo capital industrial na esfera produtiva. Em sua análise, isso é uma ilusão provocada quando se analisa o fenômeno sob uma perspectiva individual. Do ponto de vista da totalidade, o capital fictício precisa se apropriar constantemente da mais-valia produzida pelo conjunto dos setores produtivos da economia capitalista. Por conseguinte, Sabadini concluiu que o conceito de lucro diferencial desenvolvido por Hilferding já possui elementos que apontavam para um grau crescente de desmaterialização da riqueza na sociedade capitalista.

Do exposto até o presente momento, observa-se que Hilferding procurou demonstrar a conexão existente entre o desenvolvimento do capital financeiro e o processo de desmaterialização do valor. Isso nos permite defender a ideia de que as teses marxistas do imperialismo têm como aspecto decisivo o fato de que o capital adquire o ápice de seu desenvolvimento como força onipotente (adquirindo o *status* de sujeito que se valoriza por si mesmo) na sociedade capitalista, a partir de sua fase imperialista. Esse é o assunto que será discutido na próxima seção.

3.5 SOBRE O CONCEITO DE IMPERIALISMO

As discussões em torno do conceito de imperialismo no âmbito do marxismo giram em torno de sua noção como política do capital financeiro ou como uma fase específica do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Essa questão é extremamente complexa e seu aprofundamento ultrapassaria os limites desse trabalho. No entanto, todas essas análises partilham de algo em comum: de que os financiadores das sociedades por ações adquiriram uma posição dominante e de prestígio na estrutura do capitalismo mundial. E isso foi possível devido ao desenvolvimento considerável da exportação de capitais.

A exportação de capitais implica na transferência do valor-capital com o objetivo de produzir mais-valia em países estrangeiros. Sua condição é que o capital

⁶³ Essa discussão encontra-se no artigo intitulado “*Lucro do Fundador e lucro diferencial em Hilferding: elementos para um debate contemporâneo sobre a especulação financeira*”.

fique sempre à disposição dos países emissores. Os capitalistas nacionais podem dispor a qualquer momento da mais-valia produzida no exterior. Do ponto de vista do balanço de pagamentos, a exportação de capital diminui a quantidade do capital nacional e aumenta a quantidade de sua renda nacional através da apropriação da mais-valia obtida no exterior. Ou seja, essa situação consolida a imagem do capital como um autômato, que se valoriza por si mesmo. Por um lado, isso é possível porque a migração internacional do capital se expressa por meio de um afastamento crescente dos proprietários acionistas das grandes empresas, com sede nos países centrais do capitalismo, do processo de reprodução da riqueza material em curso nos países periféricos. Por outro lado, do ponto de vista do país receptor desse capital a produção e a apropriação da mais-valia pelo país investidor parece ser fruto da propriedade desse capital e não da exploração da força de trabalho nativa. Ou seja, consolida-se a imagem do capital como um sujeito e não como fruto de relações sociais de produção estabelecidas entre a burguesia e os trabalhadores assalariados.

A compreensão de Vladimir Ilich Lênin do imperialismo como fase e não como política do capital financeiro destaca a importância que os interesses da oligarquia financeira têm na expansão imperialista. A mudança qualitativa introduzida pelo novo imperialismo (1875-1914) é de que o entrelaçamento entre a política e a economia colocavam em primeiro plano os interesses dos membros das classes dominantes que se encontram totalmente afastados dos setores produtivos da economia. Em suma, na definição leninista do imperialismo o termo “fase superior” já aponta para o fato de que no imperialismo o processo de autonomização do valor-capital atinge seu ponto mais elevado.

O sintoma característico desse conjunto de modificações na estrutura do modo de produção capitalista foi a generalização das operações do capital portador de juros propiciada pela exportação de capitais e seu crescente domínio sobre o capital industrial expresso pelo conceito de capital financeiro. O conflito entre essas duas frações do capital é um aspecto característico na história do imperialismo capitalista.

É ilustrativo o fato de que Gérard Duménil e Dominique Lévy, em *A finança mundializada* propõem a seguinte periodização referente à história do imperialismo: (1) entre o final do século XIX ao ano de 1929, temos o primeiro período de hegemonia das finanças, o período clássico do imperialismo; (2) do *New Deal* a década de 1970, temos o compromisso keynesiano, e (3) a partir da década de 1980, temos o segundo período de hegemonia da lógica financeira.

No estudo do capitalismo hodierno, diversas são as interpretações que procuram ressaltar a importância crescente do capital fictício consubstanciadas nas teses da financeirização da economia capitalista. Segundo a interpretação aqui proposta elas dão continuidade aos estudos desenvolvidos sobre o imperialismo.

No presente trabalho adotamos o conceito de capital especulativo parasitário criado pelos autores Reinaldo Carcanholo e Paulo Nakatani em artigo intitulado “*O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização*”. Nele, os autores defendem a tese de que a dimensão alcançada pelo capital fictício na atualidade ultrapassou os limites necessários e suportáveis para a reprodução ampliada do capital industrial. Segundo eles, o que se convencionou chamar de neoliberalismo ou globalização financeira nada mais é do que uma fase na história do modo de produção capitalista marcada pela hegemonia do capital especulativo parasitário. No próximo capítulo, a atenção se volta para o estudo dessa nova etapa do desenvolvimento capitalista.

4 O CAPITAL FINANCEIRO NA ATUALIDADE (1973-2010)

O desenvolvimento do capital financeiro na atualidade é marcado pelo predomínio do capital especulativo parasitário. Para sua melhor compreensão é necessário o resgate dos conceitos de capital fictício de tipo 1 e de capital fictício de tipo 2 desenvolvidos por Reinaldo Antônio Carcanholo e Maurício de Souza Sabadini em artigo seminal denominado *Capital fictício e lucros fictícios*.

Segundo Carcanholo e Sabadini, a formação de capital fictício de tipo 1 ocorre quando a riqueza real é duplicada: por um lado, temos o valor do patrimônio real da empresa e, por outro lado, esse mesmo valor, sob a forma de capital acionário (ações). Nesse caso, o importante a observar é que a criação de riqueza material teve como contrapartida a criação de capital fictício no mesmo montante.

A formação de capital fictício de tipo 2, por sua vez, ocorre quando o valor das ações sofre oscilações para cima ou para baixo independentemente do valor real do patrimônio das empresas. Por exemplo: no caso de uma valorização especulativa do valor das ações negociadas, temos a criação de capital fictício de tipo 2; no caso de uma desvalorização do valor do capital acionário, ocorre destruição de capital fictício dessa espécie.

No caso da dívida pública, ela também pode ser classificada em capital fictício de tipo 1 e capital fictício de tipo 2. Quando o título da dívida pública é emitido para financiar projetos de investimentos, tais como rodovias, construção de estradas, hospitais, etc. temos a criação de capital fictício de tipo 1. Entretanto, quando esses títulos são emitidos para o pagamento de dívidas já existentes, gastos correntes, etc. temos o capital fictício de tipo 2. Em suma, no caso do capital fictício de tipo 2 não há criação de riqueza por detrás desse incremento da dívida pública, segundo Carcanholo e Sabadini.

Essas duas espécies de capital requerem atenção especial. O descolamento da esfera financeira em relação a esfera produtiva é o sintoma do desenvolvimento sem precedentes na história do capitalismo do capital fictício. O modo de produção capitalista em sua fase neoliberal apresenta uma configuração marcada pela hegemonia do capital fictício, sobretudo, o capital fictício de tipo 2. A partir do neoliberalismo e da globalização financeira, o processo de desmaterialização do valor desenvolveu-se

sobremaneira. Por conseguinte, a proliferação de práticas especulativas na fase neoliberal do modo de produção capitalista é um elemento estrutural e não conjuntural do processo de acumulação de capitais.

As dificuldades na análise teórica residem em descobrir as conexões existentes entre a implementação das políticas neoliberais e as múltiplas possibilidades existentes de se auferirem lucros meramente como resultado da especulação financeira bem-sucedida. Por isso, os estudos sobre os aspectos monetários e financeiros da teoria econômica de Karl Marx se desenvolveram, bem como as discussões sobre o processo de financeirização da riqueza capitalista.

A discussão sobre a financeirização ganhou grande popularidade com a publicação do livro de François Chesnais denominado *A mundialização do capital*. Nele, Chesnais utiliza o termo hipertrofia financeira para destacar a importância crescente e predominante que as formas de valorização especulativa assumem no processo de reprodução do capital.

Para a demonstração de sua tese, Chesnais compara as taxas de crescimento do comércio mundial e dos fluxos de investimento direto (IED) com o montante das transações efetuadas nos mercados de câmbio. Os dados apresentados registraram crescimento de 2% no comércio mundial, de 3,5% nos fluxos do IED e de 8,5% das transações efetuadas nos mercados de câmbio, no período compreendido entre os anos de 1980 e 1988. Além disso, Chesnais comparou o crescimento para o período (1980-1992) da formação bruta de capital fixo com a taxa de crescimento dos ativos financeiros acumulados que foram de 2,3% e 6,0%, respectivamente.

Entretanto, as teses sobre a financeirização da economia capitalista não são consensuais dentro do pensamento marxista. As principais críticas formuladas a essa interpretação giram em torno da ideia de que a teoria da financeirização da riqueza capitalista afasta-se do núcleo das análises marxistas sobre a relação de dominação do capital sobre o trabalho.

Esses questionamentos se baseiam no fato de que a admissão de lucros que nascem meramente da especulação financeira coloca em segundo plano, a apropriação do excedente econômico oriunda das relações de exploração de classe do capital sobre o trabalho assalariado nos setores produtivos da economia capitalista. Além disso, o próprio Karl Marx argumentou em *O Capital, livro segundo* que o capital industrial condiciona o caráter capitalista da produção e que todas as outras formas só se movimentam com base nele. Esses são os argumentos comumente utilizados pelos

críticos das teses da financeirização. Em especial, discutiremos o artigo denominado *Crítica das Teorias da Financeirização*, escrito por Francisco Paulo Cipolla e Geane Carolina Rodrigues Pinto.

Francisco Cipolla e Geane Pinto defendem a ideia de que os dados que são tomados como evidência empírica da financeirização resultam da própria dinâmica da acumulação do capital produtivo. Com a importância crescente do capital fixo no âmbito das grandes empresas, o desenvolvimento do sistema de crédito e o aumento do tempo de rotação do capital, uma parte cada vez maior do capital tem que ficar sempre em estado latente (sob a forma monetária). A acumulação desse capital monetário se traduz no aumento do capital fictício (ações, títulos da dívida pública, etc.). Segundo eles, esse fenômeno gera a ilusão de que o desenvolvimento das formas de valorização financeira é uma alternativa ao esgotamento das possibilidades de acumulação produtiva.

Por conseguinte, Francisco Cipolla e Geane Pinto concluem que em nenhum momento as múltiplas e variadas conexões existentes entre o setor produtivo e a esfera financeira são apresentadas pelos teóricos que defendem o predomínio das formas de valorização fictícia do capital no neoliberalismo. E a consequência teórica e política dessas abordagens, segundo eles, é o de priorizar o conflito entre o capital produtivo e o capital especulativo parasitário em detrimento da análise das relações de dominação entre o capital e o trabalho assalariado. No presente trabalho, discordamos de tais críticas.

A vinculação entre a esfera produtiva e a esfera financeira é apresentada nos marcos da teoria da financeirização. Em primeiro lugar, o desenvolvimento do sistema de crédito possibilita a cada capitalista individual a apropriação do trabalho alheio não pago produzido pelo conjunto da sociedade, que ultrapassa sobremaneira os limites impostos por seu próprio capital. Dessa forma, o crédito torna mais enigmático o processo de exploração do trabalho assalariado pelo capital porque a apropriação da mais-valia provém agora de diversas fontes.

Em segundo, ao desenvolver enormemente a concentração e a centralização dos capitais o sistema creditício acelera a expropriação do pequeno capital pelo grande capital. Ou seja, o crédito permite ao capital financeiro controle maior sobre um conjunto mais amplo de empresas industriais e cria maior entrelaçamento entre as atividades de financiamento e as atividades produtivas.

Por último, a propriedade do capital agora se apresenta sob uma forma mais fluída (ações, etc.) podendo ser facilmente transferível e com grande capacidade de reprodução ao longo do tempo (como no caso dos títulos da dívida pública). Isso permite ao capital financeiro maior mobilidade e capacidade de envolvimento nos empreendimentos industriais.

A dificuldade na compreensão das relações de dominação de classe no capitalismo financeiro reside no fato de que o sistema de crédito provoca modificações nas relações de propriedade, sem correspondente abolição da estrutura de classes do modo de produção capitalista. Nas sociedades por ações, a propriedade privada individual é negada e assume o seu contrário: a forma coletiva (o capital acionário). No entanto, essa mudança da propriedade fica ainda confinada aos marcos da produção capitalista. É ilustrativa a seguinte passagem de *O Capital*, livro terceiro, volume quarto de Karl Marx:

As fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores são, dentro da antiga forma, a primeira ruptura da forma antiga, embora naturalmente, em sua organização real, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema existente. Mas a antítese entre capital e trabalho dentro das mesmas está abolida, ainda que inicialmente apenas na forma em que os trabalhadores, como associação, sejam seus próprios capitalistas, isto é, apliquem os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho. Elas demonstram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e de suas correspondentes formas sociais de produção, se desenvolve e forma naturalmente um modo de produção, um novo modo de produção. Sem o sistema fabril oriundo do modo de produção capitalista, não poderia desenvolver-se a fábrica cooperativa e tampouco o poderia sem o sistema de crédito oriundo desse mesmo modo de produção. Esse sistema de crédito, que constitui a base principal para a transformação paulatina das empresas capitalistas privadas em sociedade capitalistas por ações, proporciona também os meios para a expansão paulatina das empresas cooperativas em escala mais ou menos nacional. As empresas capitalistas por ações tanto quanto as fábricas cooperativas devem ser consideradas formas de transição do modo de produção capitalista ao modo associado, só que, num caso, a antítese é abolida negativamente e, no outro, positivamente.⁶⁴

⁶⁴ MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v. 4. Coleção Os Economistas, p. 334-5. Título original *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie*.

Em suma, Francisco Cipolla e Geane Pinto não atentaram para o fato de que o desenvolvimento das companhias acionárias eliminou a figura do antigo capitão da indústria. Essa confusão viu-se refletida em sua crítica as teses da financeirização. Eles interpretaram esse fenômeno como o descolamento da análise dos conflitos entre capital e trabalho assalariado pelos marxistas para o estudo das contradições entre o capital produtivo e o capital portador de juros no seio das sociedades anônimas.

Essa assertiva não é válida por dois motivos: (1) em primeiro lugar, ignora a transformação do antigo capitalista industrial, que geria às fábricas, em proprietário acionista; (2) em segundo, trata os gestores dessas empresas (administradores, diretores, etc.) como representantes do capital industrial e não como membros da aristocracia operária. Em verdade, a classe capitalista agora é representada pela aristocracia financeira nas sociedades anônimas (os proprietários do capital monetário e que é investido nas sociedades por ações). Veja-se:

Esta é a abolição do modo de produção capitalista dentro do próprio modo de produção capitalista e, portanto, uma contradição que abole a si mesma e que *prima facie* se apresenta como simples ponto de passagem para uma nova forma de produção. Como tal contradição ela se apresenta também na aparência. Em certas esferas estabelece o monopólio e provoca, portanto, a intervenção do Estado. *Reproduz uma nova aristocracia financeira, uma nova espécie de parasitas na figura de fazedores de projetos, fundadores e diretores meramente nominais; todo um sistema de embuste e de fraude no tocante à incorporação de sociedade, lançamento de ações e comércio de ações*⁶⁵. É produção privada, sem o controle da propriedade privada.⁶⁶

Essa aristocracia financeira não participa diretamente da gestão administrativa dos oligopólios. Ou seja, o capital agora se apresenta apenas sob a forma de ações e está totalmente separado do trabalho. Por isso, consolida-se a sua imagem como um sujeito que se autovaloriza por conta própria. Essa ilusão é reforçada pelo fato de que o dinheiro aplicado pelos proprietários acionistas na compra de ações pode ser reconvertido a qualquer momento em capital monetário. Com o surgimento e desenvolvimento das sociedades anônimas, o capital não está mais identificado com a

⁶⁵ Grifos nossos.

⁶⁶ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v. 4. Coleção Os Economistas, p. 333. Título original *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie*.

figura do proprietário da empresa, como nas empresas de propriedade familiar. Agora, ele aparece como algo dotado de autonomia em relação aos agentes econômicos e existente fora deles.

Em suma, a relação de dominação do capital sobre o trabalho sob a égide do capital financeiro se reveste de formas cada vez mais complexas e que não são facilmente identificáveis à primeira vista. A apropriação privada do excedente econômico nas sociedades anônimas assume a forma de juros e dividendos, e o capital sempre mantém a forma de capital monetário perante os proprietários acionistas. Essa circunstância é que permitiu que o capital fictício se desenvolvesse sobremaneira no neoliberalismo. Esse é o tema da próxima seção.

4.1 A OFENSIVA NEOLIBERAL

A compreensão do neoliberalismo enquanto teoria econômica, conjunto de práticas políticas e ideologia requer o estudo das transformações ocorridas no modo de produção capitalista, a partir do esgotamento do compromisso keynesiano/fordista. François Chesnais em *A finança mundializada* destaca que a principal mudança trazida pelo capitalismo em sua fase neoliberal foi o predomínio do capital portador de juros sobre as demais formas de capital. Observe-se a seguinte passagem:

O mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo, na qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais. As formas de organização capitalistas mais facilmente identificáveis permanecem sendo os grupos industriais transnacionais (sociedades transnacionais, STN), os quais têm por encargo organizar a produção de bens e serviços, captar o valor e organizar de maneira direta a dominação política e social do capital em face dos assalariados. Mas a seu lado, menos visíveis e menos atentamente analisadas, estão as instituições financeiras bancárias, mas sobretudo as não bancárias, que são constitutivas de um capital com traços particulares. Esse capital busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente. Suas operações

repousam também sobre as cadeias complexas de créditos e de dívidas, especialmente entre bancos.⁶⁷

As políticas neoliberais assinalam uma ruptura com o padrão de acumulação assentado na lógica keynesiano/fordista, que marcou o desenvolvimento capitalista no período pós-guerra. Segundo David Harvey, em *O novo imperialismo*, o neoliberalismo como conjunto de práticas políticas e econômicas remonta ao final dos anos 1930. Esse pensamento foi moldado na década de 1940, por intelectuais como Friedrich Von Hayek, Ludwig Von Mises, Milton Friedman, entre outros.

Entre as décadas de 1960 e 1970, através do financiamento feito por corporações multinacionais, os neoliberais produziram uma gama variada de análises, textos e declarações políticas. Entretanto, essa doutrina só veio a ser considerada seriamente como alternativa ao keynesianismo, a partir da crise estrutural da década de 1970, que na interpretação de Harvey foi uma crise de sobreacumulação.

O neoliberalismo colocou em primeiro plano os interesses do capital especulativo parasitário. Apesar dele não eliminar a oposição entre o capital bancário e o capital industrial no seio das sociedades anônimas, ele viabilizou aos proprietários acionistas se apropriarem em escala crescente dos lucros produzidos pelas grandes empresas, sob a forma de juros e dividendos, em detrimento de seus projetos de investimento de longo prazo. Por conseguinte, o neoliberalismo possibilitou o predomínio da lógica financeira no âmbito interno das grandes empresas.

O capital financeiro centralizou as diferentes frações do capital (comercial, bancário, industrial) e viabilizou o maior entrelaçamento dessas atividades no âmbito dos oligopólios. A maior interdependência entre as operações comerciais, bancárias e produtivas é que permite a canalização crescente da mais-valia produzida pelas sociedades por ações para a esfera financeira, a qual servirá de base para o desenvolvimento da especulação. Além da integração de todas as etapas do ciclo do capital industrial também é necessário o desenvolvimento do sistema de crédito. E isso só é possível mediante a unificação dos mercados financeiros. O desenvolvimento desses mercados e sua maior vinculação permite também aos especuladores se

⁶⁷ CHESNAIS, François (Org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005, p. 35. Título original *La finance mondialisée: racines sociales et politiques, configuration, conséquences* (2004).

apropriarem por canais diversos de todo excedente-valor produzido por empresas onde predominam as relações de produção pré-capitalistas, do crime organizado, etc.

Na interpretação de François Chesnais, para que essa transformação estrutural da economia capitalista fosse efetivada foi necessário que os Estados imperialistas liberalizassem o movimento de capitais e desregulassem seus sistemas financeiros. A constituição de um amplo espaço totalmente imune das regulamentações estatais para a valorização fictícia do capital foi possível, segundo Chesnais, devido à centralização dos lucros não reinvestidos das empresas e das rendas não consumidas das famílias. Sobretudo, com os planos de previdência privados e a poupança decorrente da massa salarial. Por isso, que a política econômica neoliberal pode ser resumida na tentativa de se eliminar o Estado Keynesiano, que segundo os teólogos neoliberais, foi transformado em *Leviatã* e o seu retorno ao Estado clássico e de equilíbrio natural. É o que indica René Villarreal em seu livro *A contra-revolução monetarista: teoria, política econômica e ideologia do neoliberalismo*.

Entretanto, foi necessário ao capital portador de juros passar por algumas etapas para viabilizar o processo de autovalorização do capital fora da esfera produtiva da economia. Isso foi possível devido à crise estrutural do capital, a partir da década de 1970. O gráfico abaixo ilustra claramente a perda de dinamismo econômico nos países desenvolvidos, a partir desse período.

Gráfico 1 – Variação anual da Formação Bruta de Capital Fixo (% do PIB) – Países selecionados

Fonte: Banco Mundial, *Seção Economy & Growth, Tabela Gross capital formation (% GDP)*. Elaboração própria.

No eixo vertical (eixo das ordenadas), temos os valores registrados da formação bruta de capital fixo como porcentagem do Produto Interno Bruto (% do PIB). No eixo horizontal (eixo das abscissas), temos os anos em que o registro foi feito: no caso do gráfico acima, o período compreendido entre os anos de 1970 e 2010. A formação bruta de capital fixo é a expressão mais contundente da acumulação do capital, do ponto de vista material, isto é, produtivo. As economias capitalistas desenvolvidas registraram queda nesse indicador enquanto que a China registrou crescimento no período analisado.

O gráfico acima sugere que os lucros foram redirecionados para a especulação financeira em função da perda de dinamismo da acumulação produtiva. Essa tese tem sido alvo de críticas por parte de teóricos ligados ao marxismo e tem sido apontada

como uma atualização da teoria das crises explicada pela desproporção intersetorial. No entanto, esquecem esses críticos que o próprio Karl Marx atentou, por um lado, para a possibilidade de uma parte importante do capital ser empregada como capital portador de juros separado da reprodução em escala ampliada do capital industrial. Por outro lado, o aumento do capital fictício (capital acionário) torna-se um dos elementos que atenuam ou contrariam a queda tendencial da taxa geral de lucro média. Veja-se:

Aos cinco pontos acima ainda pode acrescentar-se o seguinte, sem, porém, nos aprofundar por enquanto. *Uma parte do capital, com o progresso da produção capitalista, que anda lado a lado com a acumulação acelerada, só se calcula e emprega como capital que proporciona juros*⁶⁸. Não no sentido de que cada capitalista, que empresta capital, se contenta com os juros, enquanto o capitalista industrial embolsa o lucro do empresário. Isso em nada afeta o nível da taxa geral de lucro, pois para esta o lucro é = juros + lucro de toda espécie + renda fundiária, cuja distribuição entre essas categorias específicas lhe é indiferente. Mas no sentido de que esses capitais, embora investidos em grandes empresas produtivas, só proporcionam, depois da dedução de todos os custos, juros grandes ou pequenos, os assim chamados dividendos. Por exemplo, em estradas de ferro. Eles não entram, portanto na equalização da taxa geral de lucro, já que proporcionam uma taxa de lucro menor do que a média. Caso entrassem, esta então cairia muito mais. Do ponto de vista teórico, pode-se incluí-los no cálculo e então se obtém uma taxa de lucro menor do que a que existe aparentemente e que é na realidade determinante para os capitalistas, já que exatamente nessas empresas o capital constante é máximo em relação ao variável.⁶⁹

François Chesnais aponta três etapas que viabilizaram o processo de valorização fictícia do capital. A primeira fase corresponde a criação do mercado de eurodólares, que é um mercado de capitais líquidos registrados em dólares e realizado entre bancos (mercado interbancário). O passo seguinte foi a reciclagem dos petrodólares em 1976 possibilitada pelo aumento nominal dos preços do petróleo e que foram aplicados na praça financeira de Londres pelos magnatas do Golfo Pérsico. O terceiro e último passo apontado por Chesnais é aquele em que os dividendos se tornaram um mecanismo importante de acumulação de capital e de transferências, através da reconstrução dos

⁶⁸ Grifos nossos.

⁶⁹ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v. 4. Coleção Os Economistas, p. 182. Título original *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie*.

mercados em que os investidores podem readquirir o dinheiro investido na compra dos ativos a qualquer momento. Neles, o que predomina é o mercado de ações. Em suma, todo esse montante de capital acumulado foi redirecionado para a esfera financeira da economia capitalista.

No que tange ao papel da dívida pública, Chesnais defende a tese de que ela possibilitou o controle político e econômico dos países imperialistas sobre os países periféricos, mas sua importância é maior nos países do centro do sistema capitalista. A dívida pública possibilitou ao capital portador de juros crescimento tanto quantitativo quanto qualitativo. Com a chamada *titulização* dos títulos da dívida pública foi criado o mercado de obrigações, o qual está totalmente aberto aos investidores institucionais. Neles, permite-se o financiamento dos déficits orçamentários por meio da emissão de bônus do Tesouro e de outros compromissos da dívida.

Pelo conjunto das observações feitas ao longo dessa seção, observa-se que todas as modificações introduzidas pelo capitalismo em sua fase neoliberal tiveram como objetivo principal a constituição de um amplo espaço em que o processo de valorização especulativa do capital se desenvolve às expensas da economia real. Trata-se da hipótese da exterioridade da finança em relação à produção desenvolvida por François Chesnais. Entretanto, o neoliberalismo (doutrina que surgiu no século XX) pode suscitar questionamentos quanto as suas semelhanças e diferenças em relação ao liberalismo clássico. Na próxima seção, o objetivo é esclarecer tais dúvidas.

4.2 LIBERALISMO E NEOLIBERALISMO: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

O liberalismo e o neoliberalismo surgiram em contextos históricos distintos⁷⁰. Essas duas correntes do pensamento social têm diversos pontos em comum em suas formulações. Primeiramente, a ideia de que o mercado por meio da “mão invisível” é um regulador eficaz da atividade econômica. Segundo essa concepção, a ação egoísta de cada indivíduo com o objetivo de atender aos seus próprios interesses teria como resultado final o progresso social e econômico da sociedade como um todo. Ou seja, não se pode intervir nas ações econômicas dos indivíduos, pois a competição

⁷⁰ Essa seção se fundamenta na análise desenvolvida por Luiz Filgueiras em História do Plano Real.

desenvolvida entre eles levaria a uma maior eficiência na alocação dos recursos escassos, pois cada um em função da concorrência seria induzido a produzir da forma mais eficiente possível. Qualquer tipo de intervenção no funcionamento dos mercados poderia criar distorções no sistema econômico, o que levaria a uma alocação dos recursos escassos ineficiente. Observa-se que os teóricos defensores do livre mercado deduzem essas ideias com base na noção de que o comportamento agregado da economia é igual ao somatório de suas partes componentes.

Em segundo lugar, o liberalismo e o neoliberalismo defendem o caráter a-histórico do modo de produção capitalista. De acordo com essa formulação, o capitalismo é regido por leis naturais e imutáveis assim como as leis que regem os fenômenos da natureza, como, por exemplo, as leis da gravidade. Trata-se de uma tentativa de naturalização das relações sociais, ou seja, descarta-se qualquer possibilidade de sua superação histórica pela ação dos homens.

A historicidade só é pensada em ambos na medida em que se concebe o capitalismo e a sociedade burguesa como a realização última e mais desejável do desenvolvimento histórico da humanidade. Dessa forma, o objetivo é demonstrar que o modo de produção capitalista é um sistema eficaz e uma necessidade imanente da humanidade.

Por último, o liberalismo e o neoliberalismo defendem o individualismo político e social. Essas suas correntes ressaltam a democracia formal e representativa e o Estado de Direito como valores inquestionáveis. Vê-se que nesse sistema teórico, a defesa do individualismo é um valor fundamental, no qual o indivíduo é concebido como a célula elementar da sociedade burguesa.

Apesar das semelhanças entre o liberalismo e o neoliberalismo, há uma diferença fundamental entre essas duas teorias, que está relacionada com o momento histórico específico em que cada uma delas foi formulada. O liberalismo surgiu e se desenvolveu num momento de expansão do modo de produção capitalista, em que as ideias liberais se opõem a intervenção na esfera econômica do Estado Absolutista⁷¹. Ou seja, ela surge como uma doutrina que anunciava os novos tempos.

⁷¹ O Estado Absolutista foi uma alavanca decisiva da Revolução Comercial e do processo de acumulação primitiva de capitais, num período de gênese do capitalismo. Entretanto, a partir do desenvolvimento do período manufatureiro, posteriormente, da grande indústria, a intervenção do Estado Absolutista na economia passou a ser um entrave para o desenvolvimento do sistema capitalista. Ver Luiz Filgueiras em *História do Plano Real*.

Por sua vez, o neoliberalismo surge e se desenvolve no pós-segunda guerra mundial, como uma crítica ao Estado de Bem-Estar Social e às políticas macroeconômicas anticíclicas de caráter keynesiano, em que o Estado assumia um papel fundamental. Ele postula um retorno ao passado, pré-crise de 1929, em que a regulação econômica era feita por intermédio dos mercados. Entretanto, os seus porta-vozes a anunciam como uma teoria moderna e apta aos novos desafios da globalização, a partir do final da década de 1970. Em suma, na análise desenvolvida por Luiz Filgueiras o neoliberalismo constitui uma teoria regressiva e reacionária. Veja-se:

O neoliberalismo, por sua vez, nasceu como uma reação à forma assumida pelo capitalismo depois da Segunda Guerra Mundial, caracterizada pela presença decisiva do Estado na esfera econômica, enquanto expressão do pacto social-democrata. Pacto este no qual os trabalhadores e suas organizações sindicais e partidárias participavam como sujeitos fundamentais, o que resultou na inclusão econômico-social das grandes massas trabalhadoras, a partir da distribuição dos ganhos de produtividade. Portanto, o neoliberalismo surgiu como uma doutrina que postulava um retorno ao passado, pré-crise de 1929, no qual a regulação econômica era feita, essencialmente, através do mercado e a exclusão social da maior parte da população era a marca registrada. Em suma, o neoliberalismo se constitui numa doutrina antiga e regressiva, sob qualquer ótica que se queira enxergá-la – econômica, política e social.⁷²

Com a implementação das políticas neoliberais, o resultado obtido foi a deterioração do ambiente macroeconômico, o aprofundamento das desigualdades sociais, etc., conforme será visto na próxima seção.

4.3 O AGRAVAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO NEOLIBERALISMO

Com o fim da prosperidade econômica verificada após a Segunda Guerra mundial, a economia internacional mergulhou num período de grandes instabilidades e de deterioração macroeconômica. Entretanto, Eric Hobsbawm em *A Era dos Extremos* evita fazer qualquer tipo de comparação entre as décadas de 1970-90 (denominada por

⁷² FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000, p. 48.

ele de *As Décadas de Crise*) com o período entreguerras. Segundo esse autor, não se pode atribuir a esse intervalo de tempo o termo “Grande Depressão”.

Segundo dados fornecidos por Hobsbawm, o crescimento econômico verificado nas economias capitalistas desenvolvidas perdurou após 1973, mas em ritmo mais lento quando comparado com os “anos dourados” do modo de produção capitalista. No entanto, nos casos da África, Ásia Ocidental e da América Latina a produção industrial sofreu declínio e o PIB per capita deixou de registrar crescimento.

Os casos mais sérios ocorreram com as economias ocidentais das áreas antes denominadas de “socialismo real”: o PIB da Rússia caiu 17% em 1990-91, 19% em 1991-2, e 11% em 1992-3; a Polônia perdeu mais de 21% de seu PIB em 1988-92; a Tchecoslováquia perdeu 20%; a Romênia e a Bulgária registraram queda de mais de 30%. No Oriente, houve o contraste entre o crescimento da economia chinesa e a devastação das economias na região soviética. Em suma, entre o início da década de 1970 e o final do século XX, os países desenvolvidos ainda eram o centro da economia mundial e se encontravam mais prósperos do ponto de vista material, isto é, produtivo. Por sua vez, a região do sul e sudeste da Ásia passou a se constituir na região mais dinâmica da economia global no referido período.

Essa perda de dinamismo da economia mundial em comparação com o período pós-guerra foi acompanhada por inúmeras contradições. Alguns problemas que aparentemente teriam sido eliminados durante os “anos dourados” do capitalismo reapareceram nos países desenvolvidos com ímpeto. São eles: desemprego em massa; aumento das desigualdades sociais; pauperismo, etc. Eric Hobsbawm argumentou na obra referida acima que o instrumento que viabilizou a prosperidade econômica no período pós-guerra não funcionava mais, qual seja: a política econômica estatal de perfil keynesiano.

Nesse ambiente, houve inúmeras tentativas de interpretação e de busca de soluções para os problemas econômicos que sucederam o período pós-guerra. É de se destacar a acirrada disputa política e ideológica entre autores keynesianos e neoliberais, segundo Hobsbawm. No entanto, para a compreensão mais clara desse embate teórico é necessário o resgate dos estudos de Karl Marx sobre a reprodução simples e ampliada do capital, e também da lei geral da acumulação capitalista desenvolvidos em *O Capital*, livro primeiro, volume segundo.

A ideia de reprodução implica a necessidade de se estudar o processo de produção da riqueza material do ponto de vista de sua permanente conexão e constante

fluxo de sua renovação. Ou seja, esse processo tem que percorrer sempre as mesmas fases sucessivas independentemente de sua forma social. Entretanto, se a reprodução da riqueza ocorre sob a forma social capitalista, então, a reprodução também terá esse caráter. Por conseguinte, a reprodução capitalista vai reproduzir continuamente a relação capital, isto é, a separação da força de trabalho de todas as condições objetivas de realização do seu trabalho.

Nessas circunstâncias, o capital variável é a forma histórica assumida pelos meios de subsistência e que são destinados ao consumo do conjunto dos trabalhadores assalariados. Esse montante é apropriado pelos produtores diretos, sob a forma de meios de pagamento (salários). A outra parte de seu próprio produto se afasta continuamente deles e se lhes apresenta como propriedade alheia, trabalho não pago, ou simplesmente como capital.

Com o desenvolvimento dessa análise, Karl Marx argumentou que o trabalhador ao vender sua força de trabalho ao capitalista capacita este último a comprá-la constantemente. Veja-se:

O processo de produção capitalista reproduz, portanto, mediante seu próprio procedimento, a separação entre força de trabalho e condições de trabalho. Ele reproduz e perpetua, com isso, as condições de exploração do trabalhador. Obriga constantemente o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver e capacita constantemente o capitalista a comprá-la para se enriquecer. Já não é a casualidade que contrapõe capitalista e trabalhador como comprador e vendedor no mercado. É a armadilha do próprio processo que lança o último constantemente de novo ao mercado como vendedor de sua força de trabalho e sempre transforma seu próprio produto no meio de compra do primeiro. Na realidade, o trabalhador pertence ao capital antes que se venda ao capitalista. Sua servidão econômica é, ao mesmo tempo, mediada e escondida pela renovação periódica da venda de si mesmo, pela troca de seus padrões individuais e pela oscilação do preço de mercado do trabalho.⁷³

Esse estudo demonstra que o próprio mecanismo da produção capitalista ao reproduzir continuamente a relação capital traz em seu seio todas as contradições que essa relação social de produção implica. Por um lado, a reprodução do capital pressupõe

⁷³ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 2. Coleção Os Economistas, p. 161. Título original *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie*.

uma contínua apropriação do trabalho alheio não pago pela classe capitalista. Por outro lado, há a necessidade dos trabalhadores venderem continuamente sua força de trabalho para poderem sobreviver. Em suma, o capital cria todas as condições para que essa relação se perpetue ao longo do tempo. Isso significa que os conflitos entre capital e trabalho assalariado constituem o cerne do modo de produção capitalista, e que eles não podem ser abolidos no âmbito da sociedade burguesa.

Essas foram as conclusões a que chegou Karl Marx, em sua investigação sobre a reprodução simples e ampliada do capital. Em fase imediatamente posterior de sua investigação, Marx formulou a lei geral da acumulação capitalista, como pode ser apreendida na seguinte passagem:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. *Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista.* Como todas as outras leis, é modificada em sua realização por variegadas circunstâncias, cuja análise não cabe aqui.⁷⁴

Pelo que foi exposto acima, observa-se que Karl Marx identificou uma contradição no âmbito do modo de produção capitalista: à medida em que a riqueza é produzida como valor que se autovaloriza, os bens produzidos se afastam continuamente de seus criadores (os produtores diretos). Por conseguinte, o pauperismo constitui possibilidade para o conjunto da classe trabalhadora, o que torna a venda da força de trabalho questão vital para os trabalhadores em sua luta pela sobrevivência. Entretanto, com o desenvolvimento da produção capitalista essa possibilidade torna-se

⁷⁴ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 2. Coleção Os Economistas, p. 209. Título original *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie*.

realidade efetiva com a expansão das forças produtivas, que se expressa pela maior participação relativa do capital constante em detrimento do capital variável⁷⁵.

O resultado disso é a formação de um exército industrial de reserva ou superpopulação relativa, que cresce relativamente mais rápido do que as necessidades de valorização do capital. Ou seja, Karl Marx defendeu a tese de que a produção de riqueza e de miséria na sociedade capitalista são duas faces de um mesmo processo e estão intimamente interligadas. Isso pode ser apreendido na seguinte passagem:

Vimos na seção IV, na análise da produção de mais-valia relativa: dentro do sistema capitalista, todos os métodos para a elevação da força produtiva social do trabalho se aplicam à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, transformando-o num ser parcial, degradam-no, tornando-o um apêndice da máquina; aniquilam, com o tormento de seu trabalho, seu conteúdo, alienam-lhe as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a ciência é incorporada a este último como potência autônoma; desfiguram as condições dentro das quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao mais mesquinho e odioso despotismo, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, jogam sua mulher e seu filho sob a roda de Juggernaut do capital. Mas todos os métodos de produção da mais-valia são, simultaneamente, métodos de acumulação, e toda expansão da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. Segue portanto que, à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador, qualquer que seja seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar. Finalmente, a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital do que as correntes de Hefáisto agridoaram Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. *A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital*^{76, 77}.

⁷⁵ O método de produção da mais-valia relativa explica a tendência do desenvolvimento das forças produtivas sob bases capitalistas, expresso por meio do aumento da composição orgânica do capital (c/v). Ele se baseia essencialmente no aumento da produção de mais-valia por meio do desenvolvimento da produtividade social do trabalho. Os métodos de produção da mais-valia relativa analisados por Karl Marx são os seguintes: cooperação; manufatura e divisão do trabalho; maquinaria e grande indústria.

⁷⁶ Grifos nossos.

⁷⁷ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 2. Coleção Os Economistas, p. 209-10. Título original *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie*.

Esse é o resultado lógico e histórico de um modo de produção em que a riqueza é produzida como capital: ou seja, como propriedade de outrem, que representa o capital personificado, e não dos próprios produtores diretos. Entretanto, durante o período pós-guerra essa lei foi mitigada em seus efeitos devido ao notável crescimento econômico verificado somado a maior preocupação dos Estados com as questões sociais nessa etapa do desenvolvimento capitalista.

Essa circunstância produziu grande euforia e expectativas entre os apologistas mais entusiasmados do capital, os quais decretaram a obsolescência da lei geral da acumulação capitalista enunciada por Karl Marx, durante o período posterior a Segunda Guerra mundial. Entre os keynesianos, produziu-se a ilusão de que o Estado e seus instrumentos de política econômica poderiam resolver de forma ilimitada todas as contradições que surgem do desenvolvimento capitalista. Por um lado, eles acreditavam que o fortalecimento da demanda agregada poderia solucionar todas as crises do capital. Por outro lado, a questão social poderia ser equacionada definitivamente com a busca do pleno emprego e através da criação do Estado de Bem-Estar Social. Em suma, o keynesianismo tornou a preocupação com a questão social, um dos princípios norteadores de sua política econômica. Por isso, essa teoria econômica representa o que há de mais avançado ou progressista no âmbito da economia política burguesa.

Em que pese às diferenças fundamentais entre o pensamento marxista e o keynesiano, os autores ligados a essa última escola concordam implicitamente com a lei geral da acumulação capitalista e suas consequências. O reconhecimento dos efeitos deletérios do processo de acumulação capitalista sobre a questão social pelos keynesianos foi o que viabilizou o pacto social entre o capital industrial e o trabalho, entre as décadas de 1950 e 1970.

Com o advento do neoliberalismo, o quadro político e econômico mudou radicalmente. Os neoliberais sempre mantiveram suas crenças nas “virtudes” do livre mercado irrestrito, mesmo no auge do *boom* do período pós-guerra. A aplicação do receituário neoliberal passou a ignorar completamente os efeitos prejudiciais do processo de valorização de capitais sobre as condições materiais de vida das classes trabalhadoras. Por conseguinte, a adoção das políticas neoliberais teve como uma de suas consequências, a deterioração do quadro social e o ataque frontal aos princípios democráticos.

Na fase atual do desenvolvimento capitalista, uma das questões centrais que se coloca em debate nos países industriais mais avançados é a tendência que parece

expressar um convencimento político de grupos oligopolistas para pouco a pouco eliminarem os diálogos com a sociedade: ou seja, empreender um novo caminho autoritário sem democracia. A pergunta que se coloca para os pesquisadores é se seria possível construir uma sociedade de massas do século XXI sem democracia? Os fundamentos do capitalismo são suficientemente libertários para assegurar um certo nível de bem-estar social, sem as instituições democráticas?

Essa é uma das questões que levantam os membros da chamada Nova Esquerda na Europa e nos Estados Unidos acerca das manobras recentes (1990 – 2010) efetuadas pelos grupos financeiros contra as demandas democráticas das diferentes sociedades industriais. Como exemplo menciono Mats Benner, Marte Nilsen, Rainer Kattel, Jean-Marie Harribey, Richard Detje, Roy Pedersen, Marianne Marthinsen, Maria S. Walberg, Thomas Coutrot, entre outros.

Há, portanto, uma correlação teórica entre as crises econômicas e políticas da Comunidade Europeia e as estratégias adotadas pelos oligopólios, para formatarem sucessivas soluções em que os ideais autoritários prevaleçam e levem a permanentes perdas no campo das forças democráticas, em termos de acesso ao poder. Isso não parece uma questão de pouca relevância: é o modo mais evidente como o capital financeiro se envolve na modificação das instituições políticas da sociedade europeia. Nesse sentido, trata-se de uma tentativa clara de inviabilizar as esferas democráticas de exercício do poder, centralização do nível decisório num punhado de instituições supranacionais, como o Banco Central Europeu. Além disso, dentro dessas novas instituições privilegia-se um punhado de quadros e conselhos que representam as estratégias oligopolistas.

As forças democráticas têm, portanto, razão em preocupar-se com assegurar o lugar político dos partidos progressistas e das instituições que representam a maioria dos membros da sociedade. Disso resulta a seguinte pergunta: porque o capital financeiro, através de seus representantes sociais, necessita do rebaixamento geral do nível de vida e, portanto, de consumo dos trabalhadores para assegurar suas taxas de lucratividade? Isto porque sabe-se que quanto maior o consumo e mais elevada a renda da maioria dos trabalhadores, maior terá que ser a acumulação de capital, abrindo-se, portanto, uma hipótese maior de investimento capitalista. Dessa forma, volta-se ao problema já indicado por Marx no *livro primeiro* de *O Capital*, qual seja, que o limite da acumulação de capital é dado pelo pico da taxa salarial, além do qual o capital já não deseja se acumular. Poder-se-ia nesse caso fazer uma leitura do capital financeiro como

de um nível de capital que “reconhece” a sua incapacidade para continuar a crescer no plano material? Ou seja, a hipótese do capital fictício ser uma manifestação “consciente” da incapacidade do capital em reproduzir-se para lá do que tem já construído, e apresentar-se como um sacador sobre o futuro, que prefere ignorar. Esse é o assunto da próxima seção.

4.4 AS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL FICTÍCIO

O desenvolvimento do capital fictício parece negar a teoria do valor trabalho desenvolvida por Karl Marx em sua principal obra. No entanto, essa contradição é apenas aparente e pode ser compreendida com a recuperação do estudo desenvolvido por Marx sobre a forma preço em *O capital, livro primeiro, volume primeiro*. No estudo da função do dinheiro como medida dos valores, Marx atenta para o fato de que o dinheiro ao servir como equivalente geral é a forma de manifestação comum ao mundo das mercadorias do trabalho humano abstrato, que foi objetivado na produção dos diferentes valores de uso.

Como o valor nada mais é do que a materialização do trabalho abstrato aplicado na produção mercantil, o dinheiro serve como um espelho onde os valores de todas as mercadorias são expressos. Por intermédio dele, o dispêndio de energia requerido para a produção dos diferentes valores de uso e que constitui a substância comum que possibilita a troca entre as diferentes mercadorias ganha objetividade própria (o valor é expresso através do próprio corpo da mercadoria dinheiro).

A forma preço expressa o valor das mercadorias apenas em forma imaginária ou ideal. Para tanto, basta conferir uma lista de preços de diferentes mercadorias num supermercado. Por exemplo, quando digo que 1 camisa = R\$ 40,00, a representação da quantidade do trabalho humano abstrato objetivado na produção de 1 camisa foi expressa idealmente, através dessa equação de preço. Entretanto, essa equação não é dada arbitrariamente, pois o preço depende totalmente do valor da mercadoria dinheiro. Isso significa que o valor da camisa e o valor da mercadoria dinheiro são os mesmos e constituem o fundamento dessa relação de troca.

A forma valor sempre corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário requerido para a produção das mercadorias. Como o preço é a expressão monetária e

ideal do trabalho humano abstrato objetivado na produção dos diferentes valores de uso, essa forma carrega em si uma contradição. Com a passagem da forma valor para a forma preço, a relação de troca entre duas mercadorias quaisquer parece ser o fundamento do valor. Em verdade, é o valor que é o fundamento desse intercâmbio. Essa inversão é causada em função da alienação e do estranhamento que caracterizam a produção capitalista. A confusão em torno dos conceitos de valor e valor de troca reforça essa ilusão.

Por conseguinte, a forma preço carrega em si a possibilidade de não representar quantitativamente o valor das mercadorias. Ou seja, é possível que o preço da mercadoria oscile para cima ou para baixo em relação ao seu real valor em função das condições mutáveis do mercado, por exemplo. Além disso, o preço pode apresentar uma incompatibilidade qualitativa com o valor: isto é, algumas coisas podem ser precificadas sem serem produzidas por intermédio do trabalho humano abstrato. Veja-se:

A forma preço, porém, não só admite a possibilidade de incongruência quantitativa entre grandeza de valor e preço, isto é, entre a grandeza de valor e sua própria expressão monetária, mas pode encerrar uma contradição qualitativa, de modo que o preço deixa de todo de ser expressão de valor, embora dinheiro seja apenas a forma valor das mercadorias. Coisas que, em si e para si, não são mercadorias, como por exemplo consciência, honra etc., podem ser postas à venda por dinheiro pelos seus possuidores e assim receber, por meio de seu preço, a forma mercadoria. Por isso, uma coisa pode, formalmente, ter um preço, sem ter um valor. A expressão de preço torna-se aqui imaginária, como certas grandezas da Matemática. Por outro lado, a forma imaginária de preço, como, por exemplo, o preço da terra não cultivada, que não tem valor, pois nela não está objetivado trabalho humano, pode encerrar uma relação real de valor ou uma relação derivada dela.⁷⁸

A incongruência qualitativa entre a forma preço e a forma valor é que permite a criação e negociação dos títulos de valor (ações, títulos da dívida pública, etc.) nos distintos segmentos dos mercados financeiros. O capital fictício não representa uma parte do capital realmente existente: isto é, ele é apenas um capital imaginado, mas que pode ser comercializado porque tem preço, como no caso de um derivativo financeiro, e

⁷⁸ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1. Coleção Os Economistas, p. 92-3. Título original *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie*.

este pode sofrer flutuações para cima ou para baixo possibilitando lucros diferenciais aos seus detentores. Peter Hitchcock magistralmente identifica quem é o capital fictício e de que trata sua atividade, referindo-se a crise de 2007-2008:

O capital fictício está bem desde que haja reivindicações razoáveis para liquidar os contratos de crédito envolvidos na sua circulação. As obrigações e letras do Tesouro dos Estados Unidos são consideradas seguras, embora na dívida pública sejam capital fictício: tal dívida não existe como capital (para o Estado), mas como um pagamento de juros cujo principal pode ser pago por mais títulos e letras. O balonismo do financiamento securitizado é ainda mais pronunciado em outras partes da economia. Por exemplo, em dezembro de 2008, o valor notional dos derivativos de balcão (OTC) em circulação era de US \$ 592 trilhões, cerca de doze vezes o valor de toda a produção global desse ano. Como é teórico, grande parte desse valor se cancelaria no ponto de liquidação ou seria tornado irrelevante por contratos subsequentes sobre o mesmo ativo subjacente (os preços mudam, as posições mudam, por exemplo). Claramente, no entanto, apenas uma parte muito pequena destes contratos poderia ser liquidada na íntegra em qualquer momento, porque não há valor de realização suficiente para ir ao redor⁷⁹.

Um capital imaginado, portanto, é do que se trata, uma vez que comprado um título ele pode ascender seu valor por uma sucessão de manejos técnicos no mercado específico até dissociar-se de qualquer ligação real com o sistema produtivo, conforme no texto esclarece Hitchcock. O autor prossegue:

Todo capital fictício começa como uma reivindicação de capital como tal, mas nem todo o capital fictício pode ser realizado no presente

⁷⁹ Tradução própria do original em inglês: “Fictitious capital is fine as long as there are reasonable claims to settle the credit contracts involved in its circulation. United States treasury bonds and bills are considered secure, even though in deriving from state debt they are fictitious capital: such debt does not exist as capital (for the state) but as an interest payment whose principal can be paid for by more bonds and bills. The ballooning of securitized finance is even more pronounced in other parts of the economy. For instance, in December 2008 the notional value of outstanding over-the-counter (OTC) derivatives (these are private, party-to-party transactions) was \$592 trillion, roughly twelve times the value of all global production that year. Because it is notional, much of this value would cancel itself out at the point of settlement or would be rendered moot by subsequent contracts on the same underlying asset (prices move; positions change, for example). Clearly, however, only a very small portion of these contracts could be settled in full at any one time because there is not enough realizable value to go around”. HITCHCOCK, Peter. *Accumulating Fictions*. Representations, University of California, v.126, n.1, Spring, 2014, p.136.

(caso contrário, o futuro em que se baseia seria efetivamente cancelado). Na verdade, podemos pensar em capital "fictício" verdadeiramente como aquela parcela de capital que não consegue perceber valor em nenhum momento. Claro, pode-se apenas manter a escrever contratos para cobrir os assentamentos, mas, embora você possa continuar pedindo emprestado de mim para pagar Paul, eventualmente você terá que encontrar outro Peter. Com os preços dos imóveis baixando, em fevereiro de 2007, Freddie Mac (a Federal Home Loan Mortgage Corporation) declarou que não mais compraria hipotecas sub-prime. Peter piscou. Dentro de dois meses, New Century Financial Corporation, uma empresa construída quase inteiramente de capital fictício derivado de instrumentos subprime, entrou para a proteção de falência Capítulo 11. O Bear Stearns, o banco de investimento, também estava fortemente exposto a contratos subprime, e seus credores, como a Merrill Lynch, rapidamente capturaram as garantias de suas obrigações de dívida garantidas (valorizadas antes da crise em US \$ 133 por ação), a Bear Stearns venderia por US \$ 2 a Para JPMorgan Chase em março de 2008). Novamente, o capitalismo requer algum capital fictício para manter a circulação de capital de um ciclo de negócios para o outro, mas o mesmo capital não pode ser emprestado uma e outra vez como se uma proporção significativa dele nunca teria que ser coberto.⁸⁰

⁸⁰ Tradução própria do original em inglês: "All fictitious capital begins as a claim to capital as such, but not all fictitious capital can be realized in the present (otherwise, the future on which it is based would be effectively canceled). Indeed, we can think of "truly" fictitious capital as that portion of capital that cannot realize value at any one moment. Of course, one can just keep writing contracts to cover settlements, but, although you can keep borrowing from me to pay Paul, eventually you will have to find another Peter. With real estate prices turning down, in February 2007 Freddie Mac (the Federal Home Loan Mortgage Corporation) declared it would no longer buy sub-prime mortgages. Peter blinked. Within two months, New Century Financial Corporation, a company built almost entirely of fictitious capital derived from subprime instruments, filed for Chapter 11 bankruptcy protection. Bear Stearns, the investment bank, was also heavily exposed to subprime contracts, and its creditors, like Merrill Lynch, quickly seized the collateral of its collateralized debt obligations (valued before the crisis at \$133 a share, Bear Stearns would sell itself for \$2 a share to JPMorgan Chase in March 2008). Again, capitalism requires some fictitious capital in order to maintain capital circulation from one business cycle to the next, but the same capital cannot be lent over and over again as if a significant proportion of it will never have to be covered". HITCHCOCK, Peter. *Accumulating Fictions*. Representations, University of California, v.126, n.1, Spring, 2014, p.140.

A aventura desta montanha de títulos um assegurado pelo outro, e negociados por empresas consideradas sólidas, algumas até centenárias, serve perfeitamente de isca para atrair incautos – particularmente pessoas que se iniciam no mercado financeiro – no sentido de entregarem o seu dinheiro obtido no processo produtivo aos especuladores. Com esse dinheiro, os especuladores farão viver mais algumas semanas ou meses a sucessão do movimento do crédito e endividamento, porque a questão central, a impossibilidade efetiva de resgatar semelhante títulos, transformou toda a referida pirâmide em mera futura montanha de cinzas.

Hitchcock comenta a dificuldade de Marazzi para separar a prática institucional da acumulação imaginária do capital financeiro de um novo procedimento cultural que pudesse impedir a sua efetivação. Ele comenta:

Marazzi sugere: "O primeiro passo na construção de novos paradigmas alternativos, novas formas de governo comum, é totalmente subjetivo" (122). Na medida em que o algo-capitalismo se revela no excedente da submissão sublime, um recurso ao subjetivo pode muito bem estar em ordem, uma vez que tal apelo chamaria a atenção para condições de subjetividade que os algoritmos parecem subtender. Berardi, sem surpresas, vê as linhas de batalha desenhadas sobre a significação: "O capitalismo financeiro digital criou uma realidade fechada que não pode ser superada com as técnicas da política, da ação voluntária voluntariamente organizada e do governo. Só um ato de linguagem pode nos dar a capacidade de ver e criar uma nova condição humana onde agora só vemos o bárbaro e a violência" (157). Este ponto de vista não é tão estranho como parece quando a crise parece enganar a própria linguagem do levante como uma resposta legítima. Adbusters, uma força criativa por trás de Occupy Wall Street, também empurra os limites do ativismo estético construindo na Internet como uma ferramenta organizacional e de confronto. Se os protestos de 2011 parecem retroceder muito rapidamente, em parte isso reflete a natureza da novidade na lógica da oposição que deve lutar duramente contra as forças da convenção. Harvey observa, por sua vez, o tipo de impasse dialético que Marx esperava superar em 1848: "A falta de uma visão alternativa impede a formação de um movimento de oposição, enquanto a ausência de tal movimento impede a articulação dessa alternativa" (226)⁸¹.

⁸¹ Tradução própria do original em inglês: "Marazzi suggests, "The first step in constructing new alternative paradigms, new forms of common government, is totally subjective" (122). To the extent that algo-capitalism revels in the surplus of sublime subjectlessness, a recourse to the subjective may well be in order, since such an appeal would draw attention to conditions of subjectivity that algorithms appear to subtend. Berardi, not surprisingly, sees the battle lines drawn over signification: "Digital financial capitalism has created a closed reality which cannot be overcome with the techniques of politics, of conscious organized voluntary action, and of government. Only an act of language can give us the ability to see and to create a new human

Talvez seja difícil entender meramente como um procedimento que pudesse ser habilitado na esfera do poder político uma regulação efetiva do capital financeiro. O caso, retornando as ideias de Hilferding, está mais para um novo sistema institucional criado pela destruição das instituições que possibilitam ao capital fazer-se representar, do que encontrar um modo interno, evolutivo, capaz de regulá-lo, no sistema institucional vigente.

Como é sabido, o capital é oposto do trabalho assalariado, e ele, havendo se constituído por um processo histórico até o nível de capital financeiro, não pode deixar de representar aquela estrutura apodrecida, final, putrefata que nos indica Hilferding. Não se pode, ao meu ver, costurar soluções no tecido podre desse sistema institucional. Na verdade, como indicaram Hilferding e Lenin, trata-se mais de trocar semelhante tecido por outro, completamente novo.

Hitchcock chama a atenção para o fato de que após a crise de 2008 o capital financeiro não só reteve sua posição como tornou-se ainda mais imperioso e dominante. De certa forma, é a evidência de seu caráter estrutural e marca a impossibilidade do atual sistema institucional livrar-se do mesmo sem o recurso popular de uma completa transformação sócio-política. Diz Hitchcock:

O capital financeiro é agora o terreno para a captura da riqueza, arrogante em proporção direta ao seu puro poder monetário, mas seus modos vorazes de desapropriação permanecem extremamente difíceis de romper. O anticapitalismo continua em muitos lugares e formas, mas a resposta principal aos excessos do capital financeiro parece estar na regulação estadual ou regional (com o processo ocasionalmente altamente mediatizado de algum "comerciante desonroso" ou "invasor de investimento"). O facto de a força do capital financeiro ter aumentado desde 2008 sugere que a repressão

condition where now we only see barbarianism and violence'' (157). This view is not as outlandish as it sounds when the crisis appears to cheat the very language of uprising as a legitimate response. Adbusters, a creative force behind Occupy Wall Street, also pushes the bounds of aesthetic activism by building on the Internet as an organizational and confrontational tool. If the protests of 2011 seem to be receding too quickly, in part this reflects the nature of newness in the logic of opposition that must fight hard against the forces of convention. For his part, Harvey notes the kind of dialectical impasse that Marx hoped to overcome in 1848: "The lack of an alternative vision prevents the formation of an oppositional movement, while the absence of such a movement precludes the articulation of such an alternative" (226). HITCHCOCK, Peter. *Accumulating Fictions*. Representations, University of California, v.126, n.1, Spring, 2014, p.154-5.

reguladora é estruturalmente insuficiente (limitada, por exemplo, pela influência directa dos bancos na tomada de decisões governamentais). Excluindo o assunto na transação parece estar excisando o assunto na oposição. A leitura da crise ajuda a resolvê-la? Obviamente não por e em si mesmo. Na verdade, há maneiras em que meu amor à ficção perpetua sua acumulação em todas as suas formas, incluindo uma imaginação banalizada que precisa de um mínimo de sujeito para maximizar as reivindicações sobre o capital, fictícias ou de outra forma.⁸²

A leitura que se pode fazer do mundo pós-soviético (1990 – 2016) não favorece um desfecho pacífico para a crise de transformação do Estado contemporâneo. O desaparecimento do Estado soviético não conduziu – como era esperado por muitos teóricos – a uma sociedade policêntrica, com crescente virtude democrática. Os oligopólios, a partir de um espanto inicial, proclamaram-se os herdeiros e os vencedores do campo do chamado socialismo real, e procuraram substituí-lo pelo sistema putrefato das instituições que permitem o arco de manobras do capital financeiro, até em processo de maximização.

Por conseguinte, as observações de Hitchcock levam não a uma interpretação em que se atenuasse pelo aprendizado histórico os vícios de uma política anterior. Elas nos conduzem inevitavelmente à percepção de que o quadro global se tornou ainda pior, com o estabelecimento de uma cortina de silêncio sobre fatos históricos conhecidos, como a crise de 1987, a de 1994, a crise de 1997-1998, a crise de 2002, a crise de 2008, etc. Semelhantes episódios não têm sido aproveitados para correções de rumo, particularmente com relação à até incivilizatória ação do capital financeiro.

⁸² Tradução própria do original em inglês: “Finance capital is now the ground for capturing wealth, arrogant in direct proportion to its sheer money power, yet its rapacious modes of dispossession remain extremely difficult to disrupt. Anticapitalism continues in many places and forms, but the main answer to the excesses of finance capital seems to lie in state or regional regulation (with the occasional highly mediatized prosecution of some “rogue trader” or investment miscreant). That the force of finance capital has actually increased since 2008 would suggest that regulative chiding is structurally insufficient (limited, for instance, by the direct influence of banks in government decision making). Excluding the subject in transaction would seem to be excising the subject in opposition. Can reading the crisis help solve it? Obviously not by and in itself. Indeed, there are ways in which my love of fiction perpetuates its accumulation in all of its forms, including a commoditized imagination that needs a minimal subject to maximize claims on capital, fictitious or otherwise”. HITCHCOCK, Peter. *Accumulating Fictions*. Representations, University of California, v.126, n.1. Spring, 2014, p.154-5.

As crises se sucedem no mesmo enquadramento daquela que a antecedeu, e o capital fixo perigosamente se concentra em poucas regiões do globo, tachadas pela propaganda oficial como “sujas”, “poluídas”, indesejáveis enfim, mas ainda a base material possível para a continuidade da especulação desenfreada do capital parasitário.

Como disse certa vez (1966) Arghiri Emmanuel, em sua tese de doutorado, um dos elementos chaves para a compreensão da apropriação desigual da riqueza produzida em escala mundial é o pagamento de diferentes taxas salariais nos mercados locais submetidos à exploração capitalista. Arghiri dá o exemplo do trabalhador africano, em relação ao trabalhador europeu:

Mesmo admitindo a diferença entre o salário "africano" do capataz branco e seu salário habitual na Europa, o fato é que sua recompensa é várias dezenas de vezes mais do que a do trabalhador negro. As diferenças que observamos entre as várias áreas subdesenvolvidas, por exemplo, entre a África negra, o norte da África, o Oriente Médio ou a América Latina, são tão ligeiras em comparação com o abismo que separa a média de todas essas áreas em conjunto de todas as áreas Industrializadas em conjunto, que não tem um efeito apreciável nas ordens de grandeza em causa. Na ordem, essa diferença é consideravelmente aumentada se somarmos ao salário doméstico os benefícios sociais que são tão importantes para o trabalhador nos países industrializados, mas praticamente inexistentes para o trabalhador nos países atrasados. Além disso, seria ainda maior se tomássemos em consideração não só os pagamentos diferidos e as prestações sociais directas financiadas por fundos especiais, mas também os benefícios indirectos que são financiados pelo orçamento do Estado, e isto não só na rubrica dos serviços sociais, mas sob outros também, ou seja, o conjunto do que alguns chamam de "dividendo social". É possível estimar a intensidade do trabalho - produção do trabalho com o mesmo equipamento - do trabalhador médio nas áreas subdesenvolvidas em 50 a 60 por cento da média do trabalhador médio nas áreas industrializadas. (Não há estatísticas globais sobre este assunto, mas todos os cálculos feitos por grandes empresas e por especialistas das Nações Unidas convergem para esta estimativa).⁸³

⁸³ Tradução própria do original em inglês: “Even if we allow for the difference between the “African” wage of the white foreman and his usual wage in Europe, the fact remains that his reward is several dozen times as much as that received by the black worker. The differences we then observe among the various underdeveloped areas themselves, for instance, among Black Africa, North Africa, the Middle East, or Latin America, are so slight in comparison with the gulf that separates the average for all these areas together from all the industrialized countries together that it has no appreciable effect on the orders of magnitude concerned. On the other hand, this difference is considerably increased if we add to the take-home wage the social benefits that are so important for the worker in the industrialized countries but are practically nonexistent for the worker in the backward countries. It would be greater still, moreover, if we

Arghiri argumenta sobre a enorme diferença das taxas salariais entre a metrópole e o mercado neocolonizado local. Nele, a intensidade de trabalho local justifica de pronto a exportação de capital pela metrópole. Cabe observar que a unificação dos mercados financeiros acrescentou à exploração produtiva a apropriação do ciclo local de acumulação financeira, o qual foi incorporado ao processo central de acumulação, permitindo extrair dos territórios neocolonizados massas de ganho maiores ainda que as do ciclo produtivo industrial. Esse enorme ganho nominal pode ser materializado ou não, constituindo-se de qualquer forma um saque a favor da metrópole sobre o futuro da região neocolonial.

Arghiri analisa o processo de industrialização neocolonial em termos que talvez hoje, cinquenta anos depois, parecem superestimar o caráter progressista das relações capitalistas introduzidas e subestimar-lhes o caráter de exploração. Veja-se:

Claramente, o processo de interação entre desenvolvimento econômico e movimento de salários é acompanhado por um efeito cumulativo. Uma vez que um país tenha adiantado, através de algum acidente histórico, mesmo se este for apenas que um clima mais severo deu aos homens necessidades adicionais, este país começa a fazer outros países pagarem por seu alto nível salarial através de uma troca desigual. A partir desse momento, o empobrecimento de um país se torna uma função crescente do enriquecimento de outro, e vice-versa. O superprofit da troca desigual assegura uma taxa de crescimento mais rápida. Isso traz consigo o desenvolvimento tecnológico e cultural. Para lidar com tarefas de produção cada vez mais complexas, a classe dominante é obrigada a elevar o nível educacional do povo. São criadas as condições que favorecem a organização sindical. Além disso, enquanto a classe capitalista como um todo está interessada em restringir as necessidades dos trabalhadores, cada capitalista sozinho, impulsionado pela pressão da competição e esforçando-se por popularizar seus próprios bens, age de modo a aumentar essas necessidades. A lei dos custos decrescentes,

were to take account not only of the deferred payments and direct social benefits financed by special funds but also of the indirect benefits that are financed out of the state budget, and this not only under the heading of social services but under others as well, that is, the whole of what some call “the social dividend”. It is possible to estimate the intensity of labor – output of labor given the same equipment – of the average worker in the underdeveloped areas at 50 to 60 percent of that of the average worker in the industrialized areas. (There are no overall statistics on this subject, but all the calculations made by large-scale enterprises and by United Nations experts converge toward this estimate). EMMANUEL, Arghiri. *Unequal Exchange: A Study of the Imperialism of Trade*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1972, p.48.

que, ao ritmo dos marginalistas, é muito mais difundida do que a de custos crescentes, incita os capitalistas à produção e produção em massa para o mercado de massa. O que ele pode fazer, o capitalista não pode compartimentalizar a sociedade. Pouco a pouco, novas formas de consumo se espalharam por toda parte e criaram novas necessidades. O alargamento progressivo do mercado atrai capital estrangeiro, e o influxo deste capital acelera o desenvolvimento. Este afluxo, além disso, constitui em si mesmo um fator que tende a aumentar os salários. A existência de pontos de venda já disponíveis estimula o investimento e o aumento do investimento provoca um aumento da composição orgânica do capital, que constitui a fonte de uma segunda transferência de valor do país estrangeiro mais pobre para o país mais rico.⁸⁴

O processo de industrialização do chamado Terceiro Mundo na verdade não seguiu rigorosamente as indicações da segunda revolução industrial e do fordismo. O fordismo, paradoxalmente agredido pelo restabelecimento do capital financeiro, não pôde seguir triunfante a sua marcha para “civilizar” o mundo, e teve que rebaixar-se ao nível da participação do toyotismo. Os grandes monopólios diluíram-se em uma poeira de perfis discretos, empresas aparentemente inocentes, ou desprovidas de um comando exterior e único (só aparentemente...). Tais empresas seguem rigorosamente as estratégias de repartição mercadológica que maximizam os ganhos dos oligopólios e monopólios, em escala mundial.

⁸⁴ Tradução própria do original em inglês: “Clearly, the process of interaction between economic development and the movement of wages is accompanied by a cumulative effect. Once a country has got ahead, through some historical accident, even if this be merely that a harsher climate has given men additional needs, this country starts to make other countries pay for its high wage level through unequal exchange. From that point onward, the impoverishment of one country becomes an increasing function of the enrichment of another, and vice versa. The superprofit from unequal exchange ensures a faster rate of growth. This brings with it technological and cultural development. In order to deal with increasingly complicated production tasks, the ruling class is obliged to raise the people’s educational level. The conditions favoring trade-union organization are created. Besides, while the capitalist class as a whole is interested in restricting the workers’ needs, each capitalist on his own, driven by the pressure of competition and striving to popularize his own goods, acts so as to increase these needs. The law of diminishing costs, which, pace the marginalists, is much more widespread than that of increasing costs, urges the capitalists toward mass production and production for the mass market. Whatever he may do, the capitalist cannot compartmentalize society. Little by little, new forms of consumption spread everywhere and create fresh needs. The progressive enlargement of the market attracts foreign capital, and the influx of this capital speeds up development. This influx, moreover, constitutes in itself a factor tending to increase wages. The existence of already available outlets stimulates investment, and increased investment causes an increase in the organic composition of capital, which forms the source of a second transfer of value from the poorer foreign country to the richer country”. EMMANUEL, Arghiri. *Unequal Exchange: A Study of the Imperialism of Trade*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1972, p.130.

Entretanto, as mesmas empresas se apresentam nos mercados locais como vítimas situacionais das diferentes crises e não seus elementos formadores. Praticam as técnicas indicadas pelos monopólios para manipulação monetária dos balanços de pagamento locais, corrompem os governos locais e acumulam patrimônios pelas práticas da conglomeração e do controle cambial e financeiro. Os aprendizados metropolitanos foram assim universalizados muito antes da universalização pressentida por Arghiri da sociedade de consumo de massas. Aliás, no plano neocolonial está-se diante de sociedades de massas, mas com consumo bastante baixo.

Arghiri retoma o problema da hipótese de um investimento generalizado dos centros capitalistas, interessados na multidão ofertada de mão de obra não qualificada nos países neocoloniais ou semicoloniais. Ele argumenta que, observada a situação histórica, os centros capitalistas continuaram apenas investindo em atividades de alta rentabilidade e voltadas para lucros e redução de custos na área central da sociedade capitalista.

É claro o caráter correto de sua observação. O capital não se interessa por gente, do contrário teria ficado estagnado no escravismo. Gente para ele é apenas um meio para realizar suas mercadorias ou obter suas matérias-primas. Por isso, a corrente financeira do capital tem procurado reduzir o fordismo a dimensões neocoloniais, promovendo até mesmo a economia de serviços nas áreas centrais da exploração capitalista, desde que isso signifique quedas importantes na taxa de salário e nas massas de salário pagas.

O capital não tem pátria que não seja a exploração de sua antítese e de sua força vital, qual seja: a massa trabalhadora assalariada. O capital não detém um interesse especial na massa de seres humanos, mas sim naquela parte que ele contrata e remunera como assalariados, e que deve constituir para ele a sua fonte perpétua de créditos. É ilustrativo o caso de Bangladesh exemplificado por John Smith em seu livro *Imperialism in the Twenty-First Century*. Esse é o pior caso a que pode aspirar a exploração do capital financeiro internacional. Veja-se:

Os "compradores globais" podem, no entanto, contar com algumas testemunhas acadêmicas para protegê-los contra acusações de culpabilidade. "Os proprietários de fábricas enfrentam enormes perdas se não conseguirem cumprir uma ordem e sanções financeiras rígidas se não a concluírem a tempo", relatou um importante estudo de Sarah Labowitz e Dorothée Baumann-Pauly para a Stern School of Business

de Nova York. No entanto, este relatório culpa os baixos salários e locais de trabalho letal sobre a corrupção do governo de Bangladesh, fontes de alimentação intermitentes, superpopulação - qualquer coisa menos as políticas conscientes e deliberadas das corporações multinacionais. Abolindo até mesmo a pretensão de objetividade, Labowitz e Baumann-Pauly afirmam desde o início que seu estudo "está escrito no contexto de ... um desejo compartilhado de padrões mais elevados ... parte da premissa de que o setor de vestuário tem se beneficiado grandemente As pessoas e a economia do Bngladesh ... [e] esse negócio pode e não funciona para o bem da sociedade. Apoiamos o objetivo de as empresas criarem valor, enfatizando os altos padrões de desempenho dos direitos humanos ". Este tom aligeirado contrasta com a dura repreensão transmitida pelos autores ao "governo de Bangladesh [que] carece da vontade política, da capacidade técnica e dos recursos necessários para proteger os direitos básicos de seus trabalhadores. Bangladesh situa-se na ou perto do fundo em todas as medidas de boa governação, incluindo a justiça civil, a aplicação da regulamentação e a ausência de corrupção". O professor Jagdish Bhagwati, da Universidade de Columbia, considerado um dos principais teóricos do comércio internacional e que confessa sentir-se ofendido por não receber o Prêmio Nobel de Economia, também está saltando para a defesa dos grandes negócios. "Como as fábricas eram de propriedade e operadas localmente, a culpa certamente pertencia a seus proprietários e gerentes, não a seus clientes, mais do que àqueles de nós que compraram as roupas em casa ou no exterior". Para uma teoria tão brilhante, ele claramente merece algo!.⁸⁵

⁸⁵ Tradução própria do original em inglês: "The "global buyers" can, however, count on some academic witnesses to protect them against charges of culpability. "Factory owners face huge losses if they cannot complete an order and stiff financial penalties if they do not complete it on time," reported a major study by Sarah Labowitz and Dorothée Baumann-Pauly for New York's Stern School of Business. Yet this report blames low wages and lethal workplaces on Bangladeshi government corruption, intermittent power supplies, overpopulation – anything but the conscious and deliberate policies of multinational corporations. Abandoning even the pretense of objectivity, Labowitz and Baumann-Pauly state at the outset that their study "is written in the context of ... a shared desire for higher standards ... It starts from the premise that the garment sector has greatly benefited the people and the economy of Bngladesh ... [and] that business can and does work for the good of society. We support the goal of business to create value while emphasizing high standars for human rights performance". This fawning tone contrasts with the harsh rebuke handed down by the authors to "the government of Bangladesh [which] lacks the political will, the technical capacity, and resources necessary to protect the basic rights of its workers. Bangladesh ranks at or near the bottom across all measures of good governance, including civil justice, regulatory enforcement, and absence of corruption". Also jumping to the defense of big business is Professor Jagdish Bhagwati of Columbia University, considered to be among the foremost theorists of international trade and who confesses to feeling miffed that he is yet to be awarded the Nobel Prize for economics. "Since the factories were locally owned and operated, the blame surely belonged to their owners and managers, not to their clientes any more than to those of us who purchased the garments at home or abroad". For such a brilliant theory, he clearly deserves something! ". SMITH, John. *Imperialism in the Twenty-First Century*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2016, p. 14.

Smith chama a atenção para um dos piores casos na conjuntura mundial atual. No entanto, deve-se reconhecer que o capital financeiro também se volta para a população “sobrante”. Ou seja, aquela que não é afetada diretamente pelo assalariamento e que é apropriada por empresas discretas, como aquelas que exploram o aluguel de barrigas para parto, o tráfico de órgãos, o contrabando de mulheres e crianças, etc. A lista de atividades que tornam o grande capital patrocinador de crimes é enorme. A convivência do grande capital dá-se pelo fato de muitas dessas empresas terem cotações no mercado financeiro ou a cobertura de governos e órgãos internacionais pelo mundo afora.

No afã de rebaixar seu próprio capital industrial, o capital financeiro tem uma dependência crescente da mão de obra relativamente barata do Terceiro Mundo. Isso significa que o parasitismo levou o capital industrial metropolitano a um subpatamar de exploração para produção de mercadorias concretas, expressa pela transformação industrial, hoje fortemente importada para o centro desde os países periféricos, particularmente os asiáticos. Veja-se:

Até a primeira década do novo milênio, era uma visão generalizada, quase universal, que o IED nos países em desenvolvimento era de importância periférica para as transnacionais ricas. Assim, David Vision, o visionário social-democrata, argumentou que “a grande maioria dos fluxos de IED se originam dentro e se movem entre os países da OCDE”. Kavaljit Singh, escrevendo numa perspectiva radical-reformista representativa de muitos críticos de ONGs da globalização, Concorda: “A maior parte dos fluxos globais de IED deslocam-se, em grande medida, para o mundo desenvolvido ... Esta situação poderia ser adequadamente descrita como o investimento por parte de uma TNC de um país desenvolvido noutro país desenvolvido. Os EUA e a UE ... continuam a ser os principais receptores dos fluxos de IED”. Sam Ashman e Alex Callinicos, escrevendo no jornal Marxista Materialismo Histórico, concluem de forma semelhante que “as corporações transnacionais que dominam o capitalismo global tendem a concentrar seu investimento (e comércio) nas economias avançadas ... O capital continua em grande medida a evitar o Sul Global”. Chrisharman, como Ashman e Callinicos, um partidário da “Tradição Socialista Internacional”, extrai a grande implicação disto: se a NS FDI é tão fraca, a exploração da NS também deve ser assim: “Qualquer que tenha sido o caso há um século, não faz sentido ver os países avançados como “parasitas”, vivendo do antigo mundo colonial ... Os centros de exploração, como indicam os dados do IED, são onde a indústria já existe. “Alex Callinicos, escrevendo em 2009, argumentou que os dados sobre os fluxos de IED “são indicativos dos julgamentos de rentabilidade relativa feitos por aqueles que controlam o capital móvel internacional: estes continuam massivamente a favor das economias avançadas”, contrariando categoricamente a descoberta

do Relatório Mundial de Investimentos de 2008 da UNCTAD Em países em desenvolvimento e não em países desenvolvidos. A enorme onda de subcontratação de pré-crise para países de baixos salários, uma tendência que a crise global só intensificou, finalmente demoliu essa visão de consenso - em 2013 os fluxos de IED para países em desenvolvimento superaram os países desenvolvidos pela primeira vez. O maior problema com a observação por meio de uma lente FDI é que a terceirização em tempo de mercado é tornada invisível, mas mesmo antes de apresentarmos isso, um exame superficial dos dados relevantes da UNCTAD é suficiente para refutar o consenso eurocêntrico e demonstrar que, de fato, o oposto é verdade, que o capital do Norte está cada vez mais dependente da exploração de mão-de-obra de baixo salário.⁸⁶

Essa observação de John Smith traz de volta o argumento do centro detentor de títulos de propriedade e da periferia produtiva. Vladimir Ilitch Lênin, em certo momento, extremando seu argumento, havia declarado que a Grã-Bretanha se cobriria de campos de golfe e a Índia de fábricas, a prosseguir o ritmo da divisão de trabalho que a primeira guerra mundial havia interrompido. Pretende Smith nos dizer que o acúmulo

⁸⁶ Tradução própria do original em inglês: “Until the first decade of new millennium, it was a widespread, almost universal view that FDI in developing nations was of peripheral importance to rich-nation TNCs. Thus David Held, the social democratic visionary, argued that “the vast majority of ... FDI flows originate within, and move among, OECD countries.” Kavaljit Singh, writing from a radical-reformist perspective representative of many NGO critics of globalization, concurs: “The bulk of global FDI inflows move largely within the developed world This situation could be aptly described as investment by a developed country TNC in another developed country. The U.S and the EU ... continue to be the major recipients of FDI inflows”. Sam Ashman and Alex Callinicos, writing in the Marxist jornal *Historical Materialism*, similarly conclude that “the transnational corporations that dominate global capitalismo tend to concentrate their investment (and trade) in the advanced economies ... Capital continues largely to shun the Global South”. Chrisharman, like Ashman and callinicos, a partisan of the “International Socialist Tradition,” draws out the big implication of this: if N-S FDI is so weak, so too must N-S exploitation be: “Whatever may have been the case a century ago, it makes no sense to see the advanced countries as ‘parasitic’, living off the former colonial world ... The centres of exploitation, as indicated by the FDI figures, are where industry already exists.” Alex Callinicos, writing in 2009, similarly argued that data on FDI flows “are indicative of the judgments of relative profitability made by those controlling internationally mobile capital: these continue massively to favour the advanced economies,” flatly contradicting the finding of UNCTAD’s 2008 *World Investment Report* that TNC profits “are increasingly generated in developing countries rather than in developed countries”. The massive pre-crisis surge of outsourcing to low-wage countries, a trend that the global crisis has only intensified, has finally demolished this consensus view – in 2013 FDI flows to developing countries surpassed those to developed countries for the first time. The biggest problem with peering through an FDI lens is that arm’s-length outsourcing is rendered invisible, but even before we bring this into the picture, a cursory examination of the relevant UNCTAD data is sufficient to refute the Eurocentric consensus and demonstrate that in fact the opposite is true, that *Northern capital is increasingly dependent on exploiting low-wage labor*”. SMITH, John. *Imperialism in the Twenty-First Century*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2016, p. 49.

de capital parasitário na fase atual (1987-2016) já reproduz aquela situação (1908-194)? Esse autor claramente nos aponta para a solução do problema global como um resultado de perspectiva revolucionária, e não uma perspectiva que busque reformar instituições e torná-las capazes de enquadrar o capital parasitário. Veja-se:

Embora a crise global tenha se manifestado pela primeira vez na esfera financeira e bancária, o que agora está envolvendo o mundo é muito mais do que uma crise financeira. É o resultado inevitável e agora inadiável das contradições da própria produção capitalista. Em apenas três décadas, a produção capitalista e suas contradições inerentes foram completamente transformadas pela vasta mudança global da produção para países de salários legais, com o resultado de que os lucros, prosperidade e paz social nos países imperialistas se tornaram qualitativamente mais dependentes do produto de super-exploração de trabalho vivo em países como Vietnã, México, Bangladesh e China. Segue-se que esta não é apenas uma crise financeira, e não é apenas mais uma crise do capitalismo. É uma crise do imperialismo. A ascensão do neoliberalismo após uma década de guerras, crises e revoluções não era inevitável. A década de 1970 foi, afinal, a década da expulsão dos Estados Unidos do Vietnã, das revoluções nicaraguense e iraniana, da derrota de Cuba contra a invasão da África do Sul por Angola e do levante de Soweto que se seguiu. Foi o resultado de batalhas cujo resultado não foi determinado com antecedência. Nem, quatro décadas mais tarde, é o futuro predeterminado, mas isso não significa que há um número infinito de futuros possíveis. Na verdade, há apenas dois: o socialismo ou a barbárie. Qual destes futuros vai acontecer dependerá da luta de milhões e da capacidade dos revolucionários para forjar uma liderança do calibre dos bolcheviques da Rússia ou do movimento de 26 de julho de Cuba.⁸⁷

⁸⁷ Tradução própria do original em inglês: “Although the global crisis first manifested in the sphere of finance and banking, what’s now engulfing the world is far more than a financial crisis. It is the inevitable and now unpostponable outcome of the contradictions of capitalist production itself. In just three decades, capitalist production and its inherent contradictions have been utterly transformed by the vast global shift of production to law-wage countries, with the result that profits, prosperity, and social peace in imperialist countries have become qualitatively more dependent upon the proceeds of super-exploitation of living labor in countries like Vietnam, Mexico, Bangladesh, and China. It follows that this is not just a financial crisis, and it is not just another crisis of capitalism. It is a crisis of imperialism. The rise of neoliberalism after a decade of wars, crises, and revolutions was not inevitable. The 1970s was, after all, the decade of the expulsion of the United States from Vietnam, the Nicaraguan and Iranian revolutions, Cuba’s defeat of South Africa’s invasion of Angola, and the Soweto uprising that followed. It was the result of battles whose outcome was not determined in advance. Neither, four decades later, is the future predetermined, but this does not mean that there are an infinite number of possible futures. In fact, there are just two: socialism or barbarism. Which of these futures will come to pass will depend on the struggle of millions, and on the capacity of revolutionaries to forge a leadership of the caliber of Russia’s Bolsheviks or Cuba’s July 26 movement”. SMITH, John. *Imperialism in the Twenty-First Century*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2016, p. 210.

John Smith, com certa ironia, comenta que não há uma infinidade de futuros possíveis para sair de um processo de crise que tem uma centralidade e consequentemente uma estrutura causal dominante. O problema do capital fictício certamente é o problema do capital, de sua agência histórica como inimigo do povo trabalhador, e que não pode ser solucionada por meio de reformas. Na interpretação de Smith, a solução tem que derivar da elevação da consciência da classe trabalhadora e da superação do processo atual de divisão, em virtude da decomposição da acumulação fordista.

Do exposto até o momento, vê-se que o desenvolvimento do capital fictício acirra todas as contradições do modo de produção capitalista. O processo de desmaterialização do valor nada mais é do que o resultado histórico do aperfeiçoamento das formas de extração do excedente econômico na sociedade burguesa. Por exemplo, temos o caso brasileiro discutido por Maria de Lourdes Rollemberg Mollo em *A supremacia da finança e a crise*. Essa autora caracteriza com clareza o processo de transformação dos elementos monetários do ganho financeiro do capital especulativo parasitário para incorporar-se de forma vantajosa na estrutura produtiva da sociedade.

Esse capital migra sob a forma de capital financeiro para dentro das possibilidades de materialização, obtida com frequência no Brasil, sob a forma de títulos da dívida pública, remunerado por juros elevados, que obviamente não podem esgotar sua capacidade de reprodução. Contudo, ao se transformarem num problema da dívida pública, conseguem migrar da esfera monetária para a esfera fiscal, vindo a apresentar-se como forma de apropriação dos fundos arrecadados pelo Estado com impostos ou taxas.

Segundo Maria de Lourdes, essa “viagem” da condição monetária imaginária para a propriedade de um título que representa uma dívida da sociedade com o capital requer o domínio político do Estado e a vitimização da maioria dos pagadores de impostos e taxas. No caso neocolonial, geralmente, são as pessoas mais pobres ou assalariadas.

Vê-se que o desenvolvimento do capital parasitário torna ainda mais mistificadora a relação capital-trabalho. E essa situação é agravada porque o predomínio do capital fictício na fase atual do desenvolvimento do modo de produção capitalista torna inócua as propostas de regulamentação do capital financeiro. O próximo passo consiste em verificar como a financeirização imprime uma nova dinâmica no sistema

imperialista. O objetivo é compreender o papel que os Estados Unidos desempenham no processo de desmaterialização do valor. Por conseguinte, o estudo imperialismo sob a hegemonia norte-americana é o assunto do último capítulo.

5 O ESBOÇO DE UMA TEORIA DO IMPERIALISMO

O campo de atuação do capital financeiro é o mercado mundial capitalista. Entretanto, os interesses dos grupos financeiros de cada país chocam-se com os interesses de outros grupos financeiros nacionais. Dessa forma, a investigação desenvolvida sobre as leis de movimento e de reprodução do capital financeiro pressupõe que se atribua importância ao papel desempenhado pelo poder estatal no quadro das relações econômicas internacionais. O capital se reproduz dentro de espaços econômicos delimitados por fronteiras territoriais, os Estados nacionais.

Com o desenvolvimento da exportação de capitais na fase imperialista, as relações estabelecidas entre as economias nacionais tornam-se mais regulares e interdependentes. O resultado é uma intrincada e complexa rede de relações dos países imperialistas entre si, e destes com os países periféricos. Por conseguinte, os Estados – nações constituem a estrutura mais abrangente de comando da economia capitalista, os quais regulam a produção e a distribuição do excedente econômico na economia mundial. Nessas circunstâncias, a análise do imperialismo é de fundamental importância.

As teses marxistas do imperialismo estão baseadas na centralidade atribuída ao Estado – nação e de seu papel na gestão dos assuntos de natureza econômica. Por isso, que seus críticos defendem a obsolescência do conceito de Estado – nação no período denominado de globalização financeira. Entretanto, o Estado não pode ser entendido como uma instituição que está situada acima dos interesses conflitantes das classes sociais e que administra tais antagonismos de maneira totalmente imparcial, tal como defendem os teóricos liberais.

Essa perspectiva é falsa porque a dominação social na sociedade capitalista ou em qualquer outro tipo de sociedade tem como hipótese a hierarquia nas relações desenvolvidas entre as distintas classes e grupos sociais. Nela, os indivíduos pertencentes as classes dominantes disfrutam de inúmeros privilégios e gozam do poder político, econômico e espiritual (produção de ideias). No Estado burguês, essa situação não é modificada porque os indivíduos que controlam a máquina estatal e o conjunto de suas instituições são oriundos das classes dominantes. Portanto, o estudo do imperialismo em sua fase mais recente requer o exame crítico das teorias que defendem que o capital adquiriu caráter transnacional, isto é, tornou-se capital “sem pátria”.

Entre as interpretações que defendem a ideia de que o imperialismo está definitivamente superado destaca-se a análise desenvolvida por Michael Hardt e Antonio Negri em *Império*. A escolha desses dois autores foi feita pelo fato deles pertencerem ao campo da própria esquerda. Na explicação desenvolvida por Hardt e Negri, o poder político e econômico não está mais delimitado territorialmente como na época do imperialismo: isto é, os Estados – nações perderam a capacidade de regular o intercâmbio comercial, financeiro e produtivo em escala global. Em seu lugar, emergiu uma nova espécie de poder não mais identificado com nenhum país em particular, portanto, transnacional. Esse novo poder é o que os dois autores chamam de Império. Veja-se:

Muita gente sustenta que a globalização da produção e da permuta capitalistas é prova de que as relações econômicas tornaram-se mais independentes de controles políticos, e, conseqüentemente, que a soberania política está em declínio. Há ainda quem comemore essa nova era como uma libertação da economia capitalista de restrições e distorções que as forças políticas lhe impunham; e não falta quem veja e lamente nisso o fechamento de canais institucionais que permitiam aos trabalhadores e cidadãos influenciar ou contestar a fria lógica do lucro capitalista. É fato que, em sintonia com o processo de globalização, a soberania do Estado-nação, apesar de ainda eficaz, tem gradualmente diminuído. Os fatores primários de produção e troca – dinheiro, tecnologia, pessoas e bens – comportam-se cada vez mais à vontade num mundo acima das fronteiras nacionais; com isso, é cada vez menor o poder que tem o Estado-nação de regular esses fluxos e impor sua autoridade sobre a economia. Nem mesmo os Estados-nação mais dominantes devem ser tidos como autoridades supremas e soberanas, seja fora ou mesmo dentro de suas fronteiras. *O declínio da soberania dos Estados-nação, entretanto, não quer dizer que a soberania como tal esteja em declínio.* Através das transformações contemporâneas, os controles políticos, as funções do Estado, e os mecanismos reguladores continuaram a determinar o reino da produção e da permuta econômica e social. Nossa hipótese básica é que a soberania tomou nova forma, composta de uma série de organismos nacionais e supranacionais, unidos por uma lógica ou regra única. Esta nova forma global de economia é o que chamamos de Império.⁸⁸

⁸⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p.11-2. Título original *Empire*.

Vê-se que a análise desenvolvida por Michael Hardt e Antonio Negri e o seu conceito de Império entra em consonância com as teses que defendem a obsolescência do conceito de Estado – nação. Essa hipótese não se sustenta pelos seguintes motivos: (i) os Estados Unidos revigoraram sua hegemonia com a extinção da União Soviética; (ii) o poder militar norte-americano não encontra concorrentes efetivos; (iii) o modo de produção capitalista não pode funcionar sem a existência de uma ordem legal, a qual é atributo do Estado – nação; (iv) a existência de um poder supranacional pressupõe a total harmonia dos interesses dos grupos financeiros nacionais, o que não se verifica na prática. Na próxima seção, veremos a dinâmica dos conflitos interestatais e como os Estados Unidos assumiram a dianteira nesse processo.

5.1 O IMPERIALISMO SOB A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

Após o colapso do socialismo real na antiga União Soviética e nos países do Leste Europeu, os EUA passaram a exercer a sua hegemonia de forma incontestável no sistema do capital. A história da dominação imperialista dos Estados Unidos e de sua pretensão de liderança exclusivista no modo de produção capitalista remontam ao período pós-guerra. Nesse período, os Estados Unidos suplantaram a Grã-Bretanha e outros antigos impérios coloniais passando a exercer a hegemonia no quadro das relações de poder entre os Estados nacionais. Esse país foi favorecido pelos efeitos positivos oriundos das duas guerras mundiais e dos programas de reconstrução das sociedades devastadas pela Segunda Guerra mundial no pós-guerra: a partir de então, essa nação ficou sem concorrentes efetivos no mundo ocidental. Segundo István Mészáros em *O século XXI: socialismo ou barbárie?*, a nova ordem mundial do pós-guerra foi estabelecida com base na dominação mundial incontestável dos EUA.

A estratégia de dominação imperialista exclusiva dos EUA no mundo capitalista começou ainda no período pós-guerra. Para tanto, uma nova ordem mundial foi criada sob o apoio dos organismos multilaterais liderados pelos Estados Unidos. Os países imperialistas europeus não tinham condições de fazer contraponto aos EUA devido às consequências socioeconômicas da reconstrução desses países, após a Segunda Guerra mundial, em que os EUA foram os grandes beneficiários e financiadores, através do Plano Marshall. Não restava aos antigos impérios coloniais como a Grã-Bretanha e a

França se não a aceitação submissa da hegemonia estadunidense e sua condição de sócios minoritários do imperialismo americano.

Entretanto, essa estratégia foi paralisada momentaneamente durante a Guerra Fria, em face da ameaça comunista e dos movimentos de libertação colonial nas colônias, entre as décadas de 1950 e 1960. No plano político, a entrada em cena dos neoliberais recolocou as classes mais reacionárias da sociedade capitalista no comando do aparelho de Estado. Esse conjunto de modificações pavimentaram o caminho para a tentativa de dominação imperialista global dos EUA, e ao agravamento das tensões internacionais no final do século XX e início do século XXI.

As raízes da estratégia estadunidense de hegemonia a qualquer custo estão relacionadas com a crise estrutural que o capital enfrenta desde a década de 1970. Essa crise se expressa no acirramento da contradição objetiva entre a tendência globalizante do capital monopolista e a nacionalização dos interesses dos grupos capitalistas mais poderosos manifestada na manutenção dos Estados nacionais como estrutura de comando abrangente da economia capitalista. Nas palavras de István Mészáros:

Uma das contradições e limitações mais importantes do sistema se refere à relação entre a tendência globalizante do capital transnacional no domínio econômico e a dominação continuada dos Estados nacionais como estrutura abrangente de comando da ordem estabelecida. Noutras palavras, apesar de todos os esforços das potências dominantes para fazer seus próprios Estados nacionais triunfarem sobre os outros, e dessa forma prevalecer como Estado do sistema do capital em si, precipitando a humanidade, no curso dessas tentativas, para as vicissitudes sangrentas das duas horrendas guerras mundiais do século XX, o Estado nacional continuou sendo o árbitro último da tomada de decisão socioeconômica e política abrangente, bem como o garantidor real dos riscos assumidos por todos os empreendimentos econômicos transnacionais. É óbvio que essa contradição tem uma magnitude tal que não se pode imaginar que dure indefinidamente, qualquer que seja a retórica mentirosa incansavelmente repetida que finge resolver essa contradição por meio do discurso sobre “democracia e desenvolvimento” e seu corolário tentador: “Pense globalmente, aja localmente”. Por isso é fundamental que a questão do imperialismo seja trazida para o primeiro plano da atenção crítica.⁸⁹

⁸⁹ MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 34. Título original *Socialism or barbarism – from the “American Century” to the Crossroads* (2001).

A lógica da acumulação capitalista compreende os processos de concentração e de centralização de capitais, ou seja, o movimento da economia capitalista tende a caminhar em direção ao monopólio. Por conseguinte, o desenvolvimento capitalista tende a unificar cada vez mais o ciclo do capital industrial em escala internacional. O resultado é a integração monopolista dos diferentes elementos constitutivos da economia mundial no movimento global do capital.

Essa circunstância, segundo István Mészáros, exige a eliminação de todas as barreiras nacionais no impulso incansável do capital rumo ao monopólio, o que implica a tentativa no campo político de se constituir um Estado transnacional: isto é, um governo não delimitado por fronteiras nacionais. Entretanto, em cada país o desenvolvimento do capital financeiro acirra os conflitos entre os diferentes grupos financeiros nacionais. Do ponto de vista político, isso se manifesta na rivalidade crescente entre os Estados imperialistas.

Ao longo da história do capital, os países desenvolvidos tentaram resolver essa contradição por meio das guerras imperialistas em que cada um buscou prevalecer sobre os demais na tentativa de formação de um governo internacional do capital. O recrudescimento do colonialismo no último quartel do século XIX, a Primeira e a Segunda guerras mundiais são exemplos dessa tentativa de se eliminar as estruturas de comando nacionais assentadas no Estado - Nação por parte de cada país imperialista. Segundo Mészáros, o imperialismo e seu aparecimento no cenário histórico, no final do século XIX, marca o início da tendência globalizante do capital.

Nas relações de poder desenvolvidas entre os países centrais, cada país busca triunfar sobre os demais dada a imperiosa necessidade de solucionar a contradição objetiva do sistema capitalista. Na vã tentativa de se construir um governo transnacional, o chamado Estado do sistema do capital em si⁹⁰, cada país imperialista busca superar as limitações e os antagonismos nacionais por meio dos conflitos militares. Não existe outra alternativa do ponto de vista do capital, segundo Mészáros. Nessa trajetória histórica, alguns Estados imperialistas foram prevalecendo sobre os demais. A dinâmica das relações e dos conflitos desenvolvidos entre os Estados nacionais ao longo da história do imperialismo capitalista culminou com a posição de liderança incontestável dos EUA.

⁹⁰ Esse é o termo empregado por István Mészáros em seu livro *O Século XXI: socialismo ou barbárie?*

Vê-se assim que a dialética do desenvolvimento capitalista que implicou na dominação dos Estados mais poderosos sobre os mais fracos, desde as suas origens, teve como resultado a hegemonia absoluta dos EUA sobre a economia mundial, segundo Mészáros. Com a extinção da antiga União Soviética nenhum país é atualmente capaz de fazer um contraponto ao imenso poder do império americano. Porém, isso não significou a resolução da contradição objetiva do modo de produção capitalista. Pelo contrário, marcou o aprofundamento de todas as suas contradições.

Com base nas instabilidades já existentes no capitalismo contemporâneo, István Mészáros destaca que a atual fase do capital financeiro representa o estágio mais perigoso do imperialismo em toda a sua história. Segundo esse autor, os Estados Unidos não medem esforços para fazer prevalecer seus interesses econômicos, políticos e sua pretensão de liderança exclusiva no sistema capitalista. Cada passo dado pelos Estados Unidos na tentativa de se constituir como o Estado do sistema do capital tende a desenvolver ainda mais as graves contradições já existentes com consequências desastrosas para toda a humanidade. Veja-se:

A dimensão militar de tudo isso é grave. Portanto, não é exagero afirmar – tendo em vista também o antes inimaginável poder destrutivo dos armamentos acumulados ao longo da segunda metade do século XX – que entramos na *fase mais perigosa do imperialismo em toda a história*; pois o que está em jogo hoje não é o controle de uma região particular do planeta, não importando o seu tamanho, nem a sua condição desfavorável, por continuar tolerando as ações independentes de seus adversários, mas o controle de sua *totalidade* por uma superpotência econômica e militar hegemônica, com todos os meios – incluindo os mais extremamente autoritários e violentos meios militares – à sua disposição. É essa a racionalidade última exigida pelo capital globalmente desenvolvido, na tentativa vã de assumir o controle de seus antagonismos inconciliáveis. A questão é que tal racionalidade – que se pode escrever sem aspas, pois ela corresponde genuinamente à lógica do capital no atual estágio histórico de desenvolvimento global – é ao mesmo tempo a forma mais extrema de irracionalidade na história, incluindo a concepção nazista de dominação do mundo, no que se refere às condições necessárias para a sobrevivência da humanidade.⁹¹

⁹¹ MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 53-4. Título original *Socialism or barbarism – from the “American Century” to the Crossroads* (2001).

A identificação das forças motrizes do imperialismo em sua fase atual também é a preocupação central das reflexões desenvolvidas por Alex Callinicos em seu artigo denominado *Marxismo e imperialismo hoje*. Segundo ele, a guerra de 1991 promovida pelos Estados imperialistas contra o Iraque mostrou que o imperialismo ressurgiu com força no cenário internacional. Esse acontecimento histórico ocorreu no momento em que se consolidava a crença de que o capitalismo estava ingressando em etapa pós-imperialista, ou seja, em um desenvolvimento não mais baseado em guerras e conflitos de qualquer espécie.

A problematização proposta por Alex Callinicos foi a seguinte: a internacionalização da produção, a ascensão dos novos países industrializados, o declínio relativo dos EUA e da URSS, e os acontecimentos políticos relacionados com o fim da Guerra Fria podem ainda ser compreendidos dentro dos marcos da teoria marxista do imperialismo? Na tentativa de sumariar a discussão sobre a fase imperialista do capital, Alex Callinicos propôs a seguinte periodização referente a história do imperialismo: (a) o imperialismo clássico (1875-1945); (b) o imperialismo das superpotências (1945-1990); (c) o imperialismo após o fim da Guerra Fria.

No imperialismo clássico, a moderna história europeia (do século XV em diante e caracterizado por um processo contínuo de conflitos militares entre as grandes potências) se funde com a expansão do capitalismo industrial, no limiar do século XIX, com o surgimento de novos competidores (Alemanha e os EUA) frente à Grã-Bretanha. Nele, acirraram-se os conflitos entre as metrópoles europeias pela posse de colônias.

As colônias tiveram um papel econômico vital nesse período, segundo Callinicos. Entretanto, não se deve supor que a dinâmica imperialista foi proporcionada pela exportação de capitais para explorar os povos coloniais pelos seguintes motivos: (1) a expansão do IED foi muito desigual; (2) os EUA e o Japão foram importadores líquidos de capital até 1914. As guerras de 1914-1918 e de 1939-1945 levaram a um aumento do controle do Estado sobre a economia. Isso levou a fragmentação da economia mundial em blocos comerciais protecionistas tendo como consequência o declínio no nível da integração econômica global nesse período.

O resultado foi o recrudescimento das rivalidades entre as potências imperialistas (devido ao movimento em direção a autarquia econômica) em que a Alemanha e o Japão, sobretudo, procuraram pelo uso de suas forças militares ter acesso aos mercados e matérias-primas fechados localizados nas colônias. Ou seja, buscava-se uma nova repartição dos recursos mundiais.

Após a Segunda Guerra mundial, o sistema de Estados europeu predominante desde o século XV deixa de ser o núcleo da política internacional. A reviravolta na competição interimperialista ocorre com a repartição da Europa entre as duas alianças militares globais, os Estados Unidos e a União Soviética. A instabilidade do sistema de Estados europeu decorreu da incapacidade de conter os impactos da ascensão alemã ao *status* de potência imperialista.

No período pós-guerra, os EUA deslocaram definitivamente a Grã-Bretanha e se tornaram a potência dominante no mundo. Nesse ínterim, os EUA assentaram as bases de uma economia internacional aberta aos investimentos e exportações de sua economia. Entretanto, a União Soviética representava o principal obstáculo a consecução desse objetivo.

Houve mudanças na configuração dos conflitos entre os países imperialistas devido aos seguintes motivos: (1) as rivalidades imperialistas foram enquadradas num molde bipolar substituindo a competição entre uma pluralidade de grandes potências, típica do período anterior. Nesse sentido, a política internacional perdeu sua fluidez: as opções dos Estados europeus ficaram subordinadas aos limites impostos por cada um dos blocos liderados pelas duas superpotências. As relações políticas eram mais instáveis nos países do Terceiro Mundo; (2) não houve qualquer guerra geral entre as principais potências, mas elas continuaram ocorrendo na periferia do sistema. Porém, a corrida armamentista, no final dos anos 1940, entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia ultrapassou largamente o período anterior a 1914. A economia armamentista estimulou o mais longo *boom* na história do capitalismo (“os anos dourados”) contrabalançando a lei tendencial da queda da taxa de lucro; (3) a partilha do mundo entre os EUA e a URSS foi altamente desigual: os EUA incluíram no seu bloco, a Europa Ocidental, o Japão e o Canadá. Esse fato colocou o bloco socialista em grande desvantagem desde o início da Guerra Fria.

O domínio norte-americano nesse período implicava na criação de um marco institucional (Acordo de *Bretton Woods*, etc.). Por outro lado, ele implicava na recuperação das economias europeia e japonesa da devastação provocada pela guerra. Posteriormente, esse processo culminou no aumento da concorrência internacional, sobretudo, da Alemanha e do Japão. A intensificação da concorrência internacional na indústria manufatureira levou a quebra do sistema financeiro internacional (fim de *Bretton Woods*) e preparou o terreno para as duas crises do petróleo, na década de 1970.

Na periferia do sistema, a principal mudança ocorrida foi o desmantelamento dos impérios coloniais europeus (decorrente da queda das potências europeias e da tentativa dos EUA de ter acesso aos mercados coloniais anteriormente fechados a ele; e também das lutas de libertação nacional nas colônias). Por outro lado, correspondeu à perda de importância do Terceiro Mundo (antigas colônias) para os países imperialistas.

Nesse período, os investimentos estrangeiros são feitos, principalmente, entre os próprios países desenvolvidos. Os países imperialistas dirigem seus esforços para reduzir sua dependência das matérias-primas importadas dos países do Terceiro Mundo por meio da produção de substitutos sintéticos. A maioria dos países pobres estavam excluídos dos fluxos do comércio e de investimentos mundiais. À exceção foi o petróleo, como atestam os dois choques da década de 1970.

A ascensão dos NIC's (novos países industrializados) e os dois choques do petróleo são a principal explicação para o crescimento do investimento estrangeiro direto nos países do Terceiro Mundo, após 1975. Essa ascensão dos NIC's correspondeu a uma radical mudança na divisão internacional do trabalho, ou seja, o deslocamento da produção de bens de consumo para a produção de bens manufaturados destinados a seus mercados internos. A China de Mao, a Índia de Nehru, o Egito de Nasser na tentativa de consolidarem sua indústria pesada basearam seus modelos de industrialização no MSI (modelo de substituição de importações). Por outro lado, os NIC's do Leste da Ásia e da América Latina orientaram suas estratégias sobre o mercado mundial (produção de manufaturados para o mercado externo).

No período pós-guerra, cristalizou-se a tendência em direção a internacionalização do capital contrariamente ao período anterior (1875-1945), que tendeu ao capitalismo de Estado. A integração global do capital teve três dimensões principais: (1) a internacionalização da produção; (2) o peso crescente do comércio mundial (formação e expansão da comunidade europeia; transações no interior das companhias multinacionais, etc.); (3) o desenvolvimento de mecanismos financeiros internacionais em grande parte fora dos controles estatais. A mais importante dessas transformações, segundo Callinicos, foi o declínio na capacidade dos Estados – nações de regular as atividades econômicas dentro de suas próprias fronteiras.

Vê-se que na interpretação de Alex Callinicos, a modificação essencial no sistema interestatal na passagem do imperialismo das superpotências (1945-1990) para o imperialismo após a Guerra Fria foi a perda dos poderes econômicos do Estado. Esse último aspecto também é explorado por Ellen Meiksins Woods em seu livro intitulado

O Império do Capital. Sua atenção se volta para as especificidades dos mecanismos de expropriação do excedente econômico do imperialismo capitalista e suas diferenças em relação a outros períodos históricos.

Para Ellen Woods, a característica central do imperialismo hegemônico global norte-americano, na atualidade, não é o domínio colonial direto, mas sim operar sobremaneira por meio dos imperativos puramente econômicos. Tal como no caso dos trabalhadores que se subordinam ao capital por causa de sua dependência do mercado, os países foram submetidos aos imperativos dos mercados, que os tornaram dependentes. É ilustrativa a seguinte passagem:

Já observamos a capacidade do capital de dominar o trabalho por meios puramente econômicos e sem o domínio político direto ou o privilégio judicial, diferentemente das classes dominantes nas sociedades não capitalistas. Os poderes econômicos das classes não capitalistas podiam se estender apenas até o limite da sua força extraeconômica, apenas até o limite dos seus poderes militar e judicial; e, independentemente de quanto excedente fora produzido, a acumulação pelas classes exploradoras era limitada ao que seu poder extraeconômico fosse capaz de extrair dos produtores diretos. Existe uma diferença análoga entre o imperialismo capitalista e o não capitalista. Os antigos impérios coloniais dominavam territórios e subjugavam povos por meio da coerção “extraeconômica”, pela conquista militar e geralmente pela dominação política. O imperialismo capitalista exerce seu domínio por meios econômicos, pela manipulação das forças do mercado, inclusive da arma da dívida.⁹²

A sociedade burguesa criou uma cisão entre a esfera política e a esfera econômica, segundo Woods. Essa separação não existia nas formações econômicas pré-capitalistas. A crescente mercantilização da vida, a regulação das relações sociais pelas leis impessoais do mercado criara formalmente uma economia separada dos poderes políticos. Por sua vez, o Estado atua como um poder formalmente separado, no qual existe uma soberania territorial mais claramente definida e completa do que em outros tipos de sociedade.

Por conseguinte, a contradição fundamental dessa estratégia de dominação global por meio dos imperativos econômicos é a seguinte: apesar de o objetivo do

⁹² WOOD, Ellen Meiksins. *O Império do Capital*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 23. Título original *Empire of Capital*.

imperialismo norte-americano ser a hegemonia econômica sem dominação colonial, o capital global ainda (na verdade, mais do que nunca) exige uma ordem política, social e legal rigidamente controlada e previsível. Por conseguinte, a hegemonia imperial dos Estados Unidos depende da manutenção do controle sobre os vários Estados pertencentes a economia mundial. Nas palavras de Ellen Woods:

O modo capitalista de imperialismo econômico é o primeiro imperialismo da história que não depende apenas da captura deste ou daquele território, ou da dominação de determinado povo. Cabe a ele supervisionar todo o sistema global de Estados e assegurar que o capital imperial possa navegar com segurança e lucratividade por todo esse sistema. Procura-se assim não somente resolver o problema dos Estados “bandidos” ou dos Estados “fracassados”, mas também manter os Estados subalternos vulneráveis à exploração. Ademais, para ser realmente eficaz, o imperialismo tem de estabelecer a supremacia política e militar de uma potência sobre todas as outras, porque, se o capital global precisa de um sistema ordenado de múltiplos Estados, é difícil ver como ele poderia tolerar um sistema no qual o poder militar é distribuído de forma mais ou menos igualitária entre os diversos Estados.⁹³

O que torna o imperialismo especificamente capitalista é o predomínio da coerção econômica, que se distingue da coerção extraeconômica (política, militar ou judicial) direta. No entanto, isso não quer dizer que o imperialismo possa abrir mão da coerção extraeconômica. A força extraeconômica é essencial para a manutenção da coerção econômica em si. Segundo Ellen Woods, a compreensão do novo imperialismo exige que se entenda as especificidades do poder capitalista e a natureza da relação entre a força econômica e extraeconômica no modo de produção capitalista. Disso resulta, que o poder econômico do capital não pode existir sem o apoio da força extraeconômica, a qual é oferecida primariamente pelo Estado.

Segundo Ellen Woods, o poder do capital não tem fugido ao controle dos Estados e tornado o Estado – nação irrelevante. Seu argumento é de que o Estado é mais essencial do que nunca para o capital, em sua forma global. Por conseguinte, a forma política da globalização não é um Estado global, mas um sistema global de Estados múltiplos. A especificidade do novo imperialismo vem da complexa e contraditória relação entre o poder econômico expansivo do capital e o alcance mais limitado dos

⁹³ WOOD, Ellen Meiksins. *O Império do Capital*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 11. Título original *Empire of Capital*.

mecanismos extraeconômicos, sobretudo, o poder estatal que o sustenta. Uma das consequências mais importantes é a que hegemonia econômica do capital pode se estender para além dos limites da dominação política direta. O capitalismo se distingue pela sua capacidade de estender seu domínio por meios puramente econômicos. Isso explica a perda dos poderes econômicos do Estado – nação na globalização neoliberal.

A Segunda Guerra mundial foi a última grande guerra entre países capitalistas avançados motivada pela busca direta de expansão territorial com objetivos econômicos. Nela, os principais agressores se valeram completamente da força extraeconômica e não dos imperativos de mercado. O pós-guerra assinala o início de uma nova era, ou seja, aquela em que a competição econômica superou a rivalidade militar entre as maiores potências capitalistas.

A Guerra Fria marcou uma transição importante no papel do poder militar imperial. Nesse período, o propósito das potências militares se afastou dos objetivos de expansão imperial e rivalidade interimperialista para o objetivo genérico de policiar o mundo no interesse do capital, sobretudo, o norte-americano. O novo imperialismo, desde o final da Segunda Guerra mundial, pode ditar suas condições ao mundo, não sem coerção militar, mas certamente sem controle colonial direto. E existem várias maneiras de impor seus imperativos econômicos a Estados claramente independentes. Veja-se:

O início formal dessa nova ordem imperial pode ser datado com grande precisão durante e imediatamente após a guerra. Os Estados Unidos afirmaram sua supremacia militar com as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki; e sua hegemonia econômica com o estabelecimento do sistema de Bretton Woods, o FMI, o Banco Mundial e, pouco mais tarde, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt, na sigla em inglês). O objetivo claro de tais acordos e instituições era estabilizar a economia mundial, racionalizar suas moedas tornando-as livremente conversíveis para o dólar norte-americano e estabelecer uma estrutura de reconstrução e desenvolvimento econômicos. Mas tais objetivos seriam conquistados em termos muito particulares. O fim era abrir outras economias, seus mercados, sua mão de obra e seus mercados aos capitais ocidentais, especialmente o norte-americano, o que seria realizado pelo meio simples de tornar a reconstrução das economias europeias e o desenvolvimento do “terceiro mundo” dependentes da aceitação das condições impostas principalmente pelos Estados Unidos. As instituições econômicas globais foram acompanhadas da organização política, as Nações Unidas. Criada para ter pouco efeito sobre a economia global, a ONU teria o papel de manter um simulacro de ordem política num sistema de Estados múltiplos, sendo sua própria

existência um desincentivo a formas de organização internacional menos adequadas às potências dominantes.⁹⁴

O paradoxo do imperialismo capitalista em sua fase mais recente é de que ele é o primeiro da história em que o poderio militar não foi criado para conquistar territórios, nem para derrotar rivais. Ele não busca expansão territorial, nem dominação física de rotas territoriais. No entanto, ele produziu uma enorme e desproporcional capacidade militar com um alcance global sem precedentes. Talvez pelo fato de não ter nenhum objetivo claro e finito que o novo imperialismo exija força militar sem igual. A dominação ilimitada de uma economia global e dos múltiplos Estados que a administram exigem ação militar sem fim, em propósito ou tempo. Por isso, que os Estados Unidos têm um poder militar sem paralelos na história mundial e administra um sistema interestatal em que seus participantes se veem diante da perda de seus poderes econômicos.

Outra característica essencial apontada por Ellen Woods em sua análise do novo imperialismo é o fato de seu alcance econômico exceder em muito seu controle político e militar direto. No entanto, os imperativos da acumulação de capital têm que ser alcançados por intermédio do poder extraeconômico, ou seja, da intervenção estatal. Por conseguinte, temos o segundo paradoxo: o *Império* se tornou mais puramente econômico quanto mais se proliferou o Estado – nação.

David Harvey em *O novo imperialismo* atribui peso relativamente maior aos fatores extraeconômicos na explicação do imperialismo capitalista em sua fase neoliberal, em comparação com a tese desenvolvida por Ellen Meiksins Woods. Segundo Harvey, os processos de acumulação primitiva de capitais analisados por Karl Marx em *O Capital* caíram em relativo esquecimento porque eles têm sido interpretados como pertencentes unicamente a um passado remoto ou fase embrionária na história do modo de produção capitalista. Marx identificou nesses processos a gênese do capital e em seu estudo das leis de movimento e de reprodução do capital ele pressupõe que a acumulação primitiva já tenha cumprido seu papel. Harvey cita alguns desses processos na seguinte passagem:

⁹⁴ WOOD, Ellen Meiksins. *O Império do Capital*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 101-2. Título original *Empire of Capital*.

Um exame mais detido da descrição que Marx faz da acumulação primitiva revela uma ampla gama de processos. Estão aí a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processo coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a sura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. O Estado, com o seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos, havendo, consideráveis provas de que a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado. O papel desenvolvimentista do Estado começou há muito tempo, e vem mantendo as lógicas territorial e capitalista do poder sempre interligadas, ainda que não necessariamente convergentes.⁹⁵

Entretanto, David Harvey defende a tese de que esses processos ainda desempenham papel relevante em todas as etapas do imperialismo capitalista, em particular, em sua fase atual. Por isso, ele propõe o termo acumulação por espoliação como substituto ao conceito de acumulação primitiva. Em sua interpretação, este último conceito sempre nos remete as fases iniciais do desenvolvimento capitalista. Segundo Harvey, esses processos foram aperfeiçoados e na época da financeirização da economia capitalista assumem a forma de fraudes financeiras de variadas espécies. Veja-se:

Alguns dos mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado. O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como Lenin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financialização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude

⁹⁵ HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 1.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p.121. Título original *The New Imperialism* (2003).

corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrente de manipulações do crédito e das ações – tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo. O colapso da Enron privou muitos de seus meios de vida e de seus direitos de pensão. Mas temos de examinar sobretudo os ataques especulativos feitos por fundos derivativos e outras grandes instituições do capital financeiro como a vanguarda da acumulação por espoliação em épocas recentes.⁹⁶

O conjunto das observações feitas ao longo dessa seção, nos permite afirmar que as teses marxistas do imperialismo ressaltam a particularidade da hegemonia norte-americana e de suas pretensões em se constituir como império global, a partir do pós-guerra. Porém, o enfraquecimento dos poderes econômicos dos Estados nacionais tem alimentado a ilusão sobre o suposto caráter “transnacional” do capital financeiro. O ponto comum entre elas é o de apresentar as conexões existentes entre as pretensões imperiais dos Estados Unidos e o desenvolvimento capitalista: ou seja, entre a lógica da acumulação capitalista e a lógica política e territorial dos Estados – nações. Entretanto, a interpretação de Benjamin Cohen sobre a expansão imperialista caminha em sentido contrário conferindo primazia aos aspectos políticos. Esse é o assunto da próxima seção.

5.1.1 A crítica de Benjamin Cohen

Uma importante objeção a interpretação econômica do imperialismo foi desenvolvida por Benjamin Cohen em *A questão do imperialismo: a economia política da dominação e dependência*. Cohen rejeita as teses que conferem à primazia aos fatores econômicos na explicação do imperialismo. Em sua interpretação, a expansão imperialista é causada essencialmente por fatores de natureza política.

Segundo Cohen, inicialmente, o termo imperialismo estava ligado à palavra latina *imperator* e era associado às ideias de poder imperial, governo fortemente centralizado e métodos despóticos de administração. Na época moderna, esse conceito

⁹⁶ HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 1.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p.122-3. Título original *The New Imperialism* (2003).

foi usado pioneiramente na França, durante a década de 1830, como rótulo para as ideias dos partidários do Antigo Império Napoleônico. No fim do século XIX, o termo era estritamente reservado ao colonialismo das potências marítimas. No começo do século XX, com as críticas do capitalismo formuladas pelo liberal John Atkinson Hobson e os teóricos marxistas, passou-se a dar maior ênfase às forças e motivações econômicas (formas mais complexas de penetração econômica e de domínio de mercado, fontes de abastecimento e oportunidades de investimento) do que as relações políticas diretas.

Na visão de Benjamin Cohen, o imperialismo refere-se a relações internacionais entre nações. Estas últimas são entendidas como grupos históricos, coletividades sociais, que se desenvolveram e continuam a mostrar um forte sentimento de grupo ou de homogeneidade (sentimentos de coesão, separação e identidade). Entretanto, as nações não são atores unitários. Os governos não são os únicos participantes nas atividades mundiais. Os cidadãos, grupos, organizações e empresas também se envolvem nas relações internacionais. Dessa forma, a palavra imperialismo não pode se referir a todas as relações entre nações. O imperialismo refere-se especificamente àquele tipo de relações internacionais caracterizadas por relações assimétricas: as relações de dominação e dependência porque as nações são essencialmente desiguais, segundo Cohen.

O imperialismo refere-se não só a forma de dominação, mas também a força ou forças que ocasionam e mantêm determinada relação. Como definição, o imperialismo é indiferente às variações de tais formas e forças. Por exemplo, dada a existência das desigualdades internacionais e a interação de grupos e organizações específicas, o controle imperial pode ser imposto diretamente ou pode ser realizado indiretamente. Do mesmo modo, os fatores podem ser de natureza econômica ou podem ser a busca da influência ou poder político, ou o domínio sobre postos avançados. Em suma, o imperialismo refere-se a qualquer relação de dominação ou controle efetivo, político ou econômico, direto ou indireto, de uma nação sobre outra.

O erro da interpretação econômica do imperialismo, segundo Benjamin Cohen, decorre do fato delas se basearem na tendência declinante da taxa de lucro nas economias desenvolvidas, a qual se baseia em duas hipóteses: (i) a tese do subconsumo; e (2) a tese do aumento da composição orgânica do capital. Segundo Cohen, esse tipo de interpretação vê a expansão imperialista como solução para os problemas criados pelo desenvolvimento capitalista.

Benjamin Cohen rejeita essa interpretação e argumenta que a causa deve ser encontrada no desenvolvimento do sistema político. Ou seja, as disputas políticas em torno do poder dos Estados na Europa foram a causa principal e os fatores econômicos derivaram dos conflitos visando a supremacia de cada nação no plano das relações políticas internacionais.

Em suma, a raiz principal do imperialismo, segundo Cohen, é a organização anárquica do sistema interestatal: as nações cedem às tentações de dominação porque são levadas a maximizar a sua posição individual de poder. Isso deriva do fato de que estão preocupadas com o problema da segurança nacional. A lógica do domínio deriva diretamente da existência de soberanias nacionais concorrentes. O imperialismo decorre dos defeitos da organização externa dos Estados.

Benjamin Cohen não explica o porquê que o sistema interestatal é caracterizado por uma estrutura anárquica e ele toma as desigualdades entre os países como um fato dado, sem analisar suas causas. As desigualdades estruturais existentes entre os Estados devem ser explicadas à luz dos fatos históricos. Além disso, é necessário o estudo dos mecanismos que geram e perpetuam essas assimetrias. Na próxima seção, faz-se a análise das forças motrizes do subdesenvolvimento econômico e da repercussão do imperialismo sobre a estrutura social, política e econômica dos países subdesenvolvidos.

5.2 IMPERIALISMO E SUBDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A análise do imperialismo em qualquer fase de sua história requer o reconhecimento de que o sistema interestatal é caracterizado por uma estrutura hierárquica: ou seja, marcado por relações de dominação e de exploração econômica dos Estados mais poderosos do ponto vista econômico, financeiro e militar sobre os Estados mais pobres. Segundo Andrew Gunder Frank, em *O desenvolvimento do subdesenvolvimento* a ignorância sobre a história econômica dos países em geral, em particular, sobre a história dos países periféricos leva a equívocos nas análises sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento econômicos.

Andrew Gunder Frank argumenta que geralmente se ignoram as relações desiguais e combinadas estabelecidas entre os países centrais e os países periféricos nas

análises econômicas. Dessa forma, acredita-se que o desenvolvimento econômico ocorre numa sucessão de etapas pré-definidas. Segundo essas formulações, os países subdesenvolvidos estariam em uma fase original da história. Por sua vez, os países desenvolvidos já teriam ultrapassado todas as etapas, o que explicaria sua prosperidade material. O subdesenvolvimento de um país também é compreendido como resultado de suas próprias estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais, que são consideradas como arcaicas.

Por conseguinte, recomenda-se como solução para os problemas gerados pelo subdesenvolvimento econômico a difusão nos países pobres e em suas regiões mais atrasadas dos capitais, instituições e valores oriundos dos países centrais do capitalismo. Segundo, Andrew Gunder Frank tais análises enxergam nos países subdesenvolvidos a existência de sociedades e de economias duais. Por um lado, existe a parte capitalista, moderna e relativamente desenvolvida justamente por causa do contato com o mundo capitalista. Por outro lado, a parte atrasada que é isolada, baseada numa economia de subsistência, feudal ou pré-capitalista. Para Frank, somente a ruptura dessas relações pode estimular o desenvolvimento econômico desses países.

Na interpretação desenvolvida por Gunder Frank, tanto a parte progressista como a parte mais atrasada dos países subdesenvolvidos são produtos históricos do desenvolvimento do capitalismo em escala internacional. Segundo Frank, as evidências históricas contradizem as teses de que o subdesenvolvimento da América Latina é causado pela existência de sociedades duais nesses países. Em suma, o subdesenvolvimento econômico não é causado pela existência ou sobrevivência de instituições arcaicas, e à escassez de capital em regiões que permaneceram isoladas dos fluxos financeiros, econômicos na história mundial. Pelo contrário, o subdesenvolvimento foi e é gerado pelo mesmo processo histórico que gerou também o desenvolvimento econômico nos países centrais do capitalismo.

Ao afirmar que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento econômicos dos países são produtos históricos do desenvolvimento capitalista e que eles se alimentam reciprocamente, Frank lança mão das seguintes hipóteses: (1) em contraste com o desenvolvimento das metrópoles mundiais, o desenvolvimento das metrópoles nacionais e locais subordinadas é limitado pela sua condição de satélites; (2) os satélites experimentam maior desenvolvimento econômico, especialmente seu desenvolvimento industrial quando os laços com as metrópoles se afrouxam. Entretanto, quando as relações são restabelecidas o desenvolvimento das áreas subdesenvolvidas é bloqueado;

(3) as regiões mais subdesenvolvidas e aparentemente feudais são as que no passado tiveram laços mais estreitos com as metrópoles; (4) o latifúndio das regiões mais subdesenvolvidas nasceu como uma empresa comercial destinada a fornecer produtos primários ao mercado mundial, ou seja, como produto do desenvolvimento histórico do capitalismo; (5) os latifúndios que hoje se encontram isolados, baseados numa economia de subsistência e aparentemente feudal são os que pereceram frente à queda na procura mundial pelos seus produtos e são encontrados, principalmente, nas antigas regiões exportadoras agrícolas e mineiras.

Observe-se que as hipóteses 3, 4 e 5 invalidam as teses que afirmam que o subdesenvolvimento econômico é produto da existência de um setor atrasado nesses países, baseado numa economia de subsistência e completamente isolado do mundo capitalista: ou seja, sem os capitais, as instituições e os valores dos países capitalistas desenvolvidos. O corolário da tese desenvolvida por Andrew Gunder Frank é que a expansão imperialista dos países centrais atua como obstáculo ao pleno desenvolvimento dos países periféricos e é responsável pela consolidação, perpetuação e ampliação das disparidades existentes entre os elementos constituintes do sistema interestatal.

O subdesenvolvimento econômico também foi alvo das reflexões desenvolvidas por Celso Furtado em *O mito do desenvolvimento econômico*. Segundo Furtado, em meados do século XIX, as transformações ocorridas no capitalismo ocorreram em dois sentidos: (i) uma considerável acumulação de capital nos sistemas produtivos; (ii) a intensificação do intercâmbio internacional. O resultado foi a geração de um fluxo crescente de excedente econômico devido ao acréscimo da produtividade social do trabalho. Esse acréscimo no excedente foi utilizado para intensificar a acumulação capitalista, para o financiamento da ampliação e diversificação dos consumos privado e público.

Na visão de Furtado, o desenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento econômico são causados pela orientação distinta dada à utilização do excedente econômico decorrente do incremento da produtividade social do trabalho. A operacionalização das empresas industriais tende a concentrar o excedente em poucas mãos e a conservá-lo sob o poder dos industriais. Por sua vez, o capital aplicado na indústria renova-se constantemente abrindo espaço para o desenvolvimento tecnológico. Por conseguinte, o sistema industrial cresce impulsionado por suas próprias forças com a condição de que haja demanda efetiva.

Celso Furtado cita três fases na evolução do capitalismo industrial. Na primeira, a maior parte do excedente econômico foi canalizado para a Inglaterra. Esse país promoveu e consolidou a estruturação da divisão internacional do trabalho com o apoio da praça financeira de Londres. O resultado foi a concentração geográfica do processo de acumulação de capital pelo seguinte motivo: as economias externas e de escala tendem a concentrar as atividades industriais. Na segunda fase, houve a reação contra o domínio inglês através da consolidação dos sistemas econômicos nacionais nos países restantes pertencentes do centro do capitalismo mundial. Nela, a acumulação capitalista continua concentrada no centro, mas agora este é formado por um grupo de economias concorrentes e com graus distintos de industrialização. A terceira fase caracterizou-se pela rápida industrialização da periferia capitalista, sob a direção das empresas sediadas nos países centrais, a partir da Segunda Guerra mundial. Dessa forma, foi reforçado nesses países a tendência a reprodução dos padrões de consumo dos países desenvolvidos, o que ocasionou a concentração de renda.

A especificidade do processo de industrialização na periferia é de que ele reproduz os padrões de consumo (mimetismo cultural) dos países centrais. No entanto, ele não se baseia nos fluxos de novos produtos e na elevação dos salários reais que permitem a expansão do consumo de massa. Ou seja, nos países periféricos o desenvolvimento industrial provoca crescente concentração da renda nacional. Segundo Celso Furtado, entre as décadas de 1950 e 1970, o desenvolvimento capitalista caracterizou-se pelo aumento das disparidades entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos e um fosso considerável nas nações periféricas entre uma minoria privilegiada e as grandes massas da população.

A especificidade do subdesenvolvimento econômico é de que a tecnologia incorporada aos bens importados não se relaciona com o nível de acumulação interno dessas economias, mas com o perfil da demanda do setor mais dinâmico da sociedade. Isso é condicionado pela dependência cultural. Essa adoção de novas tecnologias cria condições para que os salários se mantenham extremamente baixos. Por conseguinte, o subdesenvolvimento está ligado a formas de comportamento condicionadas pela dependência cultural. Em suma, na análise furtadiana as desigualdades estruturais entre os países centrais e os países periféricos tornam-se sistema geral na fase imperialista do capital.

Paul Baran chega a conclusão semelhante em seu livro *A Economia Política do Desenvolvimento*. Segundo ele, o imperialismo retarda ou mesmo impede o

desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos, conforme ilustra a seguinte passagem:

Devemos reconhecer, entretanto, que tanto o próprio imperialismo quanto o seu *modus operandi* e roupagens ideológicas não são hoje exatamente o que eram há cinquenta ou cem anos. Da mesma maneira como a pilhagem cedeu lugar ao estabelecimento de um comércio organizado com os países subdesenvolvidos, no qual o saque foi racionalizado e se transformou em rotina graças a um mecanismo de relações contratuais impecavelmente “corretas”, assim também o funcionamento bem ajustado do comércio evoluiu para o moderno sistema imperialista de exploração, ainda mais adiantado e mais racional. À semelhança de todos os outros fenômenos historicamente mutáveis, a forma contemporânea do imperialismo contém e preserva todas as suas características primitivas, elevando-as, contudo, a outro nível. A característica principal do imperialismo dos dias presentes é que ele agora já não se contenta mais com a rápida obtenção de grandes lucros esporádicos nos territórios que domina, ou com a simples manutenção de um fluxo regular desses lucros, por meio um período mais ou menos longo. Impulsionado por uma empresa monopolística bem organizada e racionalmente dirigida, o imperialismo tem hoje, como escopo, a perpetuação dessa corrente de lucros. Descobre-se, assim, o objetivo fundamental do imperialismo em nossa época: impedir ou, se isso for impossível, retardar e controlar o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos.⁹⁷

No contexto da globalização financeira, esse quadro geral não muda. A atuação dos oligopólios nos países subdesenvolvidos não traz vantagens para essas economias. A política oligopolista é diferente no centro e na periferia do sistema. Como comentou certo analista, “todo centro tem sua periferia enquanto centro; e toda periferia tem seu centro enquanto periferia”. Isto quer dizer que o centro se divide em centro e periferia; e a periferia se divide enquanto periferia e centro. Na Comunidade Europeia, por exemplo, Portugal e Grécia são periferia da Alemanha e da França. No entanto, na África, Portugal e Grécia são centro em relação, por exemplo, a Moçambique e Etiópia. Os oligopólios como elementos da ação do capital financeiro não exercem a mesma política monetária no centro e na periferia. Um oligopólio adota a política monetária que lhe convém para ecletizar sua atividade, apossando-se de vasto patrimônio, capaz de assegurar a elevação ou a manutenção de sua taxa média de lucro.

⁹⁷ BARAN, Paul A. *A Economia Política do Desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Coleção Os Economistas, p.178-9. Título original *The Political Economy Growth*.

Esta política monetária é assegurada pela adoção do enfoque monetário do balanço de pagamentos e a utilização das vantagens cambiais que o mesmo enfoque costuma prodigalizar aos vencedores. Em primeiro lugar, o oligopólio na economia local, maximiza a elevação dos preços, não só utilizando a tecnologia mais avançada para reduzir custos, como aplicando os preços mais elevados existentes no ramo de atividade, que permitam a existência de empresas mais atrasadas. Estas quais, por esse meio “antioligopolista” logram sobreviver e se manter em atividade. Em segundo lugar, nesse ponto, o monopólio é exercido pelo conluio dos oligopólios que ali se fizeram presentes, de duas formas paralelas: (i) ou o oligopólio se torna sócio formal da empresa “atrasada” e a mantém no mercado sem introduzir nova tecnologia; e/ou (ii) ao estabelecer o monopólio, não se apossando patrimonialmente de tal empresa, fixa ali a percentagem ótima de mercado que a ela deve caber, para sustentar os preços no máximo e, se possível, ainda elevá-los. Essa política oligopolista não raro é acompanhada de porta-vozes na imprensa e no parlamento quanto à “defesa do setor nacional”, “reserva nacional de mercado”, etc.

A constante elevação dos preços eleva a inflação no mercado local e provoca a perda de competitividade, particularmente externa, o que transforma o setor em questão, no plano internacional, em simples “cadáver” nas mãos do oligopolismo triunfante. Veja-se a propósito a indústria automobilística do Mercosul. Fracassada a potencialidade das exportações, o monopólio pode organizar como lhe convém o aumento das importações, assumindo o conjunto dos monopólios praticamente o controle da política cambial local. Recorde-se que a política geral dos monopólios, sua estratégia, é a reorganização de sua capacidade produtiva e lucrativa em escala mundial, e não nos EUA, na Alemanha, ou no México.

Ao “otimizar” ou “maximizar” a exploração de seu mercado global, cada oligopólio, ou um certo conjunto de monopólios, opera uma nova divisão do trabalho que lhe é interna, avançada e complexa, dentro da divisão internacional do trabalho. A elevação das importações na economia local (periférica) ressalta o papel importador dos oligopólios, seu laço cambial e financeiro com a metrópole, porque aumenta a demanda local por moeda estrangeira e a “necessidade” de câmbio “livre” ou “flexível” (fim do câmbio fixo, como o modelo de Bretton Woods). Recorde-se como a Indonésia tentou resistir, durante a crise asiática, em 1997-98, e como a derrota ali do câmbio fixo levou a queda de Suharto e à assunção do mercado local às políticas cambial e financeira do FMI (a serviço dos oligopólios externos). Com o controle do câmbio local pelo

oligopólio triunfante, a moeda local tende a se desvalorizar e o dólar norte-americano pode assumir ali o “valor de equilíbrio” que assegure: (a) maximizar as importações; (b) promover o nível adequado de desindustrialização; e (c) assegurar a transferência patrimonial da produção e dos serviços locais.

No Brasil, por exemplo, além da economia local “se beneficiar” de todas essas novas “vantagens”, o Banco Central ainda as reforça com uma política antiga do tempo do câmbio fixo, qual seja, a de vender dólares para assegurar o câmbio mais vantajoso na porta “de vai-vem”, para o capital parasitário no mercado financeiro. O capital externo nesse país possui mais de 600 bilhões no mercado financeiro, embora faça remessa regular de seus lucros (na verdade, possui o dobro das reservas do país). Assim, a quantidade de dinheiro em circulação não se reduz porque se tornou necessária ao controle monopolístico. Nessas condições, é evidente que a substituição do capital fixo, ou sua renovação, tem se transformado em função complementar do capital externo instalado em outras partes do mundo, e não um elemento da economia da população local.

A correlação das variáveis renda, preços, taxa de juros, de um lado, e o resultado do balanço de pagamentos e da manipulação da taxa de câmbio, de outro, leva a anulação da hipótese do crescimento autônomo da economia local no ambiente da estratégia de globalização. Revela, portanto, o vínculo entre esta estratégia e a expansão do capital financeiro, sendo de risco extremo para o capital industrial local e o desenvolvimento socioeconômico da periferia do sistema.

Do conjunto das observações feitas acima, observa-se que o imperialismo acentua as disparidades existentes entre os países e aumenta as desigualdades de renda e riqueza nos países periféricos. Isso ocorre porque a estrutura imperialista permite a organização de um sistema de dominação e de exploração econômica, que permite aos países desenvolvidos a apropriação do excedente econômico produzido pelo conjunto dos países subdesenvolvidos. Wilson do Nascimento Barbosa em seu artigo denominado *Uma teoria marxista dos ciclos econômicos*, chama a atenção para o fato de que para os teóricos da chamada nova esquerda⁹⁸ a exploração da periferia capitalista tem importância vital para o desenvolvimento econômico dos países imperialistas. Apesar de não ser um consenso entre os marxistas sobre a relativa importância que os

⁹⁸ Wilson do Nascimento Barbosa cita os seguintes autores: Emmanuel Arghiri, Rui Mauro Marini, Samir Amin, Harry Braverman, Paul Sweezy, etc.

países periféricos têm na reprodução global do capital nos países desenvolvidos, não há dúvidas quanto ao caráter de exploração dessas relações.

O importante a ser destacado nessas análises é que as assimetrias existentes entre os Estados nacionais não podem ser suprimidas enquanto a estrutura imperialista estiver intacta. No contexto atual, o mecanismo da dívida pública torna-se o principal meio de expropriação e de domínio dos países imperialistas sobre os países periféricos. O passo seguinte em nossa análise é o de mostrar as conexões existentes entre a expansão imperialista e o processo de financeirização da riqueza capitalista, isto é, o desenvolvimento das formas de valorização fictícia do capital. Esse é o aspecto a ser discutido na próxima seção.

5.3 IMPERIALISMO E FINANCEIRIZAÇÃO

Há um intenso debate no campo marxista sobre a financeirização da economia capitalista e o seu caráter, ou seja, se ela é um fenômeno conjuntural ou estrutural. A globalização financeira, a deterioração resultante no ambiente macroeconômico e o agravamento da questão social foram acompanhadas pela perda da capacidade dos Estados nacionais de regularem suas economias. Essas circunstâncias parecem confirmar as teses que interpretam a financeirização da riqueza capitalista como sintoma de enfermidades e de deformação no funcionamento dos mercados.

Nesse tipo de leitura, o descolamento da esfera financeira em relação a economia real parece ser oriundo de práticas “imorais” e criminosas praticadas pelo capital financeiro. Por conseguinte, o predomínio das formas de valorização financeira propiciado pelo desenvolvimento do sistema de crédito prejudica a acumulação produtiva, ao invés de contribuir para o desenvolvimento industrial e a geração de empregos, mas não modifica estruturalmente a economia capitalista. Entretanto, a ideia defendida nesse trabalho é de que a financeirização é elemento estrutural e sistêmico da economia capitalista mundial na atualidade.

O predomínio das formas de valorização fictícia do capital na atualidade só pode ser compreendido, a partir do exame dos acontecimentos históricos e das medidas adotadas pelos governos mais poderosos em termos de política macroeconômica, desde o esgotamento do compromisso keynesiano/fordista. Portanto, o objetivo nessa seção é

mostrar os nexos existentes entre a expansão imperialista e o processo de financeirização da riqueza capitalista.

Gérard Duménil e Dominique Lévy em *A finança mundializada* argumentam que a fase atual do desenvolvimento capitalista (o neoliberalismo) corresponde ao retorno do poder das finanças depois da perda de sua hegemonia, entre as décadas de 1950 e 1960. Segundo eles, a finança corresponde a fração superior das classes capitalistas e o conjunto das instituições onde se concentra sua capacidade de ação. Além disso, o seu poder é exercido por meio de compromissos estabelecidos com outras frações das classes dominantes e alguns segmentos de outras classes (por exemplo, as classes médias). Esse conjunto de compromissos é o que Duménil e Lévy sintetizam no conceito de configurações de poder.

O neoliberalismo, na visão de Gérard Duménil e Dominique Lévy, não surgiu como obra do acaso. Ele foi fruto de uma longa luta de classes. Seu surgimento explica o predomínio das formas de valorização financeira no modo de produção capitalista na atualidade porque ele representou a reafirmação do poder dos proprietários acionistas das sociedades anônimas. O poder dessa espécie de proprietários se concentra nas instituições financeiras: ele pode ser expresso por meio de uma *holding* financeira ou por meio de um banco central, por exemplo. A origem do neoliberalismo pode ser ilustrada como na passagem, a seguir:

O neoliberalismo nasceu de uma luta de classes de grande envergadura em que a finança, reprimida depois da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, reafirma progressivamente sua preponderância e volta a ser dominante na transição dos anos 70 e 80. Apesar do caráter político e social dessa luta, as circunstâncias econômicas desempenham um papel fundamental. A finança tira partido da crise da instabilidade macroeconômica (a sucessão de aquecimentos e recessões, o crescimento do desemprego e da inflação acumulativa não puderam ser vencidos pelas políticas keynesianas de reativação da economia, que foram provadas ao longo das décadas anteriores. O problema era de outra natureza: a crise estrutural resultava de uma queda gradual da taxa de lucro nos principais países capitalistas desenvolvidos, mais ou menos desde os anos 60.⁹⁹

⁹⁹ CHESNAIS, François (Org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005, p. 89. Título original *La finance mondialisée: racines sociales et politiques, configuration, conséquences* (2004).

Essa interpretação deixa claro que os interesses dos proprietários do capital acionário estiveram por detrás das modificações introduzidas no capitalismo em sua fase neoliberal. Gérard Duménil e Dominique Lévy chamam a atenção para um acontecimento crucial: a decisão do *Federal Reserve* (FED) de elevar a taxa de juros para o “combate” à inflação. Essa decisão unilateral tomada pelos Estados Unidos é o que os dois autores chamam de o golpe de 1979 (violência política). A partir daí, estabeleceu-se a ditadura dos proprietários do capital monetário. As medidas posteriores deixaram claro as mudanças nas prioridades da política estatal em relação ao que ocorreu no período pós-guerra: (i) controle de salários; (ii) ataque aos sistemas de proteção social; (iii) aumento do desemprego; (iv) baixo crescimento econômico, e etc.

Gérard Duménil e Dominique Lévy observam que nas décadas neoliberais, os fluxos de renda tornaram-se favoráveis as classes proprietárias, bem como a distribuição de juros e dividendos aos credores e acionistas das grandes empresas cresceu consideravelmente. Em suma, a financeirização não pode ser interpretada como fator de debilidade do capitalismo, mas sim como expressão do fortalecimento do poder político e econômico da aristocracia financeira no período neoliberal. No sistema interestatal, o desenvolvimento da financeirização ocasiona a formação de Estados usurários. Esse processo tem se acelerado nos Estados Unidos devido a sua posição como centro capitalista dominante. Entretanto, esse aspecto tem sido erroneamente interpretado como sintoma da perda gradativa de sua hegemonia. A investigação feita, a seguir, mostrará exatamente o contrário.

As análises que interpretam a financeirização como sintoma de deformações ou de enfermidades presentes no modo de produção capitalista apontam o endividamento externo da economia norte-americana como indício da perda relativa de seu poder. Para esse conjunto de analistas, a hegemonia dos Estados Unidos está ameaçada devido ao crescente endividamento de sua economia e a perda de competitividade de seu setor industrial. Claudio Katz em artigo seminal denominado *Discusiones sobre el declive de Estados Unidos* aponta os equívocos que acompanham esses estudos e os motivos que alimentam tais ilusões.

Na opinião de Katz, essas abordagens (que ele denomina de teorias da declinação) caem no erro de analisar a economia dos EUA numa perspectiva comparativa em relação a outros países esquecendo-se do papel primordial que o Império Americano exerce na reprodução do capital em nível global. Essa centralidade se verifica no domínio das finanças estadunidenses pelos seguintes motivos: (a) apesar

de o dólar ter perdido seu reinado no mundo nenhuma outra moeda se apresenta como substituta e ele continua sendo o refúgio mais procurado em tempos de crises econômicas. Por outro lado, o endividamento externo do país é sustentado por várias potências exportadoras; (b) a perda de competitividade da indústria estadunidense em seu território é compensada pela internacionalização de suas empresas. Esses aspectos são omitidos pela teoria da declinação que também ignora a liderança tecnológica dos EUA; (c) a perda de poderio militar dos Estados Unidos também não se verifica; (d) a tentativa dos EUA de desenvolver modalidades de gestão globalizada ressalta a incoerência de avaliar seu domínio com base em parâmetros comparativos nacionais. Katz analisa cada um desses elementos separadamente.

Os argumentos mais utilizados pelos teóricos do declínio do Império Americano, segundo Katz, são aqueles que destacam a regressão econômica dos EUA. Nessas análises, destaca-se sempre a perda da superioridade econômica obtida no pós-guerra. A inconvertibilidade do dólar acentuou a deterioração dos EUA frente à Europa e ao Japão e foi aprofundada também pelas duas últimas décadas de crescimento acelerado da China. Os sintomas estão na retirada da produção industrial estadunidense, que se expressa pela queda na produtividade, obsolescência da estrutura manufatureira e na desindustrialização.

Outro aspecto que se destaca é o retrocesso do dólar. A perda do direito de *seigniorage* é vista como um processo irreversível. Por outro lado, supõe-se que outras moedas (euro, yen ou yuan) ou uma cesta de moedas podem substituí-lo como equivalente geral da economia para a realização das transações internacionais. A substituição do dólar por outra moeda é associada com a transformação dos EUA de credor mundial em devedor (o país depende cada vez mais dos fluxos externos de capitais para pagar o serviço de sua dívida pública).

Claudio Katz defende que nenhum dos países desenvolvidos cumpre o papel político-militar que os EUA têm na manutenção do sistema capitalista. Uma análise centrada na competição pura e simples entre os países desenvolvidos era válida somente no final do século XIX, mas não atualmente. A internacionalização da economia capitalista associada à integração mundial dos capitais e ao incremento qualitativo na gravitação entre as empresas transnacionais modificaram o velho cenário da competição imperialista. Nesse novo contexto, os Estados Unidos desempenham um papel decisivo na organização da economia mundial.

A centralidade dos EUA se verifica, sobretudo, no plano financeiro na interpretação de Katz. A hegemonia dos bancos estadunidenses continua sendo a marca da mundialização contemporânea. E esse é um fato que tem que ser levado em consideração nas análises sobre a hegemonia dos EUA. O dólar apesar da ausência de um lastro real na atualidade ainda não perdeu a hegemonia frente a outras moedas como o equivalente geral da economia. A crise financeira de 2008 demonstrou a validade dessa assertiva, pois o dólar foi o principal refúgio frente ao colapso nos bancos estadunidenses.

Os Estados Unidos procuram conciliar dois objetivos contraditórios na manutenção da hegemonia do dólar. Ou seja, esse país busca manejar a desvalorização do dólar para reduzir seu déficit comercial sem afetar a entrada de capitais no país. Por outro lado, seus competidores potenciais procuram não eliminar a gravitação em torno do dólar, mas apenas amenizar sua supremacia monetária. Os rivais dos norte-americanos procuram novas formas de associação e não de confrontação com os EUA. Por meio do financiamento do déficit comercial dos EUA, os demais países avançados podem continuar a venda de seus produtos ao mercado norte-americano. A atitude recente da China durante a crise financeira de 2008 em continuar financiando o consumismo norte-americano demonstra o interesse na sustentação desse mercado.

A análise do endividamento externo norte-americano não pode ser baseada apenas na posição contábil adversa desse país, mas também tem que se levar em consideração a função mobilizadora que tem esse desequilíbrio sobre os fluxos internacionais de capitais e de mercadorias. A queda ano após ano da produção industrial dos EUA decorre do avanço de seus competidores e da localização externa de suas empresas. A magnitude do retrocesso é mais discutível quando se traça um contraponto com os velhos rivais da Tríade. Nesse contraste, a taxa de crescimento dos EUA não há sido inferior em relação as taxas verificadas na Europa e no Japão. A produtividade nos setores mais estratégicos supera a produtividade dessas duas regiões, bem como os gastos em investimentos, desenvolvimento e as taxas de lucros.

No caso do desempenho industrial estadunidense não se pode avaliá-lo com base apenas em parâmetros nacionais comparativos. Diferentemente do passado, o índice de internacionalização das empresas norte-americanas é elevado. Apesar de essas empresas operarem no exterior, elas continuam sob o comando dos EUA remetendo lucros a matriz estadunidense e formando parte de um dispositivo fabril globalizado. O

descolamento de uma fábrica para o exterior não pode ser interpretado como a exportação da prosperidade para o país receptor à custa dos EUA.

Segundo Claudio Katz, os teóricos do declínio dos EUA reconhecem a internacionalização das empresas desse país, mas a consideram como um sintoma da perda do poder territorial dos Estados Unidos. Porém, a internacionalização da produção segue pautas desenvolvidas por uma gestão globalizada que se elaboram nas matrizes das empresas. Katz considera esse processo como uma reorganização bem mais complexa do processo produtivo do que a simples desindustrialização, como sugerem os teóricos da declinação. Significativo nesse aspecto são os aumentos das remessas de lucros do exterior às matrizes pelas firmas que operam no estrangeiro.

Por outro lado, tem havido uma crescente segmentação na indústria norte-americana como resultado do processo de internacionalização de suas empresas. As empresas que operam internacionalmente têm expandido e as que atuam somente a nível local têm sofrido grandes retrocessos. A consequência disso é a recuperação de setores que trabalham com tecnologia de ponta e o retrocesso de setores ligados ao mercado interno. Os analistas da declinação ignoram os efeitos criados pela complexa e contraditória reorganização da indústria estadunidense. Esses fatos são omitidos em seus estudos. Ou seja, entendem a reestruturação como uma prova do declínio americano, mas ignoram a mundialização em curso.

A liderança tecnológica dos EUA contrasta com a tese da declinação, pois em toda a história do capitalismo os países que encabeçaram revoluções tecnológicas sempre tiveram um lugar preponderante na hierarquia internacional, segundo Katz. Os defensores da tese da declinação destacam não somente a regressão econômica dos EUA, mas também a impotência de seu poderio militar, que começou com a Guerra do Vietnã e culminou com o fracasso no Iraque. Sustenta-se que os últimos 40 anos foram de contínuas frustrações em conflitos orquestrados pelo Pentágono em guerras parciais (Nicarágua, Angola, Afeganistão, Camboja), bem como em operações contra inimigos insignificantes (Granada, Panamá), as ações de hostilidades aéreas (Líbia nos anos 1980) e as missões de coerção policial (Kosovo e Iugoslávia). Supõe-se que esses tropeços facilitaram os desafios dos países do Terceiro Mundo (como o encarecimento dos preços do petróleo) e as insolências do Irã e do Iraque.

Claudio Katz observa que essas avaliações são extremamente unilaterais, pois não se podem caracterizar os últimos 40 anos marcados apenas por derrotas por parte do Pentágono. Além de derrotas, os EUA obtiveram vitórias significativas em conflitos

militares no exterior durante o pós-guerra e no período de hegemonia neoliberal. A consideração de resultados tão díspares em um conceito vago como o de “fracasso geral” leva a uma espécie de triunfalismo ingênuo. Isso não corresponde à realidade das duas últimas décadas da ofensiva neoliberal.

Por último, Claudio Katz demonstra que as guerras desencadeadas contra adversários frágeis não podem ser consideradas pelos teóricos da declinação como sinais da perda do poderio militar dos EUA, pois a questão a ser respondida deve ser a seguinte: Por que nenhum país desenvolvido diante da impotência militar dos EUA não procura confrontá-lo militarmente? Katz observa que os Estados Unidos ainda monopolizam metade dos gastos bélicos no mundo, mantêm suas redes de bases militares, controla a OTAN e supervisiona a proliferação atômica em todo o mundo.

Os teóricos da declinação apresentam os EUA, após a guerra do Iraque, como uma superpotência isolada, carente de poder e dos meios utilizados no passado. Entretanto, Katz observa que os Estados Unidos não atuam isolados como ficou demonstrado nas duas últimas décadas. Em suma, esse país atua frente a uma coalizão da Tríade, que se mantém sem mudanças.

As guerras desenvolvidas pelo Pentágono são financiadas pelo resto do mundo ao contrário da Inglaterra, que obtinha seus recursos extraindo tributos de seu antigo Império Colonial, sobretudo da Índia. Segundo Claudio Katz, essa circunstância aponta para o fato de que os EUA não desenvolvem apenas guerras hegemônicas (caso da Inglaterra), a serviço exclusivo de sua própria classe dominante, mas sim que cumpre um papel coletivo a serviço do sistema global de dominação.

Partindo dessa perspectiva, os autores da declinação entendem que as operações militares são movidas apenas por disputas inter – imperialistas, o que induz a pensar que os conflitos bélicos no exterior desenvolvidos pelos EUA são apenas para compensar a regressão econômica desse país buscando manter a sua hegemonia a qualquer custo. Na realidade, segundo Katz, observa-se na atualidade uma unanimidade imperial que não existia em princípios do século XX.

Essa dificuldade conduz a pensar que existe um raio de dominação manejável e outro que ultrapassa os limites de seu controle. Porém, o imperialismo contemporâneo não apresenta contornos geográficos precisos, pois os Estados Unidos dominam através de investimentos, associações e por intermédio das empresas transnacionais. Não se trata de um império territorial como Roma, mas sim de uma dominação sobre inúmeros países formalmente independentes. Apesar dos grandes custos e riscos envolvidos nessa

estratégia, a gestão coletiva de seu império assegura aos EUA todos os benefícios de exercer o comando da economia capitalista.

A intenção imperial dos EUA difere de todas as anteriores, pois não visa ampliar o seu domínio territorial à custa de seus rivais. Essa circunstância é fundamental para se superar a perspectiva nacional comparativa entre diferentes graus de supremacia e decadência. Ao invés de tentar conquistar todo o planeta para o seu próprio benefício, os EUA tentam construir uma forma de gestão imperial em escala global mediante a associação com outras potências numa espécie de imperialismo coletivo. Segundo Katz, os teóricos da declinação deveriam se indagar como funciona essa gestão globalizada e não se questionar sobre as diferenças nacionais entre concorrentes. Segundo ele, é difícil imaginar que a classe dominante estadunidense tenha tentado estabelecer um governo mundial, principalmente, com a ausência de um Estado global. Na verdade, eles patrocinaram inúmeras modalidades de gestão globalizada no plano econômico (FMI), no plano militar (ONU) e político (a Tríade).

Os teóricos da declinação como consequência de suas hipóteses procuram imaginar cenários de caos e anarquia que antecedem a substituição da hegemonia de um país por outro com a formação de uma nova coalização de interesses entre as potências imperialistas. Por outro lado, buscam elucidar ou prever o ritmo de queda da hegemonia dos EUA. Segundo Katz, esse tipo de análise se familiariza mais com as crenças do que com uma sólida reflexão historiográfica. Por fim, deve-se inverter a problemática da discussão sobre a decadência do Império Americano e explicar o seu contrário, qual seja: a continuada primazia de uma superpotência que é responsável pela proteção do capitalismo global. Vê-se que as críticas apontadas por Claudio Katz aos teóricos da declinação ilustram as fantasias decorrentes das análises que interpretam o endividamento externo como fator de enfraquecimento e não como elemento estrutural da economia norte-americana.

A pesquisa desenvolvida por Vitor Eduardo Schincariol em *Crescimento, flutuações e endividamento externo na economia dos Estados Unidos: 1980-2000* segue a mesma direção da análise desenvolvida por Claudio Katz. Segundo esse autor, o endividamento externo da economia norte-americana¹⁰⁰ foi a opção encontrada para

¹⁰⁰ Segundo Vitor Eduardo Schincariol, excluindo o IED, o endividamento externo dos EUA consiste: (1) na emissão de títulos da dívida externa do governo federal; (2) captação pelas empresas norte-americanas de recursos estrangeiros via emissão de bônus e ações; (3) pela atração de recursos pelo sistema financeiro mediante empréstimos.

contrabalançar a tendência a queda das taxas de lucros industriais do setor manufatureiro. Para sua compreensão, temos que seguir a linha de argumentação desenvolvida por Schincariol.

Com o advento do neoliberalismo, as estratégias das empresas multinacionais se diversificaram em favor de um (a) maior rearranjo em torno de áreas de integração econômica (UE, Nafta, MERCOSUL, etc.); (b) maior pressão pela abertura das economias periféricas; e (c) pela financeirização dos lucros como saída para a queda na acumulação dos setores industriais. No que tange a este último item, Vitor Schincariol apresenta os seguintes dados: as médias de crescimento do PIB entre 1964 e 1994 foram maiores do que as verificadas entre os anos de 1985 e 20005, ou seja, de 9,2% diminuiu para 5,6%, respectivamente. Em termos de variação do PIB, entre os anos de 1964 e 1984, o resultado obtido foi de 194%, enquanto que entre 1985 e 2005, a variação foi de 116%. Esses dados permitem ver a tendência para a estagnação do produto ou para a queda das taxas de lucro industriais na economia norte-americana, segundo Schincariol.

A diminuição no crescimento do produto está relacionada com a pressão negativa exercida nas taxas de lucro industriais. Vitor Schincariol enumera os seguintes subperíodos relativos ao comportamento das taxas de lucro do setor manufatureiro: (1) tendência ascendente (1955-1976); (2) crise entre 1977 e 1985; (3) recuperação parcial entre 1986 e 2001, mas sem repor as perdas parciais acumuladas no segundo período; (4) nova queda, a partir de 2001. No setor de serviços, o crescimento da massa de lucros foi maior do que o registrado nos setores industriais. Por outro lado, os setores financeiros e imobiliários apresentaram um desempenho econômico mais regular em comparação com a indústria e o setor de serviços. Após uma tendência cadente entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, o setor como um todo retoma lucratividade crescente e responde a crise do período anterior.

Por conseguinte, em sua análise Vitor Schincariol concluiu que o endividamento externo é o elemento estrutural para a continuidade do crescimento econômico, nas condições da diminuição relativa da formação do excedente pela tendência à queda dos investimentos produtivos. O corolário da tese desenvolvida por Schincariol é o seguinte: o endividamento da economia norte-americana não pode ser considerado como fator de debilidade, nem sintoma da “provável” perda de sua hegemonia no quadro das relações econômicas internacionais. Ou seja, em seu estudo o endividamento externo apresentou-se como opção de política econômica.

Vê-se que o parasitismo econômico, tal como descrito por Vladimir Ilitch Lênin em *O imperialismo: fase superior do capitalismo*, desenvolveu-se sobremaneira na economia norte-americana. Nesse país, cresceu o poder da oligarquia financeira, isto é, dos indivíduos que recebem seus rendimentos oriundos de títulos e aplicações financeiras, e que vivem completamente separados e alheios ao processo de produção material da riqueza. Isso nos permite elaborar o esboço de uma teoria do imperialismo, a qual será apresentada na próxima seção.

5.4 O DESENVOLVIMENTO DO PARASITISMO ECONÔMICO NOS EUA

Como observado anteriormente, a financeirização não pode ser interpretada como anomalia. Pelo contrário, trata-se de um resultado histórico decorrente de um processo de aperfeiçoamento das formas de apropriação do excedente econômico do modo de produção capitalista propiciada pelo surgimento das sociedades anônimas (com a consequente modificação nas relações de propriedade capitalista) e o desenvolvimento do sistema de crédito.

O que caracteriza essencialmente o imperialismo, na interpretação de Vladimir Ilitch Lênin, é o desenvolvimento do rentismo. Para a ilustração de sua tese, Lênin observa em *O imperialismo: fase superior do capitalismo* que o rendimento que a Grã-Bretanha obteve de seu comércio externo e com as colônias no ano de 1899 foi de cerca de 18 milhões de libras esterlinas, cifra conco vezes inferior ao rendimento que esse mesmo país obteve com o capital aplicado em outros países (aproximadamente 90 ou 100 milhões de libras esterlinas). Ou seja, quanto maior a importância relativa das receitas provenientes de empréstimos, dos juros e dividendos, das emissões e da especulação maior é a força do imperialismo.

O desenvolvimento do capital fictício no capitalismo hodierno tem como seu principal elemento de sustentação e fonte de propagação, o imperialismo norte-americano. Esse país tem assumido cada vez mais a aparência de um Estado – rentier ou Estado usurário devido ao fortalecimento de sua hegemonia com a extinção da antiga União Soviética.

Por conseguinte, o esboço de uma teoria do imperialismo na fase atual do desenvolvimento capitalista baseia-se no seguinte enunciado: o Estado – nação norte-americano canaliza para seus mercados financeiros, o excedente econômico produzido

mundialmente possibilitando a proliferação de práticas especulativas em seu interior. Em decorrência disso, acarreta o desenvolvimento do capital fictício. Diferentemente do capital portador de juros, em que a magnitude absoluta do juro guarda sempre relação com o montante de mais-valia produzida, a valorização dessa espécie de capital não guarda relação com o capital industrial que se encontra em funcionamento. Daí o processo de valorização do capital fictício liberta relativamente o capital dos limites impostos pela produção de mais-valia.

No contexto da financeirização, apesar do aumento do capital acumulado na economia norte-americana, eles têm sido canalizados crescentemente para os chamados investimentos em carteira em detrimento dos investimentos produtivos. A capitalização dos rendimentos (que possibilita a formação de capital fictício) serve de base para a criação dos mais diversos tipos de títulos de valor e desenvolvimento de transações financeiras (incluindo os títulos da dívida pública) contribuindo para o deslocamento crescente entre a esfera financeira e produtiva.

Com o desenvolvimento das operações do capital fictício (forma mais desenvolvida do capital portador de juros), os rendimentos auferidos pela aristocracia financeira tendem a romper constantemente os limites impostos pela produção de mais-valia. Esses rendimentos sempre se apresentam sob a forma monetária, ou seja, como capital que se valoriza por meio da fórmula $(D - D')$. O imperialismo sob a hegemonia dos Estados Unidos acelera o processo de desmaterialização do valor, através da constituição de um amplo espaço de valorização dos ativos financeiros e intensifica a crise nas atividades produtivas. O tratamento teórico mais aprofundado e também empírico desse esboço de tese será objeto de uma agenda de pesquisas futura.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contradição principal do modo de produção capitalista entre o caráter cada vez mais socializado da produção e a apropriação privada da riqueza na fase imperialista do capital é expressa nas sociedades anônimas pelo afastamento total dos proprietários acionistas em relação aos processos produtivos. Nelas, o capital está completamente separado do trabalho, pois todas as funções desempenhadas nas grandes empresas são atribuídas a trabalhadores assalariados, inclusive, as tarefas antes executadas pelos antigos proprietários de fábricas, tais como: gestão; supervisão; controle, e etc. Por isso, o rendimento dos proprietários acionistas assume sempre a forma de juros e dividendos nesse tipo de empresas.

Essa transformação nas relações de propriedade com o surgimento dos cartéis e trustes é importante porque os rendimentos dos acionistas são mera “recompensa” à propriedade do capital monetário. Portanto, os lucros auferidos por eles se apresentam como simples apropriação do trabalho alheio não pago. Ou seja, nas sociedades por ações a apropriação crescente da riqueza abstrata (o dinheiro) que é o único motivo que move as ações do capitalista individual realiza-se plenamente para os acionistas: os acionistas não têm interesse na produção de valores de uso, pois eles não participam diretamente do processo de reprodução material da riqueza. Do seu ponto de vista, seu capital se valoriza apenas sob a forma $D - D'$. Esse é o resultado do máximo desenvolvimento da produção capitalista. Por conseguinte, o capital transformado em capital financeiro cria uma barreira para o desenvolvimento ulterior das forças produtivas.

O capital parece estar encontrando os seus próprios limites como regulador do metabolismo social. Essa contradição é expressa pelo fato de que nas grandes empresas a composição orgânica do capital desenvolve-se sobremaneira devido a importância crescente do capital constante, sobretudo, do capital fixo. Com o decréscimo da participação relativa do capital variável nas sociedades anônimas, a regulação da produção material por intermédio do tempo de trabalho parece estar encontrando seus limites. Essa é uma discussão que não cabe nos limites propostos nessa pesquisa. No entanto, o desenvolvimento do capital especulativo parasitário parece ser consequência dessas barreiras impostas ao capital em seu movimento de autovalorização.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista em sua fase mais recente (1990-2010) é marcado pelo aprofundamento de todas as suas contradições. Nela, temos a consolidação da hegemonia do capital financeiro, mas, principalmente, do seu componente fictício. O neoliberalismo permitiu a reafirmação do poder dos proprietários acionistas, após o esgotamento do padrão de acumulação assentado na lógica keynesiano/fordista. Esse é um aspecto importante porque a financeirização, que é um elemento estrutural e sistêmico da economia mundial na atualidade, não decorre apenas das contradições do desenvolvimento capitalista, mas também tem um elemento político de sustentação: ela corresponde a um segundo período de hegemonia das finanças na história do imperialismo capitalista. Esse período levou ao acirramento dos conflitos entre o capital e o trabalho assalariado.

Na época de hegemonia do capital industrial, os interesses da classe trabalhadora podiam convergir momentaneamente com os interesses da burguesia, pois a ampliação da capacidade produtiva significava maiores oportunidades de emprego para os trabalhadores. Por sua vez, o período atual é caracterizado pelo desenvolvimento dos componentes rentistas e parasitários, que tem como consequência a deterioração do ambiente macroeconômico. A situação ainda é agravada pelo seguinte fato: em outros períodos históricos, as possibilidades de controle do movimento do capital no processo de acumulação existiam apesar de serem muito limitadas. Na etapa atual caracterizada pelo predomínio do capital fictício esse processo de controle é impossível, o que tornam inócuas as propostas de regulamentação do capital financeiro. E isso ocorre porque não há uma alternativa viável ao regime do capital na atualidade (1990-2010). Além disso, a aristocracia financeira exerce o domínio político do Estado.

Com o predomínio do capital fictício, a generalização das operações do capital portador de juros parece não mais auxiliar o desenvolvimento industrial. Essa crise se manifesta por meio de diminutas taxas de crescimento econômico, pela persistência de altas taxas de desemprego, pela crise fiscal dos Estados, etc. No mundo do trabalho, pela crise dos sindicatos e dos partidos políticos progressistas que não parecem encontrar uma resposta viável aos problemas que mais afligem a humanidade atualmente. Por outro lado, o desemprego estrutural e a precarização do trabalho atingem consideravelmente e negativamente a classe trabalhadora. O aumento da miséria em todo o mundo é outro sinal da grande gravidade da situação atual.

A dinâmica do desenvolvimento do capital parasitário arrasta invariavelmente todos os setores econômicos e sociais para a lógica da especulação financeira. No plano

da política governamental, isso se expressa pela prioridade conferida às altas taxas de juros e ao controle da inflação em detrimento do crescimento econômico e da geração de empregos. Essa circunstância tem alimentado a oposição entre a lógica produtiva e a lógica financeira em vários países. Porém, cada vez mais as empresas produtivas têm deslocado parte de suas atividades para a especulação nos mercados financeiros internacionais. Isso tem acentuado o divórcio entre a esfera financeira e a esfera produtiva da economia. O descolamento crescente entre as duas esferas acentua ainda mais a possibilidade de ocorrência de crises financeiras. O episódio mais significativo foi à eclosão da crise financeira internacional de 2008 no centro do sistema capitalista internacional, os EUA.

O embrião de todos esses conflitos está na contradição entre valor de uso e valor imanente a mercadoria individual. O desenvolvimento do capital financeiro subverte todos os valores éticos e morais e coloca toda a sociedade sob o jugo da lógica da acumulação e do lucro. Estamos, é certo, em um tipo de economia que vê a produção de armas nucleares como “crescimento da economia”. Esta maneira de pensar legaliza como elemento positivo o capital financeiro e torna a “racionalidade” do oligopólio um elemento necessário e otimizador da economia.

Dentro da “racionalidade” do oligopólio, não faz sentido inquirir da população de um país, mesmo dos países centrais, o que seja bem-estar, ou para que tipo de bem-estar tal população deseja apontar seus esforços. Não há – é evidente – respostas quantitativas para semelhante inquirição, porque na ótica da economia atual, que é a ótica do oligopólio, somente as transações que resultam em movimento monetário, e que podem ser quantificadas, geram bem-estar ou produção econômica.

Semelhante perspectiva exclui qualquer hipótese de planejamento que leve em consideração algo que não seja a taxa de lucro ou a massa de lucro. Tudo deve, pois, ser reduzido a capital – inclusive o saber, a saúde, a educação – para ser quantificado. Tudo deve ser tornado mercadoria e depois vendido com lucro. Daí que o oligopólio, como expressão mais positiva do capital financeiro, “um filho que sempre reproduz o pai” esteja com seu processo de ‘racionalização’ no movimento das crises monetárias que se sucedem, e que devem se transformar sempre em crises financeiras, em crises fiscais, e desta forma serem repassadas como custo para o conjunto da sociedade. Se nos começos da produção em massa, Adam Smith podia considerar milagrosa a complexidade crescente da produção e elaborar a metonímia da “mão invisível”, hoje a mão que tornou-se visível visa apenas o acrescentamento do que contraria a lógica, reproduzindo

ao infinito os meios de destruição e a miséria humana como necessidade do lucro máximo.

Seguimos, pois, asfixiados pela nossa pasmação inicial, de que, sendo os salários uma variável dependente e a acumulação do capital uma variável independente, os salários só podem se explicar pelo acrescentamento do capital e tal acrescentamento sofre um movimento expansivo dúbio, efetivo num plano, e aparente no outro. Como relação social, deve incorporar mais trabalhadores para ser gerado e multiplicado. Como expressão acumulada quantitativa, deve eliminá-los para se preservar. Do entrejogo, lança-se a carta falsa no baralho, a possibilidade de se acumular enquanto negação de si mesmo, enquanto capital fictício. A sua negatividade se manifesta no plano concreto como um movimento de negação produtiva: (1) como mercado de capitais; e (2) como mercado de dinheiro. Seja (1) ao vender-se como promessa de ganhos futuros (bolsa), seja (2) ao vender-se como comprometimento para produzir lucros sobre a produção (bancos), as duas condições convergem e tendem a se neutralizar, porque a produção efetiva não pode recompensar os desejos de saque sobre o futuro.

As atividades produtivas vêm-se na obrigação de gerar sempre inovações, tecnologias novas devem ser criadas em tal extensão que tornem obsoleta a estrutura produtiva que recém se começou a montar. A situação assume contornos de desespero: não se sabe se “estamos” na terceira ou já na quarta revolução industrial. Nas praças, faltam bancos para se sentar e segurança pública para nelas se estar, no entanto, os novos bens e serviços devem ser imediatamente adquiridos pelas famílias. Como a renda real das famílias decresce, vítimas elas do ciclo anterior do processo reprodutivo, o novo crédito deverá garantir as compras necessárias à atual refinanciação do ciclo e acumulação do capital (para “repor” o capital físico que moralmente envelheceu, ou deveria ser usado para isso).

Nesta corrida desesperada contra si mesmo, o capital oligopolista necessita da canalização da corrente monetária da renda das famílias, cujas “necessidades” foram “satisfeitas” pela demanda do momento anterior. Tais rendas apropriadas enquanto custos e lucros pelas empresas que ofertaram a produção realizada, dirigem-se de novo para o mercado de fatores, com vistas a financiar a nova produção, sustentada em parte como um “delta” elevado, que há de garantir as inovações “chegantes” (na verdade, futuras).

As difrações necessárias entre semelhantes correntes reais e monetárias devem se refletir nos preços, cujas variações hão de expressar as necessidades de luta interior e

ultrapassagem das atividades oligopolistas em geral e das quebras por elas induzidas aos produtores médios e pequenos, que se vêm obrigados a complementá-las. O monopolismo é como Atreu, que se vê obrigado a devorar seus próprios filhos. O fluxo da atividade econômica repõe por via do movimento cíclico no fim de cada movimento os oligopólios em posição eventualmente diferente daquela que, ao início, eles haviam partido. É o resultado da concorrência oligopolista.

É somente a corrente monetária canalizada pelas famílias para o mercado de bens e serviços que constitui a fonte de enriquecimento dos proprietários das empresas. Daí que deve compreender-se a mitificação e a mistificação que essa massa de lucro irá sofrer em mãos da classe dominante para se requalificar como fonte de novos ganhos através de aditamentos que lhe possam ser feitos pelos eventuais detentores de alguma renda não gerada no lucro. Trata-se agora da luta pelo que se deve produzir. Ou que se deveria.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

1) Organismos multilaterais

BIRD – Banco Mundial: www.bancomundial.org.

FMI – Fundo Monetário Internacional: www.imf.org.

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico: www.oecd.org.

ONU – Organização das Nações Unidas: www.un.org/es/.

OMC – Organização Mundial do Comércio: www.wto.org.

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento: www.unctad.org.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Marisa Silva. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo: 2012.

AMIN, Samir. *A crise do imperialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977. Biblioteca de Ciências Sociais.

_____. *Imperialismo e desenvolvimento desigual*. São Paulo: Edições Vértice, 1987.

ANGELL, Norman. *A grande ilusão*. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. Coleção Clássicos IPRI.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: UNESP, 1996.

ASTARITA, Rolando. *Crítica de la tesis de la financiarización*. Disponível em: <http://www.iade.org.ar/uploads/c87bbfe5-ab07-8199.pdf>. Acesso em 12 de mar. 2014.

_____. *Financiarización y rentabilidad financeira*. Disponível em: <http://rolandoastarita.wordpress.com/2010/08/02/financiarizacion-y-rentabilidad-financiera-2/>. Acesso em 12 de mar. 2014.

BALANCO, Paulo Antônio de Freitas; PINTO, Eduardo Costa. *Os anos dourados do capitalismo: uma tentativa de harmonização entre as classes*. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11814/8539>. Acesso em: 24 de set. 2016.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à Guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BARAN, Paul. *A Economia Política do Desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Coleção Os Economistas.

_____.; SWEEZY, Paul. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. *O problema da metodologia na prática da pesquisa social*. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/dnbwilson/textosdeteoriaemetodologia>>. Acesso em 11 de mar. 2012.

_____. *Uma teoria marxista dos ciclos econômicos*. In: Marx e Engels na História. São Paulo: Humanitas, 1996.

_____. *Dominação imperialista e globalização da miséria*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/nepheusp/>>. Acesso em: 01 de jul. 2013.

_____. *Globalização: uma péssima parceria*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/dnbwilson/textosdeteoriaemetodologia>>. Acesso em: 20 de jul. 2013.

_____. *Crisálida: aspectos históricos - econômicos do fim da escravidão no Brasil 1850-1888; introdução a uma análise quantitativa*. Tese de livre-docência. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

_____. *Indução marxista das oscilações cíclicas*. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/dnbwilson/histriaeconmica>>. Acesso em: 12 de ago. 2013.

_____. *Teoria e Empiria*. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/dnbwilson/textosdeteoriaemetodologia>>. Acesso em: 04 de jun. 2014.

BARAN, Paul A. *A Economia Política do Desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Coleção Os Economistas.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Ensaio sobre o capitalismo no século XX*. São Paulo: Unesp, 2004.

BOLSA DE MERCADORIAS & FUTUROS. *Mercado de derivativos*. Disponível em: <http://www.economia.esalq.usp.br/~les202/Aula9/serie-introdutoria_mercados-derivativos.pdf>. Acesso em: 04 de nov. 2016.

BORON, Atilio A. *A questão do imperialismo*. Red de bibliotecas virtuales de Ciencias Sociales de America Latina y el Caribe, de la red de centros miembros de Clacso.

Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/campus/marxispt/marix.html>>. Acesso em: 03 de dez. 2012.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Coleção Os Economistas.

CALLINICOS, Alex. *Marxismo e imperialismo hoje*. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/63765094/Alex-Callinicos-Marxismo-e-Imperialismo>>. Acesso em 02 de out. 2012.

CARCANHOLO, Reinaldo Antônio; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.20, n.1, p.284-304. 1999. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1947/2323>>. Acesso em 11 de mar. 2014.

_____; SABADINI, Maurício de Souza. Capital fictício e lucros fictícios. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n.24, p.41-65, jun. 2009.

CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa - Omega, 1982. Coleção Filosofia.

CHESNAIS, François (Org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

_____. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CIPOLLA, Francisco Paulo; PINTO, Geane Carolina Rodrigues. Crítica das teorias da financeirização. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n.27, p.6-28, out. 2010. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/revista/download?id=192>>. Acesso em 17 de jul. 2013.

COGGIOLA, Osvaldo. *O capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 2002.

COGOY, Mario; SWEEZY, Paul. *Teoria da acumulação capitalista*. Lisboa: Escorpião, 1977. Coleção editor/contraditor.

COHEN, BENJAMIN. *A questão do imperialismo: a economia política da dominação e dependência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

COSTA, Edmilson. *A globalização e o capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

EMMANUEL, Arghiri. *Unequal Exchange: A Study of the Imperialism of Trade*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1972.

ENCICLOPÉDIA Einaudi. Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988. v. 10.

ENGELS, Friedrich. *A dialética da Natureza*. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. Coleção Pensamento Crítico.

_____. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. São Paulo: Editora Moraes, s/d

FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

FOSTER, John Bellamy. *O redescobrimento do imperialismo*. Red de bibliotecas virtuales de Ciencias Sociales de America Latina y el Caribe, de la red de centros miembros de Clacso. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/campus/marxispt/marix.html>>. Acesso em: 01 de dez. 2012.

_____; MAGDOFF, Fred. Implosão financeira e estagnação: de volta à economia real. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n.24, p.7-40, jun. 2008.

FRANK, Andrew Gunder. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. FFCLSB – PUCSP, 1967. Coleção Universitária.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. Coleção Os Economistas.

GERMER, Clauss. Marx e a divisão do lucro médio em lucro do empresário e juro. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.41, n.2, p. 297-322, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/36044/38763>>. Acesso em 11 de mar. 2014.

_____. O sistema de crédito e o capital fictício em Marx. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 179-201. 1994. Disponível em: <revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/1696/2063>. Acesso em 11 de mar. 2014.

GODELIER, Maurice. *Modo de produção*. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986. v. 7.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 1.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, (1909) 1985. Coleção Os Economistas.

HITCHCOCK, Peter. *Accumulating Fictions. Representations*, University of California, v.126, n.1, Spring, 2014.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios 1875-1914*. 10.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. *A Era dos Extremos: o breve século XX - 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSON, John Atkinson. *Estudio del imperialismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

_____. *A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os Economistas.

KALECKI, Michal. *Estudios sobre la teoria de los ciclos economicos*. Caracas: Ariel, 1970. Coleção Demos – Biblioteca de Ciencia Economica.

KATZ, Claudio. *Discusiones sobre el declive de Estados Unidos*. O Olho da História, Bahia, n. 17, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.oohodahistoria.org/index.php>>. Acesso em: 02 de out. 2012.

KAUTSKI, Karl. Dois artigos para uma revisão (1915). In: TEIXEIRA, Aloisio (Org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 465-490.

_____. O imperialismo (1913-1914). In: TEIXEIRA, Aloisio (Org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 443-463.

LÊNIN, Vladimir Ilich. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4.ed. São Paulo: Global, 1987. Coleção Bases 23.

LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 1-2. Coleção Os Economistas.

MAGDOFF, Harry. *A era do imperialismo: a economia política externa dos Estados Unidos*. São Paulo: Hucitec, 1978. Coleção pensamento socialista.

_____. *Imperialismo: da era colonial ao presente*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. Biblioteca de Ciências Sociais.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARIUTTI, Eduardo Barros. *Interpretações clássicas do imperialismo*. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/03/Mariutti-Imperialismo.pdf>>. Acesso em 17 de jul. 2013.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1-3. Coleção Os Economistas.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v. 4-5. Coleção Os Economistas.

_____; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Crédito, capital fictício, fragilidade financeira e crises: discussões teóricas, origens e formas de enfrentamento da crise atual. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.20, n.3 (43), p.449-474, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3158&tp=a>>. Acesso em 17 de jul. 2013.

_____. A supremacia da finança e a crise. *Brazilian Keynesian Review*, 1 (1), p. 55-70, 1st semester. 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Maria_Mollo2/publication/276180286_A_Supremacia_da_Financa_e_a_Crise/links/5551dec208ae6943a86c4703.pdf?origin=publication_list>. Acesso em: 24 de nov. 2016.

MORETTIN, Pedro A; BUSSAB, Wilton de O. *Estatística Básica*. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

OREIRO, José Luís. *Acumulação de capital, mercado financeiro e regulação governamental: uma análise comparativa das contribuições de Keynes, Stiglitz e Dymski*. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/revista/download?id=115>>. Acesso em 10 de jul. 2013.

PAULANI, Leda Maria. *A autonomização das formas verdadeiramente sociais na Teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo*. Disponível em: <http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/72T.pdf>. Acesso em: 17 de julho. 2013.

_____; MÜLLER, Leonardo André Paes. *O capital portador de juros em O Capital ou o sistema de Marx*. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/transformacao/article/view/2471>>. Acesso em 23 de jul. 2013.

_____; AMARAL, Marisa Silva. *O vislumbre de uma nova fase do imperialismo diante da financeirização do capitalismo contemporâneo*. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2487>>. Acesso em 12 de mar. 2014.

PINTO, João Paulo Guedes. A contabilidade social na perspectiva clássica/marxiana. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n.27, p.109-137, out. 2010. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=1458>>. Acesso em 12 de mar. 2014.

POLANYI, KARL. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 14^o reimpressão. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRADO, Eleutério Fernando da Silva Prado. *Exame crítico da teoria da financeirização*. Disponível em: <<http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2013/09/exame-crc3adtico-da-teoria-da-financeirizac3a7c3a3o1.pdf>>. Acesso em 11 de mar. 2014.

SABADINI, Maurício de Souza. *Globalização e capitalismo contemporâneo: notas preliminares a partir da obra O capital financeiro de Rudolf Hilferding*. Disponível em: <http://www.secep.com.br/arquivos/Globalizacao_e_capitalismo_contemporaneo-notas_preliminares_a_partir_da_obra_O_Capital_Financeiro_de_Rudolf_Hilferding.pdf>. Acesso em 11 de mar. 2014.

_____. *Lucro do fundador e lucro diferencial em Hilferding: elementos para um debate contemporâneo sobre a especulação financeira*. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2273>>. Acesso em 12 de mar. 2014.

SCHINCARIOL, Vitor Eduardo. *Crescimento, flutuações e endividamento externo na economia dos Estados Unidos: 1980-2000*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo: 2009.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Imperialismo e Classes Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. Biblioteca de Ciências Sociais.

_____. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. Coleção Os Economistas.

SERRANO, Franklin. Do ouro imóvel ao dólar flexível. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.11, n.2 (19), p. 237-253, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=543&tp=a>>. Acesso em 11 de mar. 2014.

SMITH, Adam. *Investigación sobre la naturaleza y causas de la riqueza de las naciones*. 2.ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1958.

SMITH, John. *Imperialism in the Twenty-First Century*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Fundamentos do materialismo dialético*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Coleção Perspectivas do Homem.

_____. *Fundamentos do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Coleção Perspectivas do Homem.

STIGLITZ, E. Joseph. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.

SWEEZY, Paul. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*: princípios de economia política marxista. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os Economistas.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (Orgs). *Poder e dinheiro*: uma economia política da globalização. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*: ensaios sobre a economia brasileira. 11.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

_____. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TOMÉ, Juan Pablo Mateo. *Crítica de la tesis de la financiarización como teoría de la crisis*. Um intento de caracterización teórica. Disponível em:
<<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/ec/jec12/archivos/A4ECONOMIA%20MUNDIAL%20Y%20DESARROLLO/ORAL/MATEO%20TOME/MATEO%20TOME.pdf>>. Acesso em: 12 de mar. 2014.

VILLARREAL, René. *A contra-revolução monetarista*: teoria, política econômica e ideologia do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 1984.

WOOD, Ellen Meiksins. *O Império do Capital*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014. Título original *Empire of Capital*.